95 ANOS
ESTADO DE MINAS
uai
www.em.com.br
BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2023
MG: R$ 2,50 ● NÚMERO 29.346 ● FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 23H30

PENSAR

O outro lado das cruzadas

Narrativa histórica do embate milenar entre duas civilizações, "As cruzadas vistas pelos árabes" volta às livrarias com prefácio atualizado pelo autor Amin Maalouf. Diferentemente da perspectiva ocidental, o olhar oriental revela o choque de versões sobre a campanha cristã. Se para os europeus ela significou expansão de sua fé, renascimento cultural e econômico, para muçulmanos marcou longos períodos de devastação promovida por "bárbaros", atos de vandalismo e até de canibalismo contra populações, além de isolamento político e econômico. PÁGINAS 2 E 3

GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS

VOZ DOS EXCLUÍDOS / O escritor gaúcho José Falero ***(foto)*** lança hoje em BH o livro "Vila Sapo". Os sete contos da obra tratam de outro Brasil real, que tem como cenário a periferia marginalizada, pouco representada na literatura. CAPA

PBH INTERVÉM EM BARES NA ENTRADA DA UFMG

Superlotação em eventos estudantis leva município a determinar fechamento às quintas

MARCOS VIEIRA/EM/D.A PRESS

Em decisão que vem causando descontentamento entre estudantes e donos de estabelecimentos, a Prefeitura de BH determinou que bares *(foto)* que funcionam em frente à portaria da UFMG na Avenida Antônio Carlos fechem as portas às quintas-feiras. A medida foi adotada sob a justificativa de evitar acidentes, diante de aglomerações como a que ocorreu semana passada, no evento conhecido como "Primeiro Cabral" do semestre, em que pedestres, muitos deles universitários, ocuparam calçadas e parte das pistas de tráfego da movimentada via que liga a área central à Pampulha. A restrição já vigorou ontem, quando estava prevista mais uma confraternização com calouros, e deve se repetir na próxima quinta-feira. Uma intervenção que desagrada alunos da universidade, proibidos pela Reitoria de fazer festas no câmpus, e também comerciantes, que se queixam de prejuízo nos dias de maior movimento da semana. Já a prefeitura afirma que a decisão foi fruto de consenso entre a fiscalização municipal, órgãos de segurança e representantes do comércio. PÁGINA 21

PIB MINEIRO CRESCE MAIS QUE O NACIONAL

ECONOMIA DO ESTADO, SOB IMPULSO DO AGRO E DE SERVIÇOS, TEVE EXPANSÃO DE 3,5% EM 2022, CONTRA 2,9% NO PAÍS. GERAÇÃO DE RIQUEZAS SOMOU R$ 924,7 BI

PÁGINA 8

CRISE NOS EUA

Socorro busca evitar a quebra de outro banco

Depois da quebra do Signature Bank e do Silicon Valley Bank nos Estados Unidos, na semana passada, uma corrida de saques ao First Bank Republic obrigou grandes instituições financeiras norte-americanas a fazerem um aporte de US$ 30 bilhões para sanar problemas no banco de médio porte, fundado em 1985 em São Francisco. O socorro partiu de um grupo de 11 casas bancárias, depois que as ações da companhia em crise despencaram 31%, acumulando queda de 80% desde o dia 8. Agências internacionais sustentam que o resgate foi intermediado pelo governo dos EUA. PÁGINA 5

ALEXANDRE GUZANSHE/EM/D.A PRESS

MULHER PRESA POR MATAR A MÃE E A FILHA

Uma mulher de 34 anos teve prisão em flagrante decretada ontem, após confessar o assassinato de sua mãe, de 67 anos, e de sua filha, de 10, em caso que foi investigado inicialmente como suspeita de intoxicação por gás. Amanda Christina Souza Pinto disse aos policiais que matou a idosa por enforcamento, na segunda-feira, e a menina, no dia seguinte, da mesma forma, após três tentativas. Na quarta-feira, dia em que os corpos foram encontrados, ela tentou se matar abrindo o gás do fogão. Prima de Amanda, Cristiene Moreira da Silva negou que a parente sofra de distúrbios mentais, como alegou à polícia, mas disse que ela tem problemas com drogas. Os corpos foram sepultados ontem, em caixões lacrados ***(acima)***. PÁGINA 22

ABASTECIMENTO

Ministro quer tirar Ceasa das privatizações

Ao visitar ontem a CeasaMinas, em Contagem, na Grande BH, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira (PT), defendeu que a central seja retirada do plano imediato de privatização. Foi uma resposta a preocupações de produtores, associações, comerciantes e trabalhadores do local. Segundo Teixeira, que prometeu novo encontro em 90 dias, será criado um grupo de trabalho para apontar propostas para a estrutura. A visita do ministro foi articulada pela prefeita de Contagem, Marília Campos, também do PT e contrária à desestatização. PÁGINA 2

FRANÇA

MACRON MUDA PREVIDÊNCIA SEM AVAL DO PARLAMENTO

PÁGINA 5

INVESTIGAÇÃO NO TSE

EX-MINISTRO SE DESVINCULA DE MINUTA DO GOLPE: "LIXO"

PÁGINA 3

ISSN 1809-9874

9 771809 987069

POLÍTICA

BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

>>baptistaalmeida.mg@diariosassociados.com.br

"Para terminar vale o registro de que o Brasil divide a hidrelétrica com o Paraguai. O lado brasileiro da usina fica em Foz do Iguaçu. A Itaipu é a segunda maior usina hidrelétrica do mundo"

Presidente Lula tratou da Itaipu Binacional

Em viagem a Foz do Iguaçu, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou que a revisão do tratado da Itaipu Binacional levará em conta as necessidades do Brasil e do Paraguai. De acordo com ele, a cooperação estabelecida com o país em 1973 para a construção da usina é um "acordo civilizatório". Ele destacou ainda que o Brasil tem que compartilhar suas conquistas com as nações vizinhas e aliadas.

Lula comparou o acordo firmado entre os países, dadas às devidas proporções, com a criação da União Europeia. "As brigas e divergências que nós tivemos permitiram que a gente avançasse no acordo e permitiram que a gente sonhasse com esse fabuloso ano de 2023, quando finalmente a gente conseguiu terminar de pagar a Itaipu".

Isso já é passado. Melhor trazer para os dias atuais, já que o presidente brasileiro tem andado muito. Vamos a ele: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixou Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, no início da tarde de ontem. Foi depois de ele participar da cerimônia de posse de Enio Verri como diretor-geral da margem brasileira de Itaipu Binacional.

Além de Lula, que estava devidamente acompanhado pela esposa Janja, também participaram integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) do Paraná, ministros do Governo Federal, o prefeito de Foz do Iguaçu, Chico Brasileiro, o governador interino do Paraná, Darci Piana, e o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez.

A solenidade de posse foi realizada no Cineteatro dos Barrageiros, na usina hidrelétrica de Itaipu. Enio Verri renunciou ao mandato de deputado federal pelo Paraná para assumir o cargo de diretor-geral brasileiro de Itaipu.

Para terminar, vale o registro de que o Brasil divide a hidrelétrica com o Paraguai. O lado brasileiro da usina fica em Foz do Iguaçu. A Itaipu é a segunda maior usina hidrelétrica do mundo. A usina utiliza a água que vem da bacia do Rio Paraná para a produção de energia.

Uma boa criancice

O presidente do Brasil discursava quando foi interrompido por um menino, que falou algo sobre o preço da picanha ter caído. O petista, então, perguntou ao garoto em tom de brincadeira: "Já caiu o preço da picanha?" A plateia riu e aplaudiu. Na sequência, Lula explicou a brincadeira ao presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, que estava presente no evento. O fato é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) brincou com uma criança na cerimônia na sede da hidrelétrica Itaipu Binacional, na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Onda de ataques

O governo federal decidiu enviar mais equipes da Força Nacional ao Rio Grande do Norte (RN). A decisão foi tomada depois de uma nova onda de ataques de criminosos pela terceira madrugada seguida. Os criminosos atacaram prédios públicos e atearam fogo em ônibus. Por causa do clima de insegurança, cidades suspenderam serviço de transporte público e cancelaram aulas. O ministro Flávio Dino analisa quantos agentes da Força Nacional estão disponíveis e a logística para enviá-los ao Rio Grande do Norte. Dino conversou com a governadora do RN, Fátima Bezerra.

Tribunal Militar

O ministro Joseli Camelo, que assumiu nesta quinta-feira, a presidência do Superior Tribunal Militar (STM) disse que as "Forças Armadas não é poder" e que é importante para a manter o Estado de Direito e que a decisão final em questões jurídicas, ou seja, do Supremo Tribunal Federal. Questionado, ele foi claro: "não está na Constituição que nós militares temos de manter os poderes sob a nossa tutela, não está em lugar nenhum". Camelo afirmou ainda ser a favor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que proíbe candidaturas políticas por parte de militares.

Agora já é fato

A Frente Parlamentar Evangélica foi instalada, ontem, no Senado Federal. O senador Carlos Viana **(foto)** (Podemos-MG) vai presidir a Frente e Damares Alves (Republicanos-DF) será vice-presidente. O grupo tem 17 senadores e promete defender os princípios cristãos, contra o aborto e a legalização das drogas. "Vamos colocar para o governo as possibilidades de tornar o país mais justo e respeitoso. Só seremos contra os valores que não tornam a humanidade melhor. Se o governo pautar coisas que são contra os nossos princípios, seremos oposição", reforçou o senador mineiro Viana.

GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Para encerrar...

Em pronunciamento, ontem, o senador Zequinha Marinho (PL-PA) condenou a gestão da segurança pública no estado do Pará. Ele afirmou que há um descuido do governo estadual, que teria montado uma operação ambiental "de enfeite" e tirado o policiamento das ruas, deixando o crime avançar. Zequinha disse que o Pará vive uma tragédia, com o terceiro pior número do país em relação à segurança pública. "Quero apelar ao governo, que em vez de ficar fazendo operação para tirar imagem, para mostrar lá fora, para buscar recurso, tendo como pano de fundo a questão ambiental."

PINGAFOGO

EVARISTO SÁ/AFP

- O tenente-brigadeiro Francisco Joseli Parente Camelo tomou posse, ontem, para presidir o Superior Tribunal Militar (STM). Entre as autoridades presentes no evento, estavam o presidente Lula (PT) e o ministro Alexandre de Moraes **(foto)**.
- A ministra Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também compareceram à cerimônia.
- O Ibovespa, principal índice da bolsa de valores de São Paulo, a B3, fechou a sessão de ontem em alta, depois de uma sessão marcada por volatilidade. Investidores repercutiram o empréstimo que será concedido ao banco Credit Suisse pelo Banco Central da Suíça.
- Os investidores, como não poderia deixar de ser, avaliaram os dados do mercado favorável de trabalho norte-americano e a alta de juros da zona do euro por parte do Banco Central Europeu (BCE). A notícia dissipou temores de uma crise bancária e ajudou a aumentar o apetite por risco.
- Melhor então esperar para um desfecho. Sendo assim... FIM!

ABASTECIMENTO

Paulo Teixeira vai sugerir a Lula que a central seja excluída do plano nacional de desestatização, pelo menos por enquanto

Ministro quer Ceasa fora da privatização

ÍGOR PASSARINI

EDÉSIO FERREIRA/EM/D.A PRESS

Ao lado da prefeita de Contagem, Marília Campos, o ministro Paulo Teixeira visitou a Ceasa, onde ouviu produtores, comerciantes e trabalhadores

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira (PT), visitou a Central de Abastecimento de Minas Gerais (CeasaMinas), em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ele se reuniu com produtores, associações, comerciantes e trabalhadores que se mostraram contra a privatização do local e cobraram um novo acordo coletivo. "Vou relatar ao presidente Lula o que eu vi aqui e sugerir que a CeasaMinas seja retirada do plano de privatização neste primeiro momento. Enquanto isso, vamos criar um grupo de trabalho para ver qual o melhor caminho dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)", disse o ministro, que prometeu uma nova visita em 90 dias.

A Ceasa entrou no Programa Nacional de Desestatização em 2000, há quase 23 anos, e a agenda para discutir essas questões foi articulada pela corregionária e prefeita de Contagem, Marília Campos (PT). "Fui procurada em janeiro, me apresentaram a situação e pediram que eu intermediasse este encontro. A CeasaMinas, além de ser responsável pelo abastecimento, que é uma questão estratégica e deve ser prioritária, tem grande importância porque garante a governabilidade de pessoas que moram nas cidades vizinhas", declarou Marília. Além dela, também participaram do encontro os deputados federais Rogério Correia (PT) e Miguel Ângelo (PT), além da deputada estadual Bella Gonçalves (Psol).

Durante o encontro, o ministro e a prefeita ouviram as demandas de vários representantes, que tiveram cinco minutos cada para se manifestar sobre as necessidades da central de abastecimento. Um dos discursos mais fortes foi feito por Sânia Barcelos Reis, trabalhadora do CeasaMinas e diretora do Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais (Sindsep-MG).

"Como é sabido, estamos inclusos em um processo de privatização que temos combatido veementemente com o apoio de diversas outras entidades sindicais e também de parlamentares, a nível municipal, estadual e federal. O nosso posicionamento contra a privatização vai muito além da proteção dos nossos empregos. A CeasaMinas cumpre importante papel social e institucional nas políticas públicas de combate à fome e ao desabastecimento no país. É uma atividade estratégica e entendemos que por isso tem que ser gerida pelo estado", ponderou.

A visita passou por diferentes pontos da Central, como o Mercado Livre do Produtor (MLP). Para o presidente da CeasaMinas, Luciano José de Oliveira, o local é uma extensão dos municípios ali representados, que impulsionam o desenvolvimento do estado e da agricultura. "Ficamos esses anos todos sem um Norte. A chegada do ministro e a vinculação à sua pasta trazem esperança porque estávamos no Ministério da Economia no governo anterior e até então não fomos ouvidos", declarou, se referindo ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

JUSTIÇA

Deputados defendem mineira no Supremo

GUILHERME PEIXOTO

WILLIAN DIAS/ALMG

Edilene Lobo costuma defender o PT mineiro em ações judiciais

O coro de lideranças do PT de Minas Gerais pela indicação da advogada mineira Edilene Lobo ao Supremo Tribunal Federal (STF) ganhou nesta semana a adesão de deputados estaduais de esquerda. Vinte parlamentares da Assembleia Legislativa, filiados a PT, PCdoB, PV, Psol e Rede enviaram, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), um ofício em apoio à indicação de Edilene para assento na Suprema Corte.

No documento, os deputados afirmam que a advogada tem "formação compatível com as competências do cargo". Edilene é professora universitária, pesquisadora e escritora com vários artigos e livros jurídicos publicados. Ela também é doutora em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Edilene atua, sobretudo, nas áreas Administrativa e Eleitoral do Direito. "As deputadas e os deputados do Bloco Democracia e Luta apoiam ainda a indicação como uma contribuição à paridade racial e de gênero na composição do mais importante órgão judicial do país", diz trecho do documento assinado pelos parlamentares.

Subscrevem a manifestação favorável a Edilene os deputados petistas Cristiano Silveira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Betão, Doutor Jean Freire Leleco Pimentel, Leninha, Luizinho, Macaé Evaristo, Marquinho Lemos, Ulysses Gomes e Ricardo Campos. Assinam também Ana Paula Siqueira (Rede), Bella Gonçalves (Psol), Betinho Pinto Coelho (PV), Celinho Sintrocel (PCdoB), Lohanna França (PV), Lucas Lasmar (Rede), Mário Henrique Caixa e Professor Cleiton – ambos do PV. A ideia de forças à esquerda de Minas é que Edilene assuma uma das vagas que vão surgir neste ano, por causa das aposentadorias dos ministros Rosa Weber e Ricardo Lewandowski.

RECONHECIMENTO No texto, os parlamentares apontam que a indicação de Edilene seria "reconhecimento da sua atuação profissional e da sua produção científica como advogada e professora universitária". A profissional do direito costuma defender o diretório mineiro do PT em ações judiciais.

A advogada nasceu em Taiobeiras, no Norte mineiro. Atualmente, é professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Proteção de Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna e professora convidada da pós-graduação da PUC Minas, onde leciona sobre Processo Eleitoral.

O PT mineiro não tem representantes no primeiro escalão do governo Lula. O partido foi contemplado com postos na estrutura dos ministérios. É o caso, por exemplo, do ex-deputado André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, e de Nilmário Miranda, que atua na equipe do Ministério dos Direitos Humanos. O único ministro mineiro do governo Lula é Alexandre Silveira (PSD). Ele responde pela pasta de Minas e Energia.

Ex-ministro de Bolsonaro diz, em depoimento, que não sabe de quem é autoria do documento encontrado pela Polícia Federal em sua casa que alterava o resultado da eleição presidencial

Torres afirma ao TSE que minuta de golpe era "lixo"

EVARISTO SÁ/AFP

Anderson Torres foi ministro da Justiça de Jair Bolsonaro e secretário de Segurança do Distrito Federal

Brasília - O ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro e ex-secretário de Segurança do Distrito Federal Anderson Torres chamou de "lixo", "loucura" e "folclore" a minuta de decreto de Estado de defesa em sua casa, em depoimento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ontem. A oitiva, que ocorreu no âmbito do processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro na corte eleitoral, durou uma hora e meia e terminou por volta das 11h30. Ele está preso em um batalhão da Polícia Militar no Guará, no Distrito Federal, por ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, e depôs por meio de videoconferência. Torres é investigado no STF por suposta omissão nos atos extremistas de 8 de janeiro, quando ocupava o cargo de secretário distrital de Segurança Pública.

Além de afirmar que desconhece a autoria da minuta e que era lixo, porque seria descartada, Torres contrapôs a versão apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O órgão sustenta que o documento não parecia que seria descartado e estava "muito bem guardado" em uma pasta oficial do governo federal, junto a pertences pessoais. Torres também manteve o que já havia dito à Polícia Federal e reforçou que não conversou sobre a minuta com Bolsonaro.

Segundo ele, não era comum receber esse tipo de documento enquanto esteve no governo. A minuta foi encontrada pela Polícia Federal na casa de Torres. O objetivo do documento era mudar o resultado das eleições de 2022, mas foi considerado inconstitucional e anexado à ação que corre contra Jair Bolsonaro na corte.

O pedido para ouvir Torres foi feito pelo corregedor-geral eleitoral do TSE, ministro Benedito Gonçalves, que o ouviu ontem. Ele solicitou o depoimento para a fim de obter esclarecimentos sobre a minuta e sobre eventual participação de Anderson Torres em live de Bolsonaro que levantou dúvidas sobre o sistema eleitoral, em julho de 2021, e em reunião com embaixadores em que o então chefe do Executivo fez duros ataques às eleições, em julho de 2022. O depoimento foi tomado colhido no andamento da ação ajuizada pelo PDT contra Bolsonaro. O partido argumenta que houve abuso de poder político e econômico do ex-presidente pela reunião com os embaixadores. O processo pode tornar Bolonaro inelegível.

Alexandre de Moraes autorizou a oitiva de Torres "assegurado o direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação, se instado a responder a perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo". Ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres estava nos Estados Unidos quando ocorreram os atos golpistas,em 8 de janeiro, em que bolsonaristas radicais depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

CAROLINA ANTUNES/PR

> Na minha visão, a culpa não foi só do Anderson Torres. Tivemos apagão geral. Ele não tinha a visão do que podia acontecer [em 8 de janeiro]"
>
> **Ibaneis Rocha,** governador do Distrito Federal

Ibaneis acredita em 'apagão geral' no dia 8

Brasília - O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), disse, ontem, que confia no seu ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres e que leu o plano elaborado para a atuação das forças de segurança no fim de semana de 8 de janeiro, quando ocorreram os ataques golpistas às sedes dos três Poderes, em Brasília, mas houve um "apagão geral". "O plano estava bem montado, tive a oportunidade de ler. O que aconteceu foi atípico. Na minha visão, a culpa não foi só do Anderson. Tivemos apagão geral. Ele não tinha a visão do que podia acontecer; não me senti traído", disse Ibaneis em entrevista coletiva. Preso desde 14 de janeiro, Torres é investigado por suspeita de omissão durante os atos terroristas.

Ibaneis reassumiu o governo do Distrito Federal ontem, após ter sido afastado pelo Supremo Tribunal Federal por causa dos ataques na capital federal. Ele declarou que durante os ataques terroristas houve falha da Polícia Militar do Distrito Federal e do Batalhão do Exército responsável pelo policiamento do Palácio do Planalto.

Além de afirmar que confia em Torres, o governador disse que convidou o ex-ministro de Jair Bolsonaro para a Secretaria de Segurança do DF porque ele é delegado da Polícia Federal e não queria voltar para a corporação. "Eu entendi que seria boa pessoa para voltar para o governo. O que aconteceu no 8 de janeiro é imprevisível. Até dia 6 de janeiro, a gente não tinha nenhuma perspectiva que ia acontecer aquilo", disse Ibaneis.

Para o governador, o que aconteceu na segurança da capital federal foi um "apagão geral". "Recebi mensagem do secretário de Segurança que tava no cargo falando que as coisas estavam tranquilas. PM estava a postos", afirmou, se referindo ao delegado Fernando de Souza Oliveira, que estava no lugar de Torres e, em áudio disse para Ibaneis que a situação estava sob controle.

Segundo ele, é necessário esperar o fim das investigações para entender o que houve durante o dia 8 de janeiro. "Olhando hoje para trás, é fácil avaliar, mas se você tem a confiança no secretário e ele disse que estava tranquilo, eu tinha que confiar", concluiu.

Exército protegeu invasores, diz ex-comandante da PMDF

Brasília - O ex-comandante de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal, coronel Jorge Eduardo Naime, afirmou, durante depoimento à CPI dos Atos Antidemocráticos, na Câmara Legislativa do Distrito federal, ontem, que o Exército protegeu os bolsonaristas golpistas que invadiram as sedes dos três Poderes, no dia 8 de janeiro. De acordo com Naime, a Polícia Militar do Distrito Federal, ao tentar prender os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), se depararam com uma "linha de choque montada com blindados e, por mais interessante que parecesse, eles não estavam voltados para o acampamento". E emendou: "Eles estavam voltados para a PM, protegendo o acampamento".

Naime contou que os militares tentavam impedir a detenção dos golpisas sob argumento de que o local era pertencente ao Exército e que a polícia não poderia agir ali. "Presenciei o (inteventor Ricardo) Cappelli tentando entrar e o general Dutra não permitindo". O oficial afirmou ainda que o acampamento era o "epicentro de todos os atos". E que, antes daquele dia, participou de diversas reuniões para retirar os acampamentos, mas que as ações eram canceladas na última hora. Ele disse que no dia 29 de dezembro tinha 500 homens para realizar a retirada. "Várias lideranças ficavam no acampamento o tempo todo pedindo que as pessoas fizessem PIX com a intenção de manter o acampamento", relatou o ex-comandante sobre uma das formas de financiamento dos atos.

O coronel está preso desde 7 de fevereiro, quando foi detido na Operação Lesa Pátria da Polícia Federal (PF), responsável por investigar a omissão de integrantes das Forças de Segurança no enfrentamento dos atos golpistas. Ele relatou ainda que foi "impressionante" a facilidade com que os golpistas entraram nos prédios públicos.

Durante sua oitiva no plenário da Câmara Legislativa, o militar destacou que, em seus 30 anos de corporação, nunca viu algo parecido com o que ocorreu em 8 de janeiro. "Houve uma falha. Não consigo dizer qual, mas houve. Mas a facilidade com que os manifestantes entraram nos prédios (da Praça dos Três Poderes) foi impressionante", avaliou.

Naime também alegou que ele não estava no comando durante os ataques. "Não estava presente, não sei quais foram as ordens (dadas aos militares)", disse o coronel da PM. Mesmo assim, ele ressaltou que as responsabilidades precisam ser diferenciadas. "A PMDF não tem jurisdição dentro de qualquer prédio federal", apontou. O militar comentou ainda que outros comandos também precisam ser culpados pelos ataques. "Se todo mundo sabia, por que os prédios não estavam guarnecidos? Se, minimamente, houvesse uma resistência, daria tempo da polícia militar se posicionar", apontou o ex-comandante.

> Não consigo dizer qual, mas houve falha. A facilidade com que os manifestantes entraram nos prédios [da Praça dos Três Poderes] foi impressionante"
>
> **Coronel Jorge Naime,** ex- comandante da PMDF, em depoimento na CPI dos Atos Antidemocráticos

LUIZ CARLOS AZEDO

ENTRE LINHAS

"O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto definiu as ações adotadas em 8 de janeiro como um 'ato de legítima defesa' da democracia"

>>E-mail para esta coluna: luizazedo.df@dabr.com.br

Volta de Ibaneis sinaliza esgotamento das medidas de exceção

Depois de 64 dias de afastamento, por determinação do Supremo Tribunal Federal, Ibaneis Rocha (MDB) reassumiu ontem o cargo de governador do Distrito Federal, do qual havia sido afastado na tarde de 8 de janeiro, pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, relator do processo que apura a tentativa de golpe de estado. O motivo do afastamento foi a suspeita de que se omitiu em relação à ação das forças de segurança sob seu comando.

"Foram dias muito difíceis, mas esse afastamento que tivemos ao longo desse período foi necessário. A invasão dos prédios do Congresso, do STF e do Palácio do Planalto foram significativos para a história desse país", admitiu Ibaneis, ao reassumir o cargo. Classificou como um "apagão" o comportamento das forças policiais sob seu comando, num cenário de inoperância generalizada. "Houve um relaxamento geral. A Força Nacional também não atuou", disse.

Ibaneis defendeu seu ex-secretário de Segurança, Anderson Torres, que está preso, por envolvimento nas articulações do ex-presidente Jair Bolsonaro contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em sua casa foi encontrada a minuta do decreto de intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e afastamento do ministro Alexandre de Moraes. "Acredito que o 8 de janeiro tem que ser lembrado, mas não foi culpa só do Anderson e tenho certeza que a investigação vai apurar isso", disse Ibaneis.

A volta de Ibaneis ao cargo para o qual foi reeleito sinaliza que as medidas de exceção adotadas por Alexandre de Moraes contra os golpistas estão se esgotando, devido à necessidade de preservar o devido processo legal. O inquérito das fake news, do qual é relator, não tem prazo para ser concluído e é muito criticado nos meios jurídicos, porque confere ao ministro do STF o poder de investigar, denunciar e julgar os envolvidos em atos antidemocráticos. Conduzido em sigilo por decisão da própria Corte, foi aberto em março de 2019 pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli, sem provocação de outro órgão. Toffoli designou Moraes para conduzir o inquérito sem sorteio entre todos os ministros.

A primeira grande reação ao inquérito ocorreu quando 29 mandatos de busca e apreensão foram expedidos por Moraes, tendo como alvo pessoas suspeitas de envolvimento na rede de fake news bolsonaristas. Foram cumpridos em cinco estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina e no Distrito Federal. Bolsonaristas raiz eram os visados, como o empresário Luciano Hang, fundador da Havan, o deputado estadual Douglas Garcia (PSL-SP), a militante Sara Winter, o empresário Edgard Corona, presidente da rede de academias Smart Fit, os blogueiros Winston Lima e Allan dos Santos, e o presidente nacional do PTB, o ex-deputado federal Roberto Jefferson.

Legítima defesa

O inquérito excluiu a participação do Ministério Público nas investigações e se tornou alvo de críticas de procuradores, membros do Executivo e do Legislativo, que temiam uma concentração excessiva de poder nas mãos do Supremo. A então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, tentou impedir a continuidade dessa investigação, por considerá-la ilegal, mas seu argumento foi descartado por Moraes.

Seu sucessor na chefia da PGR, Augusto Aras, aliado de Bolsonaro, também esperneou, mas Moraes sustentou que só o STF tem prerrogativa para arquivar a investigação, já que ela é conduzida pelo próprio tribunal, não por promotores. A decisão de Toffoli fora premonitória diante da escalada golpista. O tempo corroborou sua decisão. Graças ao inquérito, os núcleos golpistas de extrema-direita foram identificados e os políticos que desafiaram o Supremo frontalmente, como os ex-deputados Roberto Jeferson e Daniel Silveira, ambos do Rio de Janeiro, acabaram presos.

O inquérito dos fake news também blindou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante o processo eleitoral, inclusive no dia da votação do primeiro turno, quando houve ostensiva atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para dificultar a movimentação de eleitores nas estradas, principalmente no Nordeste. O Artigo 42 do regimento do Supremo estribou a existência do inquérito: "Ocorrendo infração à lei penal na sede ou dependência do tribunal, o presidente instaurará inquérito, se envolver autoridade ou pessoa sujeita à sua jurisdição, ou delegará esta atribuição a outro ministro".

Segundo Toffoli, apesar de os crimes não terem sido praticados dentro do prédio do Supremo, os ministros "são o tribunal". Sua tese se confirmou quando os vândalos invadiram e depredaram o plenário da Corte: fora do prédio ocupado pelos vândalos, os ministros usaram a espada da Justiça contra os golpistas. O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto definiu as ações adotadas como um "ato de legítima defesa".

"A democracia também tem o direito à legítima defesa. Se a sua vida, a minha vida, as nossas vidas são o bem jurídico maior, individualmente, o bem jurídico maior da coletividade, de personalidade coletiva, por definição é a democracia", explicou. "Então, a democracia tem mesmo o poder de abater, por meios que ela prevê, de abater quem se arma para abatê-la", concluiu Brito.

ATAQUE AOS TRÊS PODERES

Todos os envolvidos na relação da Procuradoria-Geral da República devem responder em liberdade por incitação à prática de crime e associação criminosa. Já são 1.037 acusados

PGR denuncia mais 100 por atos golpistas de janeiro

Brasília - A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou, ontem, mais 100 pessoas envolvidas nos atos golpistas de 8 de janeiro, em Brasília, quando o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal invadidos e depredados. Agora, o número de denunciados chega a 1.037. Segundo a PGR, todos devem responder em liberdade por incitação à prática de crime e associação criminosa. Em caso de condenação, as penas podem chegar a três anos e três meses de reclusão. A PGR tem apresentado denúncias à medida em que analisa os casos dos detidos pelos atos terroristas. Segundo o órgão, as acusações partem da identificação de três grupos de infratores: os que invadiram os edifícios e atuaram pessoalmente na depredação do patrimônio público; os que avançaram as barreiras policiais de proteção dos prédios e os que acamparam em torno do Quartel-General, solicitando intervenção das Forças Armadas e incitando animosidade.

A PGR avalia que quem pediu intervenção militar sem praticar vandalismo deve responder pelos crimes de associação criminosa e de incitação ao crime. Do total de envolvidos, 219 também respondem por delitos mais graves, como dano qualificado, abolição violenta do Estado de direito e golpe de estado.

Para a Procuradoria, quem entrou nos prédios e danificou o patrimônio público praticou crimes multitudinários, cometidos por agrupamento de pessoas reunidas de forma circunstancial, sem caracterizar vínculo permanente. A conduta dos denunciados tem sido individualizada. "Embora, pela peculiaridade do caso, as denúncias contenham trechos semelhantes, o que é natural, uma vez que versam sobre o mesmo fato (atos de 8 de janeiro), as petições narram os diversos comportamentos apurados nos ataques às sedes dos três Poderes, de modo a permitir que todos os denunciados possam se defender de forma adequada e conforme a legislação, o que será feito no curso da ação penal, se recebida a denúncia pelo Judiciário", afirma a PGR na denúncia.

O órgão sustenta ainda que as denúncias são baseadas em "farto material reunido e encaminhado pelos órgãos públicos atingidos" e "explicitam a possibilidade de serem apresentadas novas denúncias, caso as investigações, ainda em curso revelem que a pessoa deve responder também por outros crimes, seja de ação ou omissão".

PRISÕES MANTIDAS

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), finalizou, ontem, a análise dos pedidos de liberdade de presos pelos atos golpistas. De acordo com o balanço final divulgado pelo gabinete do ministro, dos 1,4 mil presos no dia dos ataques, 294 (86 mulheres e 208 homens) permanecem no sistema penitenciário do Distrito Federal. Os demais foram soltos por não representarem mais riscos à sociedade e às investigações.

A última análise dos pedidos de liberdade apresentados ao Supremo terminou com a soltura de mais 129 presos, que ganharam liberdade provisória e deverão cumprir as seguintes medidas cautelares: uso de tornozeleira eletrônica; obrigação de apresentação semanal à Justiça; proibição de sair do país, devendo entregar o passaporte à Justiça; suspensão de autorizações de porte de arma para CACs - caçadores, atiradores e colecionadores; proibição de usar as redes sociais e proibição de comunicação com outros investigado.

Os acusados que permaneceram presos respondem pelas condutas de incitação ao crime, incitação de animosidade das Forças Armadas contra as instituições democráticas, associação criminosa, dano qualificado, abolição do Estado democrático de direito e golpe de estado.

AGÊNCIA BRASIL

Bolsonaristas radicais invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro

ENQUANTO ISSO... ...STM NEGA INGERÊNCIA DO STF

O novo presidente do Superior Tribunal Militar (STM), tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente, afirmou, ontem, que em "nenhum momento" o Supremo Tribunal Federal invadiu a competência da Justiça militar. Ele deu a declaração ao comentar as ações da corte sobre os ataques golpistas de 8 de janeiro. Ele acredita que o STF está cumprindo seu papel e atuando no caso em razão dos ataques contra os poderes civis. "Em nenhum momento o ministro Alexandre de Moraes invadiu a nossa competência. A Justiça Militar julga crimes contra o patrimônio que estão sob a nossa guarda ou situações específicas que envolvem a atividade militar, o que não é o caso. Temos em primeira instância duas ações, uma contra um general que falou muito mal do Exército", Ele afirmou ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem como missão pacificar o país. "As Forças Armadas vão contribuir para a harmonia e pacificação. Estamos todos sob a autoridade do presidente Lula. Ele tem essa tarefa de pacificação. Não será fácil, mas ele tem capacidade para isso", disse.

CRISE BANCÁRIA

Após corrida de saques ao First Bank Republic, grandes instituições anunciam aporte de US$ 30 bilhões para sanar problemas. Dificuldade veio na esteira do SVB e do Signature

Mais um banco dos EUA é socorrido para não quebrar

LUCAS BAMBANA

Em meio à crise bancária que atingiu os mercados globais com a quebra do Signature Bank e do Silicon Valley Bank (SVB) nos Estados Unidos na semana passada, e as dificuldades financeiras do Credit Suisse na Europa, mais um banco começou a chamar a atenção dos investidores. O First Republic Bank, um banco de médio porte fundado em 1985 em São Francisco, nos Estados Unidos. Após suas ações despencarem 31%, um grupo de 11 bancos anunciou um aporte de US$ 30 bilhões na instituição. Após o anúncio feito pelo Tesouro dos EUA, as ações do First subiram e fecharam o pregão em alta de 10%. Desde o fechamento do dia 8 de março, os papéis já desabam cerca de 80%.

Mais cedo, o "The Wall Street Journal" havia informado que grandes bancos americanos como JPMorgan e Morgan Stanley negociavam a capitalização no First Republic Bank ou até mesmo uma aquisição, mas que essa segunda opção seria menos provável. Segundo relatos de agências internacionais, o governo dos Estados Unidos manteve conversas com grandes bancos para preparar um plano de resgate do First Republic, que estaria com a situação fragilizada com o aumento da aversão ao risco entre os investidores, receosos com o risco de um contágio de forma mais ampla no setor financeiro na esteira dos problemas envolvendo SVB e Credit Suisse.

Ao final de dezembro do ano passado, o First Republic somava cerca de US$ 210 bilhões (R$ 1,1 trilhão) em ativos totais, com 80 escritório em sete estados dos EUA. O jornal relata que os clientes retiraram bilhões de dólares em depósitos do First Republic nos últimos dias, com o banco já tendo anunciado no domingo um acordo com o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) e o JP Morgan para acessar uma linha de crédito de US$ 70 bilhões (R$ 370 bilhões). Apesar dos esforços, na quarta-feira a agência de classificação de risco rebaixou os ratings do First Republic de A- para BB+. Já a Bloomberg indicou que detalhes sobre o plano de resgate, que precisa ser aprovado pelos órgãos reguladores, poderiam ser anunciados ainda ontem.

DISCURSO Desde a última sexta feira, os agentes do mercado financeiro global adotaram um tom de cautela, após a quebra do SVB, banco voltado para o setor de startups que foi duramente atingido pelo aumento dos juros pelo Fed, que causou prejuízos bilionários para a carteira alocada em títulos de longo prazo do governo americano. A derrocada do SVB elevou as tensões em relação aos demais bancos regionais nos Estados Unidos, que têm capacidade limitada de lidar com um cenário macroeconômico adverso com a alta dos juros pelo BC norte-americano.

Apesar da quebra dos três bancos, a secretária do Tesouro, Janet Yellen, afirmou ontem que o sistema bancário dos Estados Unidos é sólido. Três falências consecutivas no setor bancário em menos de uma semana marcam as piores quebras desde a crise financeira de 2008 e levaram as autoridades americanas a tomarem medidas drásticas muito rapidamente para proteger os depósitos. A avaliação das autoridades foi que havia "sério risco de contágio e de retiradas em massa" entre os clientes que tinham recursos acima do garantido pelo aparato federal nesses dois bancos, explicou a secretária, em uma comissão do Senado.

Em meio a esses temores, o Federal Reserve (Fed, Banco Central americano) também anunciou um mecanismo para conceder recursos aos bancos, se necessário, para atender a demanda de seus clientes. "As ações desta semana demonstram nosso compromisso em garantir que nosso sistema financeiro continue forte, e os depósitos dos correntistas permaneçam seguros", disse Yellen à Comissão de Finanças do Senado. "Posso assegurar aos membros da Comissão que nosso sistema bancário é sólido", acrescentou ela na audiência, destinada, inicialmente, a tratar da proposta orçamentária federal do governo Biden.

JUSTIN SULLIVAN/GETTY IMAGES/AFP

Banco de médio porte de São Francisco nos Estados Unidos, o First Republic Bank viu suas ações despencarem 31% após corrida de clientes

Credit terá crédito de US$ 53,7 bilhões

Na Suíça, o Credit Suisse entrou na tempestade na quarta-feira e desabou 24,24% na bolsa. Ontem sua ação conseguiu se recuperar depois de a entidade ter anunciado, na madrugada (horário europeu), que pedirá um empréstimo de até 50 bilhões de francos suíços (em torno de US$ 53,7 bilhões) ao Banco Central. Às 11h20 (8h20 de Brasília) o título do banco registrava alta de 22,30% na Bolsa de Zurique, a 2,07 francos suíços, depois de registrar o mínimo histórico de 1,55 franco na quarta-feira.

O banco também anunciou uma série de operações de recompra de títulos da dívida por quase 3 bilhões de francos suíços. "Estas medidas são um movimento decisivo para fortalecer o Credit Suisse, à medida que continuamos nossa transformação estratégica para agregar valor aos nossos clientes e outras partes interessadas", afirmou o CEO do banco, Ulrich Koerner, em um comunicado. Após um silêncio muito questionado no início da semana, o Banco Central suíço e a Autoridade Supervisora do Mercado Financeiro do país anunciaram uma ajuda ao CS na quarta-feira.

"O Credit Suisse atende às exigências em matéria de capital e liquidez impostas aos bancos de importância sistêmica", afirmaram o Banco Nacional Suíço (BNS, banco central), e a Autoridade Supervisora do Mercado Financeiro (Finma), em comunicado do conjunto. "Em caso de necessidade, o BNS colocará liquidez à disposição do Credit Suisse", acrescentaram as instituições. O colapso do Credit Suisse aconteceu poucos dias após a falência do banco californiano Silicon Valley Bank (SVB) após uma onda de saques em larga escala de clientes, o que deixou o estabelecimento em dificuldades para manter o fluxo por conta própria. Mas ao contrário do SVB, o CS integra o grupo de 30 bancos internacionais considerados muito importantes para quebrar, o que também impõe regras mais rígidas para resistir aos abalos do mercado.

A preocupação supera as fronteiras da Suíça. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos afirmou que estava "monitorando a situação e em contato com as autoridades internacionais". "Esperamos que as medidas acalmem os mercados e interrompam a espiral negativa", disse Andreas Venditti, analista da Vontobel, que considera a ajuda do banco central como "um forte sinal". "Mas levará tempo para recuperar totalmente a confiança", acrescentou.

O colapso da ação do Credit Suisse acelerou na quarta-feira após a recusa de seu principal acionista, o Banco Nacional Saudita, a ampliar sua participação no capital. Questionado pela Bloomberg TV se o banco saudita poderia investir mais dinheiro, seu presidente, Amar Al Judairy, disse: "A resposta é absolutamente não, por várias razões cada vez mais simples, que são regulatórias e estatutárias". Os sauditas possuem, hoje, 9,8% do banco suíço. "Se passarmos de 10%, uma série de novas regras entra em vigor", alegou.

FRANÇA

Macron atropela Congresso

FERNANDA MENA

Toulosse, França – O presidente da França, Emmanuel Macron, decidiu recorrer ao artigo 49.3 da Constituição, que permite aprovação de projetos de lei apresentados pelo governo mesmo sem a chancela parlamentar, para impor sua controversa reforma da Previdência aos franceses. A decisão ocorreu em reunião com a primeira-ministra Elisabeth Borne e demais ministros no palácio Elysée, sede do governo em Paris, no início da tarde de ontem, horas antes que o texto aprovado pelo Senado fosse submetido à Assembleia Nacional.

O dispositivo constitucional, de baixa densidade democrática, foi uma aposta radical do governo diante das incertezas sobre a votação na Assembleia de uma reforma tida como crucial para as finanças públicas e para a agenda reformista de Macron, mas que é altamente contestada por deputados e pela população. Desde que foi apresentado pela primeira-ministra, em janeiro deste ano, a reforma provocou a articulação de uma junta intersindical inédita nos últimos 12 anos na França, que lançou uma campanha de greves e manifestações contra o texto e que levou milhares de franceses a protestar, paralisando serviços de coleta de lixo, educação, transporte público e geração de energia.

Apenas 23% dos franceses avaliam as propostas desta reforma da Previdência como "aceitáveis", segundo o instituto de pesquisa Ifop, um dos principais do país. Em 2010, quando a última reformulação previdenciária foi aprovada, esse índice era de 53%. Outro levantamento do Ifop realizado nesta semana apontou que 78% dos franceses rejeitavam o uso do artigo 49.3 para aprovar as mudanças previdenciárias. O artigo 49.3, que os franceses têm chamado de "número maldito", já foi acionado dez vezes por Borne desde o início de seu mandato, em 2022, sempre diante de impasses nas votações de projetos de lei no campo das finanças públicas.

A utilização deste dispositivo em um caso controverso e que mobilizou tantos franceses pode ter resultados explosivos nas ruas das grandes cidades da França, num contexto em que as jornadas de manifestações têm visto redução na adesão aos atos na mesma medida em que protestos têm se radicalizado.

PROTESTOS Na tarde de ontem, manifestantes se concentraram na porta da Assembleia Nacional para repudiar a decisão do governo, entre pilhas das mais de sete toneladas de lixo que se acumulam há 13 dias nas ruas da capital francesa por conta da greve dos garis contra a reforma. Às 15h, horário previsto para o início da votação do texto pelos deputados, Borne chegou à casa e foi recebida pelo plenário sob vaias dos deputados de oposição. Enquanto parlamentares da França Insubmissa, partido de ultraesquerda de Jean-Luc Melenchon, cantaram o hino nacional da França durante o anúncio da medida pela primeira-ministra, deputados da Reunião Nacional, partido de extrema-direita de Marine Le Pen, puxavam gritos de "demissão".

Nas ruas, milhares manifestantes voltaram a protestar contra a reforma da Previdência do governo Macron e entraram em confronto com forças de segurança, com bandeiras e palavras de ordem. A única forma de barrar a medida é a aprovação de uma moção de desconfiança contra o governo em 24 horas que rejeitaria a implementação da lei e forçaria a dissolução do Congresso e a convocação de eleições antecipadas. "Esse texto (da reforma) não tem legitimidade", declarou Melenchon entre manifestantes que lotaram a praça da Concórdia, perto da Assembleia, depois do anúncio de Borne. (Folhapress)

OPINIÃO

E-MAIL: opiniao.em@uai.com.br
TELEFONE: (31) 3263-5373

ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

Diretor-Presidente: Álvaro Teixeira da Costa

Diretor-Executivo: Geraldo Teixeira da Costa Neto

Vice-presidente de Negócios Corporativos: Josemar Gimenez de Resende

Diretor de Publicidade: Mário Neves

Diretor Jurídico: Joaquim de Freitas

Diretor de Redação: Carlos Marcelo Carvalho

Diretora Administrativa e Financeira: Sônia Márcia Souza Silva Campos

Editora-Executiva: Renata Neves

EDITORIAL

Difícil arte de dormir

Nos dias de hoje é raro encontrar um grupo de pessoas que durma bem. Mesmo que a Associação Brasileira do Sono (ABS) preconize que um ser humano adulto precisa dormir entre sete e nove horas por noite, o brasileiro continua fugindo à regra: dorme, em média, 6,4 horas por noite.

Além dessa distância entre o que as pessoas dormem e o que deveriam dormir, a qualidade do sono também é discutível. Mais de 65% dos brasileiros apresentam um sono ruim. Segundo um estudo feito por pesquisadores da Unifesp e da USP, as pessoas com o pior padrão de sono são os jovens, mulheres e casais que dormem em camas ou quartos separados e que usam mídias interativas. Foram entrevistadas 2.635 pessoas, com idade média de 35 anos, sendo 70% mulheres.

O déficit de quem dorme mal é amplo. Nos casos eventuais, os danos incluem fadiga, sonolência, menos desempenho cognitivo, mau humor e menor capacidade de decisão. Especialistas acrescentam que, nos casos mais frequentes, pessoas que dormem pouco vivem menos e têm mais chances de desenvolver demências.

Outros distúrbios do sono também são bastante relatados por pacientes nas clínicas de sono, como insônia e apneia obstrutiva do sono. Enquanto a insônia é definida como a dificuldade para iniciar e manter o sono ou acordar de maneira precoce pela manhã, a apneia é caracterizada por episódios recorrentes de congestão das vias aéreas, que levam à interrupção total ou parcial do fluxo de ar. A doença grave pode aumentar o risco para doenças cardiovasculares e metabólicas, como infarto e acidente vascular cerebral (AVC).

> Especialistas acrescentam que, nos casos mais frequentes, pessoas que dormem pouco vivem menos e têm mais chances de desenvolver demências

Mais que benefícios à saúde física, prolongar a duração do sono a cada noite pode contribuir para um maior número de emoções positivas ao longo do dia. Uma pesquisa feita com 72 jovens, entre 18 e 24 anos, comprovou uma melhora no estado emocional do grupo, que dormia em média sete horas por noite. O sono foi ampliado em uma hora e meia em dois dias de um período de duas semanas e os participantes relataram menos sonolência durante o dia e queda na pressão arterial.

Os estudos citados acima demonstram a interferência das mídias no atraso ou na má qualidade do sono. A luz emitida por celulares, tablets e notebooks, enfim, pelas telas, pode inibir a produção de melatonina, considerada o hormônio da escuridão. Outra questão relevante é que grande parte das pessoas que relataram quadros de insônia são mulheres e não necessariamente idosas, ou seja, cada vez mais jovens estão se tornando insones.

No Dia Mundial do Sono, nesta sexta-feira, o Instituto do Sono preparou uma série de atividades em suas redes sociais para lembrar a data, como produções de vídeos com recomendações de especialistas para a melhora da qualidade do sono e descontos em cursos.

Mais importante que se informar, é importante ter em mente que o sono continua sendo um dos pilares da saúde, ao lado de uma alimentação saudável e da prática de atividades físicas. Mente sã, corpo são.

FRASES

"Ficamos quatro anos sem poder ir a Brasília, pois não éramos recebidos por ninguém. O mapa da sala do presidente (Jair Bolsonaro) tinha um buraco negro onde fica Belo Horizonte. Ele não fez nada"

■ **Fuad Noman**, prefeito de BH (Em entrevista exclusiva ao **EM**)

"Soube que representantes da extrema-direita reiteraram seu ódio a lugares onde moram os mais pobres. Essa gente sem decoro não vai me impedir de ouvir a voz de quem mais precisa do Estado. Não tenho medo de gritos de milicianos nem de milicianinhos"

■ **Flávio Dino**, ministro da Justiça (Em resposta a Eduardo Bolsonaro, que o acusou de envolvimento com crime organizado)

Quinho

ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET

twitter: @em_com
facebook: www.facebook.com/estadodeminas
e-mail: opiniao.em@uai.com.br
site: www.em.com.br/opiniao

POR CARTA

As cartas devem conter nome, endereço completo, número do telefone e cópia da carteira de identidade, podendo ser publicadas na íntegra ou parcialmente.

Avenida Getúlio Vargas, 291 - 2º andar - Funcionários - Belo Horizonte - MG - CEP 30112020 - fax: (31) 3263-5070

GOVERNO
Leitor diz que Lula nunca terá seu voto

Kleber Pereira Gonçalves
Belo Horizonte

Leio na coluna Mercado S.A. no Estado de Minas (16-3-23): "Para mercado financeiro, governo está no caminho errado". Se 98% dos agentes que administram fundos de investimento pensam assim, não há razão para duvidar. Há um velho ditado que diz: "se queres conhecer o vilão, passe-lhe o bastão". É a terceira vez que o bastão é passado ao Antônio Conselheiro de Garanhuns, autodenominado Jararaca e conhecido como "amigo do amigo do meu pai" na planilha de propinas da Odebrecht. Ocorre que, lamentavelmente, os brasileiros que votaram nele não se convenceram, depois de tantos anos, que é um impostor encantador de serpentes, como definiu Ciro Gomes prometendo picanha e quejandos aos mais necessitados. Nunca teve meu voto e nunca o terá enquanto tiver pernas para ir votar em quem quer que seja oposição a ele. Quando ficaremos livres desse que é um pesadelo para nós e um sonho para Geraldo Alckmin que a ele se aliou acicatado pela vaidade de um dia ocupar sua cadeira.

CAMPO
Leitor critica invasão de terra feita pelo MST

Antônio José G. Marques
São Paulo

Brasil, um líder no Agronegócio e uma mina de ouro de exportações, um orgulho nacional, mas como nem tudo que está ruim sempre poderá piorar, o PT assume o poder e o parasita MST braço do próprio PT, resolve invadir fazendas produtivas sabendo que o Lula vai lhes dar proteção, e espalham o caos e a violência nesse setor vital do Brasil. E aí o Lula espalha as fakes em relação às armas. E quem fornece armas ao MST? Cuba, Nicarágua, Venezuela ou o papa? Que país é este? O Brasil nunca será sério.

● CARLOS PRATES: VEJA A PRIMEIRA IMAGEM DO PROJETO DA PBH PARA O AEROPORTO

"Totalmente inviável, proposta esdrúxula. Primeiramente, aviação não é brincadeira; segurança sempre em primeiro lugar. Baseando na quantidade de acidentes graves (levaram a óbitos) com aviões no Carlos Prates, que gera em torno de 2 a 4 (nenhum envolvendo aviões de instrução), em relação a taxa de atropelamentos, batidas, capotamentos, assaltos no local, envolvendo vítimas fatais, é surreal a diferença. Segundo, a mudança para o aeroporto da Pampulha se torna inviável em todos os sentidos. O mesmo não consegue comportar 1/4 dos aviões que operam no Carlos Prates. Fora isso, ocorrerá uma grande taxa de desemprego, levando a mais de 500 pessoas/famílias e incontáveis contratos quebrados, tanto de alunos, quanto de aeronaves em manutenção (incluindo das forças de segurança estaduais – PM, BM etc). Moradores invadiram a área de segurança aeroportuária e reclamam da segurança do local. Outro ponto, que a TV só está mostrando a população a favor (minoria), não mostrando a maior parte, que é contra a saída do aeroporto. Espero que o prefeito e o governador sentem e estudem o caso corretamente, em vez de ir por impulso. Aliás, o aeroporto tem uma movimentação alta, atrelado a economia local (referente a empresários), fora que é um polo gigantesco, em formações de novos profissionais da área. Em vez de gastar dinheiro, construindo um sambódromo no local, invista no aeroporto e na sua segurança."

■ **@jonathangoliveira**

"Eu não entendo. Não seria melhor usar o da Pampulha do que o Carlos Prates?"

■ **@helbert_paulino**

"A área do entorno já é caótica em horários de pico. Independentemente se for moradia popular um condomínio de luxo, vai piorar e muito as ruas e avenidas próximas."

■ **@racpedra**

"Transforma o aeroporto do Carlos Prates na rodoviária de BH."

■ **@eupraiamiramar**

"Um absurdo! Um aeroporto é uma porta para o mundo, fechar um aeroporto tão importante para BH é fechar as portas. Espero que ninguém das redondezas (que tanto reclamam) precise de uma evacuação aeromédica. Ou o pessoal que sofre com as queimadas, que se lembrem que os aviões que apagam incêndio usam o Carlos Prates para reabastecimento de água e combustível. Lamentável postura."

■ **@uesleycorrea**

● GOVERNO BOLSONARO INCINEROU MEDICAMENTOS DE DOENÇAS RARAS

"Mais alguma dúvida que esse era o governo da morte?"

■ **Tas Bastos**

"Terminou as narrativas das joias. Agora é dos remédios. Qual é o próximo assunto?"

■ **Alcides Possidonio**

"Genocídio explícito."

■ **Guilherme Oliveira Souza**

"Na Farmácia de Minas em BH está faltando medicamentos!"

■ **Odaide Lopes**

"Quem esse cara pensa que é? Sabe por que acontecem essas barbaridades? Porque não tem ninguém da sua família precisando disso. Senão ninguém votaria numa coisa dessa."

■ **Tereza Dalva**

"No hospital do câncer em Divinópolis, está faltando medicação. Os pacientes vão no dia marcado e não encontram a medicação, voltam pra casa e têm de ficar aguardando serem chamados novamente, isto pode custar suas vidas."

■ **Edwiges Sousa Silva**

"Esse deve se juntar ao Putin, a ruindade exala pelos poros."

■ **Sil Ferreira**

“Partir de Cristo”

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte
Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

“Partir de Cristo” é a primeira indicação para quem busca alcançar o sentido indispensável da vivência e das celebrações deste tempo da Quaresma. Os ritos e exercícios da Quaresma ganham vigor quando se reconhece a centralidade de Cristo na vida pessoal e na relação com o semelhante. Os que creem em Cristo sabem o que pode ocorrer quando discípulos se distanciam do Mestre Jesus: condutas contaminadas por escolhas e atitudes que estão na contramão da fraternidade universal. O mundo pede aos cristãos maior proximidade com o seu Mestre. Clama por um jeito novo de ser, que desperte sensibilidades para que sejam encontradas novas direções, capazes de levar à renovação da sociedade, tão desgastada. Primordial é exercitar-se, individual e comunitariamente, na competência espiritual e humana de sempre “partir de Cristo”, alimentando a convicção de que conhecer Jesus pela fé é experimentar a verdadeira alegria procurada pelo coração humano. Essa alegria tem efeitos transformadores pela graça de segui-Lo.

Seguir Jesus é oportunidade para vencer irracionalidades que vitimam a sacralidade da dignidade humana e nutrir uma esperança que não é enganadora. Quaresma constitui, assim, um tempo favorável para práticas que alicerçam o dom do encontro, ou do reencontro com Jesus Cristo. Tempo para nutrir-se da convicção de que partir sempre Dele garante qualidade ética e existencial ao viver humano. A proximidade com Cristo possibilita a cada pessoa ser instrumento da paz, revestindo a interioridade com as propriedades da misericórdia, inesgotáveis no coração do Mestre e Senhor. O Evangelho tem essa novidade precisada pelo coração de todos, para que cada um se fortaleça na condição de discípulos e discípulas de Jesus. Trata-se de uma experiência forte e transformadora. Por isso, vivenciar as propostas e interpelações do tempo quaresmal é colocar ao próprio alcance valiosa experiência de ser cristão autêntico. Isto possibilita superar muitos desgastes existenciais.

O encontro com Jesus Cristo, pela fé, é muito mais que experiência casual. Oferece um novo horizonte à própria vida, alcançando o desejável, urgente e decisiva orientação que é buscada por todos, capaz de conferir sentido à existência de cada um. A Quaresma, culminando com a vivência da Semana Maior, a Semana Santa, é a possibilidade concreta e graciosa de se desenhar um novo horizonte na própria história, com repercussões na vida familiar e social. A vivência quaresmal, iluminada pela força da Palavra de Deus, permite saciar a sede experimentada no coração humano. Leva a um aprendizado essencial: partir sempre de Cristo, em tudo que fizer. A recuperação da centralidade de Cristo na própria vida e nas dinâmicas da comunidade de fé é meta primordial da celebração do tempo da Quaresma. Leva ao coração de todos mais força e sabedoria para enfrentar as circunstâncias dramáticas da contemporaneidade. Ilumina iniciativas para que efetivamente possam levar mais equilíbrio aos relacionamentos, alicerçando a edificação de uma sociedade mais justa e solidária.

Seguir Jesus é oportunidade para vencer irracionalidades que vitimam a sacralidade da dignidade humana e nutrir uma esperança que não é enganadora

Quaresma é dom do encontro com Jesus Cristo que possibilita ao ser humano reencontrar-se com a sua própria e genuína essência. Uma experiência que leva ao aprendizado de lições insubstituíveis para uma vida social e comunitária nos parâmetros da justiça e da solidariedade, alavancas na promoção da paz. Pode-se reconhecer, a partir dos focos de guerra, das situações de penúria enfrentadas por tantos injustiçados, em diferentes contextos, que a humanidade experimenta o seu próprio caminho como enigma indecifrável. E ao compreender o próprio horizonte como enigma indecifrável, percebe-o como fardo pesado e insuportável, sem sentido, sem um rumo a ser seguido. Consequentemente, não são reconhecidas as razões para se investir no compromisso com a solidariedade. A indicação é recuperar Cristo Mestre como “caminho, verdade e vida.”

Iluminadora, pois, é esta convicção: não reconhecer os rumos do próprio caminho leva a um viver desvinculado da verdade, a uma vida sem vida. Trilhar o caminho da Quaresma permite o aprendizado da autêntica liberdade. A vivência frutuosa do tempo quaresmal pelas práticas recomendadas do jejum, da esmola e da oração, recupera a alegria essencial ao coração humano. É oportuno ter presente o que diz o Documento de Aparecida, fruto saboroso e inspirador da 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho: “A alegria do discípulo é antídoto frente a um mundo atemorizado pelo futuro e oprimido pela violência e pelo ódio”. Seguir, pois, este princípio – partir sempre de Cristo – é conquistar uma alegria que ultrapassa um mero bem-estar egoísta: faz nascer no próprio coração a alegria que resulta do conhecimento e do encontro com Jesus Cristo – o melhor presente que se pode receber, comprovadamente. Aprenda-se sempre e cada vez mais este princípio: em todas as ações, decisões, pensamentos, sempre partir de Cristo.

Passageiros X companhias aéreas

Rodrigo Soares

Advogado especialista em Compliance e Direito do Consumidor

O Brasil é o país onde mais se entra na justiça contra as companhias aéreas. Segundo avaliação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o custo anual do setor aéreo com processos judiciais é de R$ 1 bilhão. São oito processos a cada 100 voos, ao passo que nos Estados Unidos, acontece apenas 0,01 processo a cada 100 voos. Isso quer dizer que a probabilidade de o passageiro processar a empresa em algum voo doméstico no Brasil é 800 vezes maior que um voo doméstico no território norte-americano.

De acordo com boletim da Anac, no 3º trimestre do ano passado, foram registradas 22.304 reclamações em relação às empresas aéreas no Consumidor.gov.br, as quais transportaram 26.214.853 passageiros pagos no mercado brasileiro. Isso significa o registro de 85,1 reclamações a cada 100 mil passageiros – uma queda de 38,8% em relação ao mesmo período de 2021.

Em participação recente em um fórum de turismo em São Paulo, Jerome Cadier e Abhi Shah, presidentes respectivamente da Latam Brasil e da Azul, abordaram temas polêmicos como: o elevado número de ações judiciais contra as companhias aéreas, e o mercado paralelo de vendas de milha no Brasil. Respeitando a legislação brasileira, hoje existe uma confusão de interpretação sobre qual regramento seguir. Existem as recomendações da Anac, laboradas especialmente com participação das cias aéreas e a lei geral de defesa do consumidor. Ou seja, cada um pensa no seu lado e o resultado é esse caos que estamos vivenciando tanto por parte das empresas, quanto por parte dos passageiros que estão cada dia mais insatisfeitos com os serviços prestados.

O excesso de processos judiciais existe porque as empresas áreas não respeitam a legislação brasileira

Sem dúvida, o correto seria as companhias aéreas seguirem a legislação e prestarem um atendimento mais humanizado ao consumidor. E, caso aconteça algum descumprimento como em um contrato de transporte aéreo de bagagem ou passageiros, o que é inerente à atividade explorada, colocar na balança até onde vale a pena brigar para ter razão, sempre parametrizado com os custos processuais.

Vale pontuar que o excesso de processos judiciais existe porque as empresas áreas não respeitam a legislação brasileira. É notório que o tratamento ao cliente não é civilizado e os acordos extrajudiciais servem mais como barreiras para peneirar o consumidor que luta pelo seu direito. Os casos mais comuns das chamadas práticas abusivas por parte das companhias são: cancelamento de voo, atraso de voo e perda de conexão, extravio de bagagem e overbooking (companhia vende mais passagem que o número de assentos no avião).

O direito do consumidor no transporte aéreo equilibra uma relação que é desequilibrada por natureza. Ele apenas oferece ao consumidor, “armamentos” no qual ele possa brigar de igual para igual com as empresas. Agora, imagina você em discussão com uma empresa como a Coca- Cola? É praticamente impossível provar seu ponto de vista sem uma legislação de proteção ao direito do consumidor.

Liderança feminina: uma nova forma de fazer negócios

Carolina Gilberti

CEO da Mubius WomenTech Ventures

Quem nunca aprendeu que há certos assuntos que não devem ser discutidos? Quantas vezes parentes e amigos já não cutucaram você debaixo da mesa quando você quis trazer para a roda aquela conversa “tabu”? A grande maioria das pessoas sabe a quais assuntos estou me referindo. Não preciso nem os listar aqui. Mas preciso dizer uma coisa importante: sim, há certos assuntos que é melhor não abordar, e a liderança feminina, definitivamente, NÃO é um deles.

Então porque ainda temos tantos narizes sendo franzidos, mexidas desconfortáveis nas cadeiras, olhares desviados e suspiros soltos quando este tópico é trazido para a pauta?

Se você se identificou como essa pessoa que se sente desconcertada diante deste tema, convido você a ler até o final. Prometo não julgar.

Primeiramente, sabe por que essas cenas de desconforto acontecem? Porque ainda estamos discutindo os sexos dos anjos e isso não vai nos levar a lugar nenhum.

Por isso convido você a olhar para a liderança feminina de uma forma diferente. De maneira que nem você nem a sua empresa sintam-se para trás e obsoletos. Vamos falar de alguns dados importantes...

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a liderança feminina caiu em 2019. As mulheres ocuparam 37,1% dos cargos de liderança em tal ano, contra 39,1% no estudo anterior, o que representa uma queda de 2% na representação feminina nessas posições. No cenário pós pandemia, os desafios são ainda maiores.

Criar oportunidades, gerar um ambiente favorável e proativo para captação de lideranças femininas não é uma questão de “fazer o certo” ou ser uma boa pessoa. Diz respeito a entender as demandas do mercado, ser inovador diante da nova realidade e gerar resultados para o seu negócio.

A fórmula é simples: se faz bem para as pessoas e para o negócio, os resultados são positivos. Pessoas felizes, mais dinheiro no caixa, mais prosperidade, mais sucesso e por aí vai.

Empresas que hoje estão antenadas e engajadas nessa pauta já entenderam a importância e o valor de investir em times diversos. Uma gestão composta por pessoas diversas com lideranças femininas significativas se torna mais complementar, com perspectivas e habilidades diferentes que contribuem para um time mais colaborativo e inclusivo, melhorando os resultados.

Outro ponto importante está relacionado ao posicionamento e fortalecimento da marca diante do mercado e seu público.

Uma pesquisa feita pelo Journal of Consumer Research, mostrou que organizações diversas geram impactos positivos em seus consumidores, gerando conexão com a marca, transmitindo ética e transparência, fortalecendo o *brand awareness* (reconhecimento da marca) e, consequentemente, fidelizando o cliente.

É necessário deixar claro que essa transformação de mentalidade nas estruturas corporativas, sociais e econômicas não acontece em um piscar de olhos. É uma mudança diária, feita no coletivo, através de iniciativas que envolvem todas as esferas de uma sociedade – da pública à privada, de dentro para fora das empresas e vice-versa.

Entendendo esse cenário e vendo a necessidade de ações efetivas e tangíveis é que a Mubius WomenTech Ventures – a 1ª WomenTech do Brasil, se lançou no mercado no dia 08 de março de 2022.

Somos uma das inúmeras iniciativas necessárias para gerar impacto e mudança nesta pauta. Entramos no mercado com o objetivo de apoiar e alavancar startups lideradas por mulheres e que têm em seu DNA o feminino como valor, ou seja, ideias e soluções positivas e benéficas para o mundo, relacionadas ao feminino.

E então? Você concorda que a liderança feminina não é uma tendência e sim uma nova forma de entender e fazer negócios? Convido você a vir conosco e fazer essa transformação.

S/A ESTADO DE MINAS
FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

SEDE
Avenida Getúlio Vargas, 291 - Funcionários, Belo Horizonte-MG-Cep 30112-020

TELEFONE GERAL
(31) 3263-5000

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação IVC

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

SUCURSAL SÃO PAULO
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732/766 - Edifício Mary Harriet Speers - 7º andar - Bairro Jardins - São Paulo - SP CEP: 01403-000 ● Fone: (11) 3372-0022 ● e-mail: sucursal.sp@uai.com.br e associadossp@uaigiga.com.br

SUCURSAL RIO DE JANEIRO
Rua Fonseca Teles, 114 a 120 – bloco 2 - 1º andar - São Cristóvão – Rio de Janeiro - RJ CEP: 20940-200 Tel : (21) 2263-1945 ● Fax: (21) 2263-2045 e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

TELEFONES DE APOIO

Redação (31) 3263-5330
Editorias:
Gerais (31) 3263-5244
Política (31) 3263-5293
Economia e Agropecuário (31) 3263-5103
Esportes (31) 3263-5313
Internacional (31) 3263-5301
Opinião (31) 3263-5373
Cultura - TV - Pensar e Divirta-se (31) 3263-5126
Fotografia (31) 3263-5214
Turismo (31) 3263-5333
Vrum (31) 3263-5078
Bem Viver, Guri e Negócios e Oportunidades (31) 3263-5048
Feminino & Masculino (31) 3263-5260

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(31) 99402-0234
fale.conosco@em.com.br
Central de atendimento
(31) 3263-5800
De segunda a sexta-feira, das 7h às 16h
Sábados, domingos e feriados, das 7h às 13h

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA
WhatsApp:
(31) 99310-3419

DEPARTAMENTO DE COBRANÇA
(31) 3263-5421

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

ASSINE
em.com.br/assine

ANUNCIE
Publicidade
(31) 3263-5501/5197
Classificados
(Pequenos Anúncios Fonados)
(31) 3228-2000

TABELA DE PREÇOS

Localidade	VENDA AVULSA (R$) 2ª a sábado	Domingos
MG, SP, RJ (capital)	2,50	3,50
RJ (interior), ES e DF	3,50	4,50
Outros estados	5,00	6,50

D.A PRESS MULTIMÍDIA

ATENDIMENTO PARA PESQUISA E VENDA DE CONTEÚDO:
Por e-mail e telefone: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800 647 73 77.
Fax: (61) 3241.1595.

E-mail: dapress@dabr.com.br
Site: www.dapress.com.br

AMAURI SEGALLA

MERCADO S/A

> De acordo com o executivo, nunca houve um radicalismo tão evidente. Ele acha que isso se deve à juventude dos profissionais da indústria financeira

"BRASIL NÃO VIVERÁ CENÁRIO DE TERRA ARRASADA"

O diretor de uma grande casa de análise de investimentos procurou a Coluna para comentar o resultado de uma pesquisa publicada ontem neste espaço que mostrou a repulsa do mercado financeiro pelo governo Lula. "A Faria Lima pensa em bloco, age em bloco, trabalha em bloco", disse o profissional. "Eu questiono muitas posições do presidente, mas não acho que o país viverá um cenário de terra arrasada, como todo o mercado diz. A Faria Lima nunca foi tão enviesada do ponto de vista ideológico. Isso é lamentável." De acordo com o executivo, que tem quatro décadas de atuação no ramo das finanças, nunca houve um radicalismo tão evidente. Ele acha que isso se deve à juventude dos profissionais da indústria financeira. "É uma garotada que não vê nuances, que acha que fulano não presta e sicrano é herói. Não existe isso. O mercado não pode ter político de estimação, nem analisar o atual governo com desprezo."

MERCADO LIVRE ACELERA INVESTIMENTOS NO BRASIL

O Mercado Livre vai aumentar a aposta no Brasil. Em 2023, a companhia de origem argentina pretende investir R$ 19 bilhões no país, o que representa um acréscimo de 11,5% sobre o montante desembolsado em 2023. Os maiores aportes serão feitos nas áreas de tecnologia, logística, publicidade e no banco digital Mercado Pago. "Após o bom desempenho do último ano, seguimos confiantes na qualidade da oferta de nosso ecossistema", disse, em nota, Fernando Yunes, diretor do Mercado Livre no país.

META CRIA REDE SOCIAL PARA CONCORRER COM TWITTER

Mais um enorme desafio para Elon Musk: o Twitter, que ele comprou em outubro do ano passado por US$ 44 bilhões e que até agora mostrou ser uma máquina para perder dinheiro, terá em breve a concorrência da Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp. Chamada provisoriamente de "Projeto P92", a plataforma deverá funcionar nos mesmos moldes do Twitter, com textos curtos e ágeis. A informação foi publicada inicialmente pelo site Money Control e depois confirmada pela própria Meta.

NELSON ALMEIDA/AFP

BOLSA DE SÃO PAULO SERÁ INVESTIGADA POR POSSÍVEL PRÁTICA ANTICONCORRENCIAL

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu nesta semana um inquérito administrativo para investigar possíveis práticas anticoncorrenciais adotadas pela B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. O processo foi encaminhado ao Cade em 2022, depois de uma denúncia feita pela CSD BR, empresa que concorre com a B3 no segmento de registro de ativos financeiros e valores mobiliários. De acordo com o Cade, não há prazo para a conclusão das investigações.

US$ 54 bilhões

é o valor do empréstimo que o Credit Suisse receberá do banco central da Suíça para colocar suas finanças em dia e recuperar a confiança do mercado. É sempre assim: para evitar quebradeiras, as autoridades monetárias entram em ação. Isso também ocorreu na crise de 2008

EVARISTO SÁ/AFP – 7/1/19

> "Uma agenda verde coerente e voltada para a eficiência atrairá investimentos, inclusive externos"

■ **Joaquim Levy,** ex- ministro da Fazenda e diretor do Banco Safra

RAPIDINHAS

» *Não são apenas os jovens que brilham nas redes sociais. Aos 90 anos, o ator Ary Fontoura tem 4,5 milhões de seguidores, que foram seduzidos por suas piadas e comentários divertidos sobre a vida nacional. Há outros exemplos. Nos Estados Unidos, a empresária de moda Iris Apfel tem 2,5 milhões de seguidores do alto de seus 101 anos.*

» *A inflação dará trégua? É impossível dizer com certeza, mas há bons sinais. Um levantamento feito pela empresa de monitoramento de preços Precifica constatou que, em fevereiro, o valor dos medicamentos vendidos nas plataformas digitais caiu 5,66% na comparação com janeiro. Os anti-hipertensivos (recuo de 15,39%) tiveram a maior queda.*

MARTIN BERNETTI/AFP – 18/6/22

» *O número de passageiros transportadas pela companhia aérea Latam na atual temporada brasileira de verão cresceu 13% em relação ao mesmo período do ano anterior. Cerca de 6 milhões de pessoas viajaram nos voos domésticos e internacionais da empresa entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023.*

» *A Vivo atingiu a marca de 1,8 mil lojas físicas no país. Hoje, duas unidades serão inauguradas: uma no Pátio Brasil Shopping, em Brasília, e outra no Shopping Recife, em Pernambuco. Os espaços trazem inovações, como dispositivos para pets. Um deles é um localizador com funcionamento via bluetooth para encontrar o animal que se perdeu.*

DESENVOLVIMENTO

Puxada pela agropecuária e pelos serviços, economia mineira tem expansão maior do que o país em 2022. Soma da geração de riquezas no estado foi estimada em R$ 924,7 bilhões

PIB de Minas cresce 3,5%

MARIANA COSTA

O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais registrou crescimento de 3,5% no ano passado, segundo informou ontem a Fundação João Pinheiro. A soma de todas as riquezas produzidas em Minas no ano passado teve avanço superior ao registrado no país, de 2,9%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com pesquisadores da FJP, o resultado foi impulsionado por crescimento em vários setores, com agropecuária (9,7%) e serviços (5%) puxando a expansão do PIB no estado. Por outro lado, indústrias extrativa (-1,6%) e de transformação (-1,3%) foram os segmentos que tiveram queda.

O PIB de Minas Gerais foi estimado em R$ 924,7 bilhões em 2022. Em termos nominais (sem descontar a inflação) teve uma variação de 14,1% em relação ao resultado de 2021, de R$ 810,4 bilhões. Porém, uma parte desse crescimento se deve ao aumento de preços. Portanto, em termos reais, o crescimento real foi de 3,5%. Em termos proporcionais, a contribuição de Minas Gerais para o PIB do Brasil correspondeu a 9,3% no ano passado. Em 2021, ela foi de 9,1%.

"Percebemos uma contribuição muito importante do valor adicionado na agropecuária, que passou de R$ 49 bilhões para mais de R$ 60 bilhões, no ano de 2022. O crescimento do setor foi estimado em 23,7%, sendo que 12,7% se refere ao aumento dos preços e 9,7% de crescimento real da produção", afirmou Raimundo Legal, pesquisador da FJP. Segundo ele, a indústria foi o setor que menos contribuiu para este resultado. O setor de maior peso na economia, o de serviços, também teve uma contribuição na melhoria da participação do PIB de Minas no total nacional.

Em relação ao 4° trimestre, houve uma desaceleração. O PIB do estado foi estimado em R$ 233,4 bilhões. Em termos nominais teve uma variação de 10,7% em relação ao resultado de 2021, de R$ 211 bilhões. Já em termos reais, houve um crescimento real de 1,2%. Em termos proporcionais, a contribuição de Minas Gerais para o PIB do Brasil correspondeu a 9% no último trimestre de 2022. Em 2021, ela foi de 9,1%, neste trimestre.

SEAPA/DIVULGAÇÃO – 14/12/22

Produção agrícola foi favorecida pelo maior volume de chuvas no estado, possibilitando crescimento acima do obtido em todo o Brasil

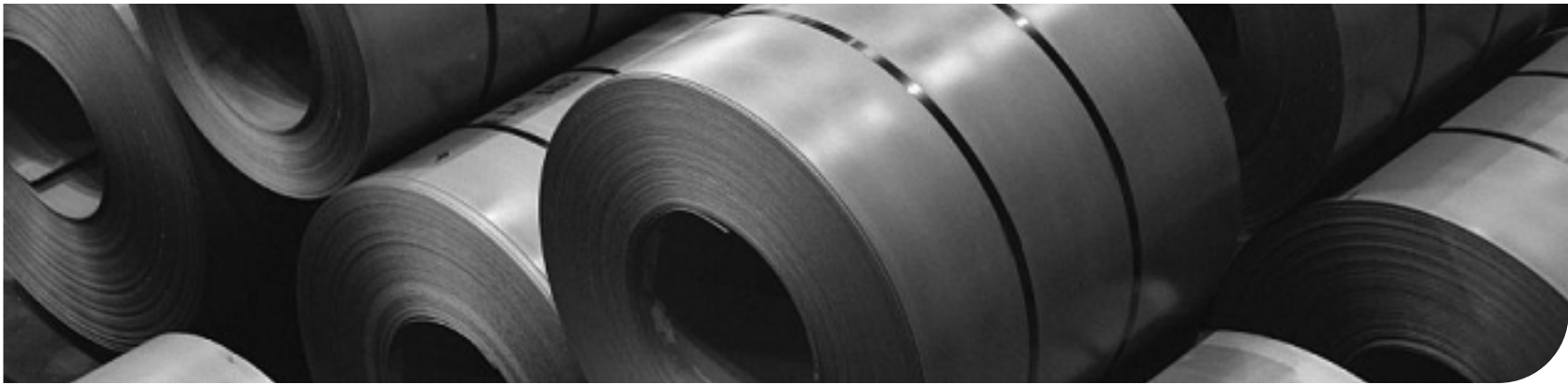
SETORES O setor teve um crescimento significativo. O Valor Adicionado Bruto (VAB) agropecuário de Minas foi estimado em R$ 60,7 bilhões em 2022. Em termos nominais, teve um crescimento de 23,7% em relação ao resultado do ano anterior, de R$ 49,1 bilhões; e em termos reais, aumento de 9,7%. Em termos proporcionais, a contribuição de Minas para o VAB agropecuário do Brasil correspondeu a 9% no ano passado. Em 2021, ela foi de 7,4%. O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. Já o PIB é a soma dos VABs de todos os setores e de impostos.

O setor industrial, que compreende a mineração, indústria de transformação e da construção, foi o que menos contribuiu para o avanço da economia de Minas. O Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial de Minas foi estimado em R$ 235,9 bilhões em 2022. Em termos nominais, teve um crescimento de 7,5% em relação ao resultado do ano anterior, de R$ 219,4 bilhões; e em termos reais, aumento de 0,1%. Houve ainda uma perda de participação em relação ao PIB nacional. Em termos proporcionais, a contribuição de Minas para o VAB industrial do Brasil correspondeu a 11,5% no ano passado. Em 2021, ela foi de 12,2%.

O setor de serviços, que representa quase 2/3 do total do VAB na economia do estado, teve uma expansão significativa, assim como a agropecuária. O Valor Adicionado Bruto de serviços de Minas foi estimado em R$ 521 bilhões em 2022. Em termos nominais, teve um crescimento de 17,5% em relação ao resultado do ano anterior, de R$ 465,6 bilhões; e em termos reais, aumento de 5%. Em termos proporcionais, a contribuição de Minas para o VAB de serviços do Brasil correspondeu a 8,9% no ano passado. Em 2021, ela foi de 8,6%.

BALANÇO E ESTIMATIVAS O pesquisador Raimundo Legal destacou que, em 2022, o setor agropecuário ajudou Minas, enquanto prejudicou o Brasil. "Isso tem a ver com o fenômeno 'La Niña'. Nos anos em que ele predomina, temos seca no Sul e mais chuvas no Centro e Norte do país. A soja teve um desempenho espetacular em Minas, enquanto no Brasil teve queda." O setor de serviços teve um desempenho, em Minas, melhor do que a média nacional. "Nos serviços prestados às famílias, como alimentação fora de casa e turismo, também tivemos um 2022 bem melhor do que a média nacional."

Ele acredita que para 2023, a perspectiva é de crescimento econômico reduzido. "Podemos comemorar se tivermos uma variação real de 1,5%." Para o pesquisador, os setores que podem contribuir para o resultado do PIB nacional e estadual, em 2023, são a agropecuária e a extração mineral. "Principalmente no primeiro e no segundo trimestre, são eles que vão 'salvar a lavoura'", afirmou.

O professor e economista Eustáquio Reis (Ipea-RJ) concorda com a taxa de crescimento projetada por Raimundo. "Taxa de juros extremamente elevada, dificilmente teremos uma recuperação plena durante este ano." Ele acredita também que Minas Gerais, para crescer, vai depender muito da recuperação da economia chinesa. "Isso vai ser determinante para uma melhora nas condições de crescimento de 2023."

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

CNPJ nº 60.894.730/0001-05
Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

Senhores Acionistas:
A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

1) CONJUNTURA ECONÔMICA

Dados da World Steel Association (WSA) mostram que a produção de aço bruto em 2022 alcançou 1,832 bilhão de toneladas, com queda de 4,3% na comparação com 2021. A China, responsável por 55,3% da produção global, registrou queda de 2,1%. A Índia, segundo maior produtor mundial e responsável por 6,8% da produção, foi destaque positivo com alta de 5,5% em relação ao ano anterior. Na sequência da lista que reúne os 5 maiores produtores, Japão (-7,4%), Estados Unidos (-5,9%) e Rússia (-7,2%) registraram quedas decorrentes da desaceleração da atividade econômica global. O Brasil, nono maior produtor mundial, a produção de 34,0 milhões de toneladas em 2022 significou uma queda de 5,8% em relação a 2021.

De acordo com números preliminares do Instituto Aço Brasil, o uso aparente de aço no país encerrou o ano de 2022 em 23,5 milhões de toneladas, o que representou uma queda de 10,9% frente ao ano anterior. No mercado de aços planos, o uso aparente foi de 13,9 milhões de toneladas, o que representou queda de 9,3% frente a 2021. A parcela das vendas internas foi de 11,6 milhões de toneladas, 8,1% inferior ao volume de 2021. Já as importações de aços planos foram de 2,1 milhões de toneladas, recuando 15,1% frente ao volume registrado em 2021. As importações responderam por 15,3% do volume consumido do ano, ante 16,3% em 2021. As usinas locais exportaram 2,2 milhões de toneladas, o que correspondeu a uma alta de 37,6% em relação a 2021.

Em que pese o crescimento do PIB de 2022 estimado em 3,0% (Relatório Focus 27/01/23), o recuo (-9,3%) no uso aparente de aços planos se explica pelo efeito base decorrente da forte recomposição dos estoques da cadeia produtiva em 2021, quando o uso aparente de aços planos aumentou 24,2%, atingindo 15,2 milhões de toneladas, o maior patamar desde 2013.

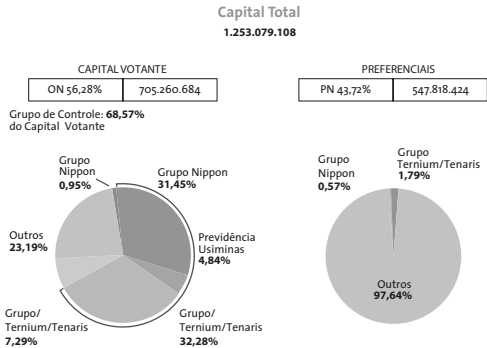
A demanda por aços planos em 2022 se manteve forte nos principais setores consumidores, com destaque para aqueles relacionados à produção de bens de capital como é o caso dos fabricantes de implementos rodoviários, máquinas agrícolas, máquinas de construção e movimentação de terra. Setores ligados às novas tendências de geração de energia a partir de fontes renováveis, como é o caso da fabricação de torres eólicas e de painéis solares, também voltaram a se destacar em 2022. Projetos internacionais de energia, principalmente gasodutos com fornecimento local, contribuíram para a alta do uso aparente. De modo geral, a recuperação dos investimentos em infraestrutura também favoreceu a demanda de aços planos na construção civil.

O desempenho do setor automotivo seguiu afetado pela crise de semicondutores que impediu uma recuperação mais expressiva da produção em 2022. Segundo dados da ANFAVEA, a produção nacional de automóveis atingiu 2,370 milhões de unidades, com alta de 5,4% na comparação com 2021. As exportações de 481 mil unidades significaram uma alta de 27,8%, enquanto as vendas internas de 2,104 milhões de unidades significaram ligeira queda (-0,7%) em relação a 2021. Outros setores industriais também enfrentaram problemas e gargalos nas suas cadeias globais de abastecimento, porém, com menores impactos na produção. Apesar da relevância dos problemas relacionados a oferta e aos custos de componentes, a elevação dos juros e as condições pouco favoráveis da renda das famílias e as incertezas decorrentes do processo eleitoral, impuseram restrições a uma dinâmica que pudesse favorecer a um maior uso aparente de aços em 2022.

2) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Usiminas conta com um departamento de Auditoria Interna, subordinado diretamente ao Comitê de Auditoria. Ele tem a missão de monitorar as boas práticas e avaliar o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia.

Composição acionária e grupo de controle

O capital social da Companhia se compõe de 1.253.079.108 ações, sendo 56,28% de ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 68,57% do capital votante.

Administração

A Diretoria Estatutária da Usiminas é composta por um diretor-presidente e cinco vice-presidentes nas áreas Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade e Planejamento Corporativo.

O Conselho de Administração conta com nove membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne, ordinariamente, quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos.

A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

Remuneração da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

Remuneração da administração	2022	2021
Honorários	28.243	14.978
Encargos sociais	7.240	3.274
Planos de aposentadoria	580	596
Provisão de remuneração variável	19.196	17.723
Total	**55.259**	**36.571**

Auditores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes. O Estatuto Social da Companhia também prevê que o Conselho de Administração é responsável por autorizar a contratação de quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, levando-se em consideração a recomendação do Comitê de Auditoria.

A KPMG Auditores Independentes foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras das Empresas Usiminas de 31/12/2022, assim como das informações trimestrais de 30/09/2022, 30/06/2022 e 31/03/2022.

Conforme Instrução CVM 162/2022, a Companhia informa que não contratou outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações financeiras.

3) DESEMPENHO CONSOLIDADO

Destaques

R$ milhões - Consolidado	2022	2021	Variação
Volume de Vendas Aço (mil t)	4.233	4.823	(12%)
Volume de Vendas Minério (mil t)	8.641	9.023	(4%)
Receita Líquida	32.471	33.737	(4%)
EBITDA ajustado	4.905	12.830	(62%)
Margem EBITDA ajustado	15%	38%	(23p.p)
Lucro (Prejuízo) Líquido	2.093	10.060	(79%)
Investimentos (CAPEX)	2.184	1.483	47%
Capital de giro	10.577	7.840	35%
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.072	7.024	(28%)
Dívida líquida	1.130	(720)	-
Dívida líquida/EBITDA Ajustado (x)	0,23x	-0,06x	0,29x

Receita líquida

A receita líquida de 2022 alcançou R$32,5 bilhões, segunda maior Receita Líquida Anual da história da Usiminas. O valor reportado foi 3,8% inferior à 2021 (R$33,7 bilhões), com principal variação na Unidade de Mineração.

Distribuição da Receita Líquida

Distribuição da Receita Líquida	2022	2021
Mercado Interno	80%	78%
Mercado Externo	20%	22%
Total	**100%**	**100%**

Em 2022, a Receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R$28,7 bilhões, representando a maior receita líquida da história da Unidade, 1,2% superior ao registrado em 2021 (R$28,4 bilhões), devido aos maiores preços registrados no ano. A receita líquida/tonelada vendida foi de R$6.779/t, 15,3% superior ao ano anterior (2021: R$5.880/t). No período, houve aumento de 15,4% na receita líquida/tonelada vendida no Mercado Interno, e de 17,7% na receita líquida/tonelada vendida no Mercado Externo.

Na Unidade Mineração, a receita líquida totalizou R$3,6 bilhões em 2022, inferior em 38,2% quando comparado a 2021 (R$5,9 bilhões), principalmente em função dos menores preços de referência de minério de ferro em 24,6%, menores volumes de vendas em 4,2%, além da valorização do Real frente ao dólar no período de 4,3%, parcialmente compensado pelo aumento das exportações vendidas com frete marítimo.

Custos dos produtos vendidos (CPV)

O custo dos produtos vendidos – CPV em 2022 totalizou R$26,8 bilhões, aumento de 19,3% em comparação com 2021 (R$22,5 bilhões), com principal variação na Unidade de Siderurgia.

O Custo dos Produtos Vendidos por tonelada na Unidade Siderurgia foi de R$5.929/t em 2022. O CPV/t foi 33,9% superior à 2021 (R$4.428/t). Com isso, o Custo dos Produtos Vendidos no ano foi de R$25,1 bilhões, 17,5% superior ao registrado no ano anterior (2021: R$21,4 bilhões), como reflexo do maior preço das matérias primas utilizadas durante o ano.

Na Unidade Mineração, o custo do produto vendido – CPV totalizou R$2,3 bilhões em 2022, 9,3% superior a 2021 (R$2,1 bilhões), em função do maior custo de produção, maior proporção das vendas na modalidade CFR *(cost and freight)* parcialmente compensado pelo menor volume de vendas. Em termos unitários, o CPV/t foi de R$262,1/t, um aumento de 14,1% em comparação a 2021 (R$229,7/t), afetado pelo aumento do custo de produção e maior participação da modalidade de vendas de exportação com frete marítimo.

Despesas e receitas operacionais

As Despesas com vendas de 2022 foram de R$629 milhões, 10,3% superiores ao ano anterior (2021: R$571 milhões), principalmente com maiores despesas na Unidade de Mineração e de Siderurgia.

As Despesas gerais e administrativas em 2022 totalizaram R$589 milhões, 17,0% superiores ao ano anterior (2021: R$503 milhões), principalmente com maiores despesas na Unidade de Siderurgia.

Outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R$2,0 bilhões negativos em 2022, R$3,1 bilhões inferiores ao ano anterior (2021: R$1,1 bilhão positivos), principalmente pelo registro de R$ 1,4 bilhão na conta de Impairment, com a contabilização de R$1,7 bilhão negativo na Unidade de Siderurgia e reversão de R$ 293 milhões positivos na Unidade de Mineração, sem efeito no EBITDA Ajustado.

Assim, as Receitas (despesas) operacionais foram de R$3,2 bilhões negativos em 2022, inferior em R$3,2 bilhões em relação à 2021 (R$3 milhões negativos).

EBITDA ajustado

Demonstrativo do EBITDA

Consolidado (R$ mil)	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.092.889	10.059.954
Imposto de renda / Contribuição social	1.186.025	2.276.323
Resultado financeiro	(612.493)	(845.815)
Depreciação e amortização	902.681	982.741
EBITDA - Instrução CVM 527	**3.569.102**	**12.473.203**
Resultado da Equivalência Patrimonial em Coligadas e Controladas	(220.925)	(218.788)
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	159.620	178.166
Impairment de Ativos não financeiros líquido de realização	1.396.784	397.257
EBITDA Ajustado	**4.904.581**	**12.829.838**

Em 2022, o EBITDA Ajustado alcançou R$4,9 bilhões, o segundo maior resultado anual dos últimos 14 anos, 61,8% inferior ao registrado em 2021 (R$12,8 bilhões). A margem EBITDA Ajustado foi de 15,1% em 2022, frente à margem de 38,0% em 2021.

Resultado financeiro

O Resultado Financeiro em 2022 foi de R$612 milhões, 27,6% inferior ao resultado apurado no ano anterior (2021: R$846 milhões), principalmente por atualizações monetárias de créditos fiscais registradas no ano anterior, sem efeito similar em 2022.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

Em 2022, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto totalizou R$221 milhões, ante R$219 milhões em 2021.

Lucro (prejuízo) líquido

Em 2022, a Companhia registrou lucro líquido de R$2,1 bilhões, o segundo maior resultado anual dos últimos 14 anos, 79,2% inferior ao lucro líquido apresentado em 2021 (R$10,1 bilhões), principalmente em razão do menor resultado operacional no período.

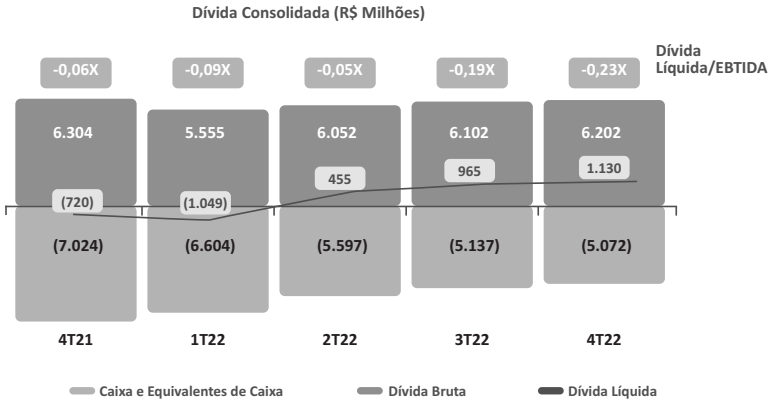
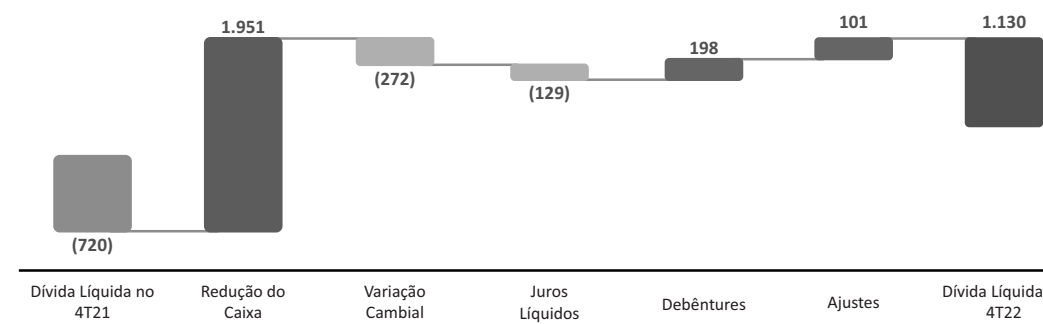
Capital de giro

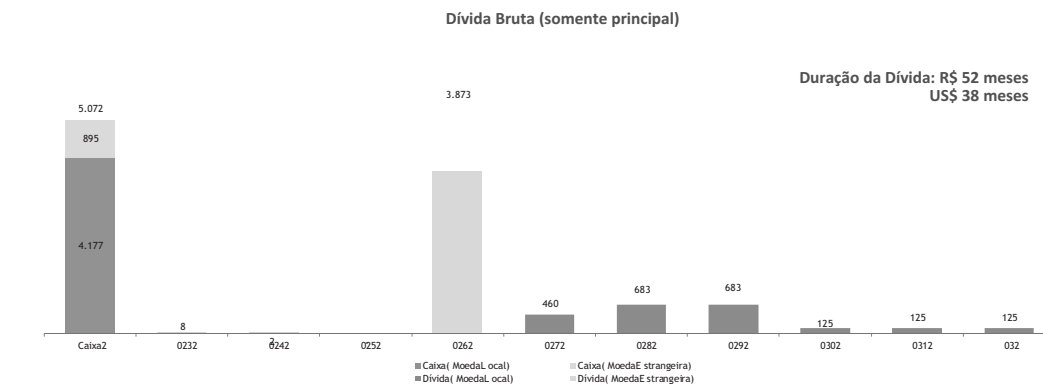
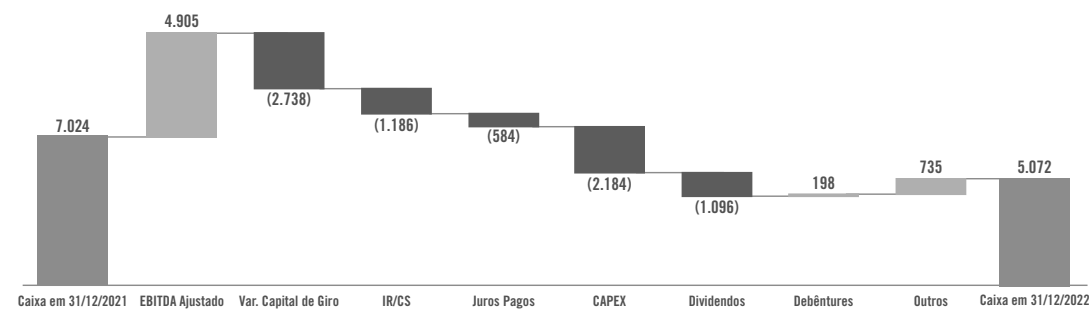
No final de 2022, o capital de giro totalizou R$10,6 bilhões, superior em 34,9% na comparação com o final de 2021 (R$7,8 bilhões), devido principalmente ao aumento de Estoques em R$2,4 bilhões, com o maior custo de matérias primas e maior volume e custo do estoque de placas, em parte relacionado a construção dos estoques para a reforma do Alto Forno 3, em Ipatinga.

Investimentos (CAPEX)

Em 2022, o CAPEX totalizou R$2,2 bilhões, 47,3% superior ao ano de 2021 (R$1,5 bilhão), sendo 81,9% na Unidade de Siderurgia, 16,7% na Unidade de Mineração, e 1,4% na Unidade de Transformação.

Endividamento financeiro

A Dívida bruta consolidada em 31/12/22 era R$6,2 bilhões, 1,6% inferior ao final de 2021 (R$6,3 bilhões), com o efeito da valorização do real frente ao dólar no período, parcialmente compensado por R$198 milhões líquidos obtidos, principalmente, na 9ª Emissão de Debêntures da Usiminas.

Em 31/12/22, a Dívida líquida era de R$1,1 bilhão, R$1,8 bilhão superior ao ano anterior (caixa líquido de R$720 milhões). A variação entre os períodos deve-se principalmente a redução de caixa, parcialmente compensado pelo efeito da variação cambial na dívida da companhia, conforme demonstrado a seguir (R$ Milhões):

Quanto à composição da dívida por prazo de vencimento, em 31/12/22, 2% da dívida era de curto prazo e 98% de longo prazo, ante 3% e 97% respectivamente, em 31/12/21.

O gráfico a seguir demonstra a posição de caixa e o perfil da dívida (somente principal) em milhões de reais em 31/12/22.

Assim, em 31/12/22, o Caixa e Equivalente de Caixa consolidado em 31/12/22 era de R$5,1 bilhões, inferior em 27,8% em comparação com a posição em 31/12/21 (R$7,0 bilhões), com o aumento do capital de giro, CAPEX e dividendos líquidos, sendo parcialmente compensados pela geração de EBITDA no período:

4) MERCADO DE CAPITAIS

Desempenho na B3

A ação ordinária (USIM3) da Usiminas encerrou o ano cotada a R$7,41 e a ação preferencial (USIM5), a R$7,16. Ao longo de 2022, as ações USIM3 desvalorizaram 49% e as USIM5 desvalorizaram 53%.

Bolsas Estrangeiras

OTC - Nova York

A Usiminas tem *American Depositary Receipts* - ADRs negociados no mercado de balcão americano (denominado OTC - over-the-counter): o USDMY, com lastro em ações ordinárias, e o USNZY, com lastro em ações preferenciais classe A. Em 31/12/22, o ADR USNZY, de maior liquidez, estava cotado a US$1,40 e apresentou uma desvalorização de 47% no ano.

Latibex - Madri

A Usiminas tem ações negociadas na LATIBEX - Seção da Bolsa de Madri: ação preferencial XUSI e ação ordinária XUSIO. Em 31/12/22, a ação XUSI encerrou cotada a €1,30, apresentando uma desvalorização de 47% no ano. A ação XUSIO encerrou cotada a €1,29, apresentando uma desvalorização de 39% no ano.

5) SUSTENTABILIDADE

No ano de 2022 a Usiminas celebrou 60 anos de operação, um novo marco na história da Companhia. Seis décadas de atuação contínua gerando valor para seus *stakeholders*, como seus colaboradores (as), clientes, parceiros (as), investidores (as) e para as comunidades que abrigam suas operações.

Ao comemorarmos 60 anos, reforçamos nossa atuação em um mundo que não para de evoluir. E, com o olhar da experiência, enxergamos novas oportunidades a cada dia, criando aço para uma vida em movimento.

Com processos mais sustentáveis, o aprimoramento de tecnologia, e principalmente respeito pelas comunidades onde estamos presentes, reafirmamos nosso compromisso com a sociedade.

Sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, no ano de 2022, a Usiminas avançou em diversas frentes de sua estratégia de sustentabilidade, com ênfase principalmente nas ações voltadas à estruturação de sua agenda de descarbonização e sua atuação junto à cadeia de valor.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Companhia anunciou sua parceria com uma das maiores empresas de energia solar do mundo, a Canadian Solar, para autoprodução de 30 megawatts médios de energia renovável por 15 anos a partir de 2025, o que representa cerca de 12% do volume de energia consumida pela Companhia. A energia será produzida em um parque solar desenvolvido pela Canadian Solar e sua construção está prevista para começar no primeiro trimestre de 2024.

Em março de 2022, a Companhia assinou, a nova Carta de Sustentabilidade da World Steel Association (WSA), se comprometendo com uma série de princípios que devem embasar suas ações e posicionamentos relacionados às questões de sustentabilidade na indústria do aço e publicou seu posicionamento em relação ao combate às mudanças climáticas.

Em 1º de junho de 2022, a Gerência-geral Corporativa de Sustentabilidade foi elevada à Diretoria na Companhia e ampliou seu escopo de atuação, incorporando os processos vinculados ao tema de Relações Institucionais.

No terceiro trimestre, destacam-se, entregas relacionadas à agenda de transparência e atendimento às demandas dos principais *stakeholders* da Companhia, como o reporte de indicadores de Sustentabilidade à World Steel Association (WSA) e à Associação Latino-Americana do Aço (Alacero), divulgação de seu inventário de emissões na categoria Ouro do GHG Protocol, além da resposta aos questionários do Carbon Disclosure Project (CDP) (nos módulos Combate à Mudança Climática e Segurança Hídrica.

O projeto Cadeia do Aço esteve em evidência no terceiro trimestre de 2022, quando foram realizados eventos para fornecedores e visitas a clientes da Companhia, em busca de alinhamento estratégico e identificação de oportunidades de iniciativas colaborativas em prol da sustentabilidade. Dentre as iniciativas, destacam-se a avaliação de fornecedores críticos para Escopo 3 à agenda climática da Companhia, com 86% de engajamento dos parceiros envolvidos.

Adicionalmente, no mês de outubro, a equipe de Sustentabilidade e da área comercial da Companhia realizaram visitas a clientes visando o alinhamento estratégico em sustentabilidade entre as empresas.

A Companhia encerrou o ciclo de 2022 com um notável reconhecimento aos avanços de seu programa de sustentabilidade, sendo selecionada para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A carteira 2023 do índice é composta por 70 empresas, das quais a Usiminas é a única companhia do setor siderúrgico.

Nessa mesma categoria, a Usiminas manteve sua participação no Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3 no ciclo de 2023.

6) PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Encerramos o ano de 2022 com mais de 11 mil colaboradores e colaboradoras treinados nas políticas de (i) Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas e (ii) Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades, políticas essas que compõem o Programa de Integridade do Grupo Usiminas, além disso mantivemos a obrigatoriedade de conclusões periódicas dos treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta e da Política Anticorrupção, para novos admitidos.

Com o intuito de manter o aculturamento dos nossos colaboradores e colaboradoras, foram realizadas dezenas de interações, incluindo a área operacional, em diferentes formatos sendo, rodas de conversas online e presenciais, diálogos diários de segurança, ações teatrais, matérias na intranet, vídeos orientativos. Nesses encontros foram tratados diversos temas éticos, como a importância do respeito nas relações profissionais, a transparência, a integridade e temas voltados à estrutura e casos práticos do Canal Aberto. Tudo isso, atrelado com o apoio e participação da Alta Liderança da Companhia. Para o público externo, o Departamento de Integridade elaborou treinamento direcionado para alguns fornecedores das diversas empresas do Grupo Usiminas, tratando temas de integridade, incluindo tópicos de diversidade e inclusão. Pelo terceiro ano consecutivo tivemos a "3ª Semana da Integridade" que é uma semana inteira dedicada a falar de temas éticos, com o público interno e externo. Com as diversas ações presenciais em diferentes localidades conseguimos alcançar mais de 2.000 colaboradores e colaboradoras, e com as ações online chegamos ao marco de mais de 50.000 alcances.

De modo a deixar mais evidente a importância do envolvimento da liderança da Companhia nos temas de integridade, o Departamento também realizou ações direcionadas a esse público, através de encontros online e presenciais, ainda, passou a enviar trimestralmente aos líderes um *report* com informações e resultados relevantes da área.

Capilarizamos o Programa de Embaixadores da Integridade, aumentando em 50% o número de embaixadores colaboradores, resultando em 49 embaixadores em todo o Grupo Usiminas. Os embaixadores são colaboradores selecionados para colaborar no aculturamento da integridade dentro e fora de nossas unidades.

Alinhado ao DNA de Simplicidade e Agilidade, mantivemos importantes automatizações, como formulário para preenchimento de contato com agente público, questionário de conflito de interesses e questionário de recebimento/oferecimento de brindes, presentes e hospitalidades. Todas essas funcionalidades estão centralizadas na página da integridade, que fica na intranet da Companhia. Ademais, o Departamento de Integridade manteve a ferramenta do Canal Aberto que é terceirizada, assegurando a confidencialidade, transparência e imparcialidade no recebimento e apuração de denúncias.

Nossas ações refletem o compromisso inegociável da Companhia com o respeito, integridade, ética e transparência.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.822.191	2.156.063	2.916.047	6.341.017
Títulos e valores mobiliários	9	246.349	92.243	2.156.314	682.532
Contas a receber de clientes	10	3.579.107	3.606.160	3.547.946	3.563.328
Estoques	11	8.603.074	6.461.711	9.965.172	7.516.240
Impostos a recuperar	12	537.758	1.199.457	748.983	1.679.278
Imposto de renda e contribuição social antecipados	13	128.292	-	163.436	35.011
Dividendos a receber	37	190.865	536.521	22.729	18.182
Adiantamentos a fornecedores	19	622.004	731	623.381	2.464
Demais valores a receber		264.656	138.807	214.653	161.418
Total do ativo circulante		15.994.296	14.191.693	20.358.661	19.999.470
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	10	33.907	57.351	48.982	88.945
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.747.016	2.204.696	2.410.456	2.982.251
Valores a receber de empresas ligadas	37	23.742	23.652	-	-
Depósitos judiciais	14	271.421	293.988	513.777	489.316
Impostos a recuperar	12	950.870	787.496	1.398.912	835.988
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25	269.620	240.002	314.416	293.790
Indenização de seguro a receber	38	352.661	349.031	352.661	349.031
Demais valores a receber		214.490	238.997	453.242	408.991
		3.863.727	4.195.213	5.492.446	5.448.312
Investimentos	15	6.913.101	6.401.336	1.211.337	1.138.402
Propriedades para investimentos	3.12	81.206	92.624	141.496	159.054
Imobilizado	16	9.152.916	9.636.845	10.820.571	11.085.685
Intangível	18	138.118	118.666	1.975.940	1.650.646
Total do ativo não circulante		20.149.068	20.444.684	19.641.790	19.482.099
Total do ativo		36.143.364	34.636.377	40.000.451	39.481.569

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes	19	2.821.618	2.304.017	2.838.631	2.632.795
Empréstimos e financiamentos	20	113.139	121.204	113.155	125.078
Debêntures	21	17.820	46.748	17.820	46.748
Adiantamentos de clientes		50.748	119.545	108.813	154.267
Títulos a pagar - *Forfaiting*	19	935.375	715.551	935.375	715.551
Salários e encargos sociais		190.299	160.583	267.712	221.950
Tributos a recolher	22	92.668	87.062	143.311	137.546
Tributos parcelados	23	4.720	4.463	4.722	4.465
Passivos de arrendamento	24	8.239	5.094	34.043	29.509
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	-	24.814	47.901	873.306
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	-	100.678	68.772
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	28	387.317	737.058	470.599	968.984
Demais contas a pagar		179.020	237.974	309.866	353.018
Total do passivo circulante		4.800.963	4.564.113	5.392.626	6.331.989
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	3.874.743	4.138.325	3.874.747	4.138.346
Debêntures	21	2.191.835	1.989.405	2.191.835	1.989.405
Valores a pagar a empresas ligadas	37	11.400	-	72.933	91.448
Passivos de arrendamento	24	24.062	20.826	85.137	53.014
Provisão para demandas judiciais	25	757.444	803.139	892.157	919.154
Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos	26	-	-	283.060	233.178
Benefícios pós-emprego	27	894.791	1.080.322	952.905	1.141.136
Demais contas a pagar		433.101	290.912	367.301	225.396
Total do passivo não circulante		8.187.376	8.322.929	8.720.075	8.791.077
Total do passivo		12.988.339	12.887.042	14.112.701	15.123.066
Patrimônio líquido	28				
Capital social		13.200.295	13.200.295	13.200.295	13.200.295
Reservas de capital		312.665	312.665	312.665	312.665
Reservas de lucros		9.561.524	8.324.834	9.561.524	8.324.834
Ajustes de avaliação patrimonial		80.541	(88.459)	80.541	(88.459)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		23.155.025	21.749.335	23.155.025	21.749.335
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.732.725	2.609.168
Total do patrimônio líquido		23.155.025	21.749.335	25.887.750	24.358.503
Total do passivo e do patrimônio líquido		36.143.364	34.636.377	40.000.451	39.481.569

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

		Atribuído aos acionistas controladores												
				Reservas de capital				Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020		13.200.295	(99.309)	105.295	25.074	278.729	1.577	92.286	1.380.681	(117.162)	-	14.867.466	1.970.704	16.838.170
Resultado abrangente do período														
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.070.524	9.070.524	989.430	10.059.954
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	-	-	-	-	-	-	-	-	51.930	-	51.930	(310)	51.620
Constituição de *hedge accounting*		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.621)	-	(5.621)	(2.409)	(8.030)
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	-	46.309	9.070.524	9.116.833	986.711	10.103.544
Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício	28													
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	-	453.526	6.379.075	-	(6.832.601)	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.564.111)	(1.564.111)	(348.247)	(1.912.358)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(673.812)	(673.812)	-	(673.812)
Alocação de lucros acumulados		-	-	-	-	-	-	-	19.266	-	(19.266)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	39	-	-	-	-	-	(1.577)	-	-	-	1.577	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria		-	703	-	2.173	-	-	-	-	-	-	2.876	-	2.876
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	83	83	-	83
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	28	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.606)	17.606	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		13.200.295	(98.606)	105.295	27.247	278.729	-	545.812	7.779.022	(88.459)	-	21.749.335	2.609.168	24.358.503
Resultado abrangente do período							-							
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.615.538	1.615.538	477.351	2.092.889
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	-	-	-	-	-	-	-	-	179.233	-	179.233	24	179.257
Constituição de *hedge accounting*		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.648)	-	(5.648)	(2.421)	(8.069)
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	-	173.585	1.615.538	1.789.123	474.954	2.264.077
Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício	28						-							
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	-	80.778	1.151.071	-	(1.231.849)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(383.689)	(383.689)	(351.397)	(735.086)
Alocação de lucros acumulados		-	-	-	-	-	-	-	4.841	-	(4.841)	-	-	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	256	256	-	256
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	28	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.585)	4.585	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		13.200.295	(98.606)	105.295	27.247	278.729	-	626.590	8.934.934	80.541	-	23.155.025	2.732.725	25.887.750

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Operações continuadas					
Receita	30	28.688.733	28.347.005	32.470.510	33.736.964
Custo das vendas	31	(25.253.132)	(21.548.091)	(26.790.835)	(22.462.636)
Lucro (prejuízo) bruto		3.435.601	6.798.914	5.679.675	11.274.328
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	33	(216.388)	(183.939)	(629.494)	(570.675)
Despesas gerais e administrativas	33	(460.520)	(386.359)	(588.807)	(503.114)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(2.133.322)	1.074.599	(2.015.878)	1.071.135
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	1.382.009	2.173.874	220.925	218.788
		(1.428.221)	2.678.175	(3.013.254)	216.134
Lucro (prejuízo) operacional		2.007.380	9.477.089	2.666.421	11.490.462
Resultado financeiro	34	315.583	589.922	612.493	845.815
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		2.322.963	10.067.011	3.278.914	12.336.277
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		(290.017)	(972.739)	(653.386)	(2.332.338)
Diferido		(417.408)	(23.748)	(532.639)	56.015
		(707.425)	(996.487)	(1.186.025)	(2.276.323)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.615.538	9.070.524	2.092.889	10.059.954
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		1.615.538	9.070.524	1.615.538	9.070.524
Acionistas não controladores		-	-	477.351	989.430
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária (em reais)	35	R$ 1,26	R$ 7,07	R$ 1,26	R$ 7,07
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial (em reais)	35	R$ 1,38	R$ 7,78	R$ 1,38	R$ 7,78

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		34.088.107	34.311.513	40.061.815	41.853.879
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	31	(237)	2.341	2.615	(3.240)
Outras receitas		48.711	31.780	53.727	38.796
		34.136.581	34.345.634	40.118.157	41.889.435
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(24.957.587)	(24.808.631)	(28.127.923)	(27.461.257)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(678.688)	1.063.573	(1.257.306)	714.712
Recuperação de valores ativos		(1.693.408)	(400.287)	(1.396.784)	(397.257)
		(27.329.683)	(24.145.345)	(30.782.013)	(27.143.802)
Valor adicionado bruto		6.806.898	10.200.289	9.336.144	14.745.633
Depreciação, amortização e exaustão	31	(658.023)	(781.479)	(902.681)	(982.741)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		6.148.875	9.418.810	8.433.463	13.762.892
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	1.382.009	2.173.874	220.925	218.788
Receitas financeiras	34	847.317	1.530.003	1.254.477	1.809.297
Receitas cambiais	34	30.669	109.154	26.076	120.405
Ganhos (perdas) atuariais	27	(104.665)	239.345	(111.263)	234.967
		2.155.330	4.052.376	1.390.215	2.383.457
Valor adicionado a distribuir		8.304.205	13.471.186	9.823.678	16.146.349
Pessoal e encargos					
Salários e encargos		670.290	553.368	1.083.331	883.824
FGTS		59.724	54.126	86.527	75.104
Remuneração da Administração		55.259	36.571	67.509	47.605
Participação dos empregados nos lucros		96.788	129.288	142.691	174.468
Planos de aposentadoria		22.571	19.427	25.570	21.966
		904.632	792.780	1.405.628	1.202.967
Impostos, taxas e contribuições					
Federais (i)		3.209.237	697.878	2.830.948	1.208.250
Estaduais		1.910.659	1.715.386	2.700.500	2.405.912
Municipais		79.145	72.422	92.182	81.040
Incentivos fiscais		22.591	72.961	33.471	104.339
		5.221.632	2.558.647	5.657.101	3.799.541
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		760.671	620.187	866.150	673.217
Despesas cambiais		(198.268)	429.048	(198.090)	410.670
		562.403	1.049.235	668.060	1.083.887
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos e juros sobre capital próprio		383.689	2.237.923	735.086	2.586.170
Lucros (prejuízos) retidos		1.231.849	6.832.601	1.231.849	6.832.601
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos		-	-	125.954	641.183
		1.615.538	9.070.524	2.092.889	10.059.954
Valor adicionado distribuído		8.304.205	13.471.186	9.823.678	16.146.349

(i) Inclui os encargos previdenciários.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.615.538	9.070.524	2.092.889	10.059.954
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	179.233	51.930	179.257	51.620
(Constituição) reversão de *hedge accounting*	6	(5.648)	(5.621)	(8.069)	(8.030)
Total de outros componentes do resultado abrangente		173.585	46.309	171.188	43.590
Total do resultado abrangente do exercício		1.789.123	9.116.833	2.264.077	10.103.544
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		1.789.123	9.116.833	1.789.123	9.116.833
Acionistas não controladores		-	-	474.954	986.711

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 13.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.615.538	9.070.524	2.092.889	10.059.954
Ajustes para conciliar o resultado					
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		(212.242)	(704.328)	(216.839)	(815.507)
Despesas de juros		354.894	261.095	363.995	259.972
Depreciação, amortização e exaustão		658.023	781.479	902.681	982.741
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		(73.165)	(49.125)	(74.212)	(64.974)
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	17	1.693.408	400.287	1.396.784	397.257
Participações nos resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	(1.382.009)	(2.173.874)	(220.925)	(218.788)
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	-	(15.263)	44.896
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	417.408	23.748	532.639	(56.015)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	290.017	972.739	653.386	2.332.338
Constituição (reversão) de provisões		(178.465)	(1.470.369)	(160.217)	(1.550.175)
Perdas (ganhos) atuariais	27	104.665	(239.345)	111.263	(234.967)
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		438.925	(2.012.676)	473.085	(1.160.913)
Estoques		(2.216.478)	(3.217.426)	(2.496.568)	(3.695.605)
Impostos a recuperar		(271.515)	(132.265)	(545.857)	(424.540)
Depósitos judiciais		8.892	41.179	(22.243)	41.172
Adiantamentos a fornecedores		(621.273)	83.282	(620.917)	83.713
Outros		(96.278)	(100.495)	(90.394)	(201.990)
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores, empreiteiros e fretes		400.418	337.093	97.592	715.105
Adiantamentos de clientes		(68.797)	55.240	(45.454)	14.589
Valores a pagar a empresas ligadas		11.400	(5.392)	(18.515)	11.406
Títulos a pagar - *Forfaiting*		219.824	(165.160)	219.824	(165.160)
Tributos a recolher		483.955	1.106.523	552.767	1.117.666
Passivo atuarial recebido (pago)		(76.368)	(51.298)	(76.368)	(51.298)
Outros		11.099	(20.442)	(25.804)	27.925
Imposto de renda e contribuição social pagos		(93.540)	(810.048)	(1.185.780)	(1.768.479)
Juros pagos		(582.960)	(350.648)	(584.431)	(343.849)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		835.376	1.630.298	997.118	5.336.474
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	9	(154.106)	624.065	(1.473.782)	924.284
Compras de imobilizado	16	(1.739.238)	(1.124.264)	(2.026.636)	(1.389.727)
Valor recebido pela venda de imobilizado		79.870	53.465	87.573	105.041
Compras de intangíveis	18	(48.363)	(36.224)	(65.240)	(93.562)
Dividendos recebidos	15	1.234.476	763.522	137.255	128.235
Aumento de capital em subsidiária		-	-	(67)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		(627.361)	280.564	(3.340.897)	(325.729)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos e financiamentos e debêntures		2.200.000	-	2.200.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures		(2.003.379)	(3.880)	(2.007.026)	(7.609)
Pagamentos de passivos de arrendamento		(12.163)	(10.655)	(56.261)	(39.903)
Liquidação de operações de instrumentos financeiros derivativos		-	-	8.482	(23.089)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	28	(733.182)	(1.577.423)	(1.233.223)	(1.849.264)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(548.724)	(1.591.958)	(1.088.028)	(1.919.865)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		6.837	(11.151)	6.837	(11.151)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(333.872)	307.753	(3.424.970)	3.079.729
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	2.156.063	1.848.310	6.341.017	3.261.288
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	1.822.191	2.156.063	2.916.047	6.341.017
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(333.872)	307.753	(3.424.970)	3.079.729

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

ISE B3 ICO2 B3

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS", "Usiminas", "Controladora" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (USIM3, USIM5 e USIM6).
A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Empresas Usiminas") têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e atividades correlatas, como a extração de minério de ferro, transformação do aço e logística. Atualmente, possui duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de geração de produtos para vendas de 6,9 milhões (não auditado) de toneladas por ano, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos e terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas regiões do país.
A Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Mineração Usiminas S.A. (MUSA)	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de *pellet feed*, *sinter feed* e granulados.
Soluções em Aço Usiminas S.A.	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Mecânica S.A. (UMSA)	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior, além de captação de recursos no mercado externo.
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL) (i) (ii)	100	100	Belo Horizonte/MG	Investimento na MRS Logística S.A.

(i) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.
(ii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Ltda. (i)	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente.
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério de ferro e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll - Usiminas Court Tecnologia de Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(i) A Unigal é uma *Joint Venture* entre Usiminas e Nippon Steel Corporation, cuja participação no capital social é de 70% e 30%, respectivamente. O controle da Unigal é compartilhado entre os sócios, conforme contrato entre os acionistas.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme Engenharia S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço.
MRS Logística S.A. (i)	11,41	19,92	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logísticos.
Terminal de Cargas Paraopeba Ltda.	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) Participação direta da Companhia de 0,28% e indireta, via UPL, de 11,13%.

2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 09 de fevereiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas (sob os títulos de Controladora e Consolidado, respectivamente), estão definidas a seguir.
Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.
Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à Controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1 Base de preparação e declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas (sob os títulos de Controladora e Consolidado, respectivamente), foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional e ainda considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.
A elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.
As demonstrações financeiras individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado") foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), na Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas
(a) Controladas
As controladas são entidades nas quais a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a empresa. As controladas são totalmente consolidadas a partir do momento em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é descontinuada a partir do momento em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras da Controladora, as informações financeiras das empresas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.
Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados.
(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas
A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:
• coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
• controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.
Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.
Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas Codeme, Terminal Paraopeba e Terminal Sarzedo, além da controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2022. Desta forma, em consonância ao item 34 do CPC 18 - IAS 28, não foram realizados ajustes nas respectivas demonstrações financeiras, uma vez que não ocorreram efeitos de transações e eventos significativos.
A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.
Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de um *impairment* do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.
Caso a participação societária na coligada seja reduzida, mas seja mantida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.
Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.
(c) Operações e participações de acionistas não controladores
As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.3 Apresentação de informações por segmentos
As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em três segmentos operacionais: siderurgia, mineração e logística e transformação do aço. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

3.4 Conversão de moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.
(b) Transações e saldos
As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.
Os ganhos e as perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários
(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.
(b) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.6 Ativos financeiros
(a) Classificação
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:
• o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
• os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.
Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:
• o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
• os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.
Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.
(b) Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem: o uso de operações recentes contratadas com terceiros; a referência a outros instrumentos que são, substancialmente, similares; a análise de fluxos de caixa descontados; e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.
(c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros
Ativos mensurados ao custo amortizado
As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há indícios de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há indícios de perda por *impairment* incluem:
• dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
• quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
• probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
• extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
(d) Desreconhecimento de ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:
• os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
• a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve, substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.
Quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa proveniente de um ativo ou executa um acordo de repasse e não o transfere ou o retém substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.
(e) Compensação de ativos financeiros
Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Passivos financeiros
(a) Reconhecimento e mensuração
Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. Empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.
(b) Mensuração subsequente
Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. A Administração da Companhia estimou as taxas de desconto, para o passivo de arrendamento, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado nacional adicionado pelo *spread* e ajustadas aos prazos de seus contratos de arrendamento.
(c) Custos de empréstimos
Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são compostos de juros, variação cambial, além de outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.
(d) Desreconhecimento de passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.
Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.
(e) Compensação de passivos financeiros
Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*
Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.9 Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.
O almoxarifado contém materiais de manutenção e reposição, os quais estão disponíveis para consumo imediato independentemente do giro, que pode ser superior a 12 meses em determinadas situações estratégicas.
O custo de aquisição e produção é acrescido dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzindo os custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. A Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios como premissa do valor líquido realizável.

3.10 Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. Alguns depósitos judiciais que possuem vínculo com tributos parcelados são apresentados pelos saldos líquidos, conforme Nota 14.

3.11 Imobilizado
O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.
A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.
A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.
A Administração da Companhia, quando da adoção inicial do IFRS, aplicou o IAS 29, Contabilidade em Economia Hiperinflacionária, mais especificamente na correção monetária do ativo imobilizado, que não foi imputada no período de 1995 a 1997.

3.12 Propriedades para investimentos
Propriedades para investimentos são, inicialmente, mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimentos são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. A política contábil para arrendamento mercantil de propriedades para investimentos está apresentada no item 3.21.

3.13 Ativos intangíveis
(a) Ágio
O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.
O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.
(b) Direitos minerários
Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerais.
Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.
A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerais, utilizando o método de unidade de produção.
(c) Programas de computador (*softwares*)
Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.14 Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros
Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.
Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.15 Provisões para demandas judiciais
As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.16 Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos
A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração da controlada Mineração Usiminas S.A.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, as quais refletem as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.
A Companhia reconhece uma obrigação referente aos custos esperados para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados no período em que elas ocorrerem, trazido ao valor presente. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

3.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.
O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.18 Benefícios a empregados
(a) Plano de suplementação de aposentadoria
A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que proveem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.
O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.
Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.
Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.
(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados
Para os empregados que se aposentaram na extinta controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.
Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de 1 ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.
Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.
(c) Participação nos lucros e resultados
As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.
(d) Remuneração com base em ações
A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.
Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados nas reservas de capital (valor nominal).

3.19 Reconhecimento de receita
As receitas de vendas são reconhecidas e mensuradas com base no pedido de venda do cliente, em que podem ser observadas as obrigações de desempenho e a determinação do preço alocado por transação. O cumprimento da obrigação de desempenho está vinculado às condições de entrega previamente acordadas junto ao cliente.
A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como pela eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.
(a) Venda de produtos
As Empresas Usiminas, beneficiam, fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.
A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.
(b) Venda de serviços
As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia no segmento de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros. A obrigação de performance é cumprida no curto prazo ao longo do tempo.
A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.
(c) Receita financeira
A receita financeira é decorrente, principalmente, dos instrumentos financeiros ativos, como contas a receber de clientes e aplicações financeiras, cujos juros e rendimentos são reconhecidos conforme o prazo decorrido, em base "*pro rata temporis*", usando o método da taxa de juros efetiva.
(d) Despesa financeira
A despesa financeira é decorrente, principalmente, dos instrumentos financeiros passivos, como empréstimos e financiamentos e provisões para demandas judiciais, cujos juros e atualizações monetárias são reconhecidos conforme o prazo decorrido, em base "*pro rata temporis*", usando o método da taxa de juros efetiva.

3.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.
O benefício tributário dos juros sobre capital próprio foi considerado na apuração de imposto de renda e contribuição social. Nas demonstrações financeiras da Companhia, os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento contábil dos dividendos.

3.21 Operações de arrendamento mercantil
A Companhia, na condição de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Administração da Companhia estimou as taxas de desconto, para o passivo de arrendamento, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado nacional adicionado pelo *spread* e ajustadas aos prazos de seus contratos de arrendamento.

3.22 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022
A Companhia não espera que a adoção das normas a seguir tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros.

IFRS 17	Contratos de Seguros
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Decorrentes de Uma Única Transação
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações ao CPC 23/IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4.1 Julgamentos
No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:
(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos e financiamentos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro (Nota 34).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos. A Companhia possui investimento classificado como Empreendimento Controlado em Conjunto, uma vez que o controle é compartilhado independentemente do seu percentual de participação no capital social da investida.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

(a) Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

(b) Imposto de renda e contribuição social e outros créditos tributários

A Administração revisa regularmente os tributos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 13 (b) e Nota 25 (c)).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Assim, as Empresas Usiminas avaliam diversos métodos e premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data de elaboração do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto. As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 27.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 25, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, das Empresas Usiminas.

(g) Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos

Como parte das atividades de mineração da controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, operacionais, suprimentos, planejamento, dentre outras das Empresas Usiminas.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas monitoram os riscos aos quais estão expostas e avaliam a necessidade da contratação de operações de derivativos, visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros. Adicionalmente, avaliam as operações de derivativos para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado pela exposição cambial, visando minimizar o descasamento entre moedas e os efeitos dos preços de *commodities*, dentre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, o Comitê de Crédito avalia e acompanha o risco dos clientes. Essa ação é obtida por meio de análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial, bem como pela diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco). A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política operar com instituições financeiras de primeira linha. Adicionalmente, são aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais.

(b) Risco de liquidez

A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas, que ocorre por meio da análise das demonstrações financeiras, do patrimônio líquido e de *rating*. Essa análise visa auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Nesse trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é investido em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Operações em Compromissadas e Fundos de Investimentos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado nas notas 8 e 9.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas que são realizados, pelo saldo líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.821.618	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	247.940	246.525	4.402.755	-
Debêntures	322.743	331.282	1.424.132	2.271.045
Títulos a pagar - *Forfaiting*	935.375	-	-	-
Passivos de arrendamento	10.904	8.613	13.125	8.664
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.304.017	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	265.543	264.960	4.972.436	-
Debêntures	212.254	918.709	1.516.198	-
Títulos a pagar - *Forfaiting*	715.551	-	-	-
Passivos de arrendamento	7.234	6.453	21.403	-

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.838.631	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	238.628	237.200	4.478.605	-
Debêntures	322.743	331.282	1.424.132	2.271.045
Títulos a pagar - *Forfaiting*	935.375	-	-	-
Passivos de arrendamento	44.632	38.943	53.703	10.184
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.632.795	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	253.440	249.067	4.924.795	-
Debêntures	212.254	918.709	1.516.198	-
Títulos a pagar - *Forfaiting*	715.551	-	-	-
Passivos de arrendamento	36.339	25.799	39.377	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

(c) Risco cambial

(i) Exposição em moeda estrangeira

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	492.530	693.705	869.979	1.207.806
Títulos e valores mobiliários	-	-	25.319	33.765
Contas a receber	552.004	893.799	911.231	1.019.761
	1.044.534	1.587.504	1.806.529	2.261.332
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(3.983.198)	(4.251.459)	(3.983.198)	(4.251.459)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(1.133.939)	(893.008)	(1.139.247)	(925.937)
	(5.117.137)	(5.144.467)	(5.122.445)	(5.177.396)
Exposição cambial	(4.072.603)	(3.556.963)	(3.315.916)	(2.916.064)

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Real	2.214.339	2.044.223	2.214.359	2.048.118
Dólar norte-americano	3.983.198	4.251.459	3.983.198	4.251.459
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.197.537	6.295.682	6.197.557	6.299.577

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2022. Como referência para a adoção das taxas na análise de sensibilidade, são observados os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus) sobre as taxas de câmbio de moedas estrangeiras. Assim, o cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Adicionalmente, os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022			
Moeda	Taxa de câmbio final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	5,2177	5,4786	6,5221	7,8266
EUR	5,5694	5,8479	6,9618	8,3541
JPY	0,0396	0,0415	0,0495	0,0594

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2022		
Moeda	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	(164.694)	(823.472)	(1.646.944)
EUR	(784)	(3.919)	(7.839)
JPY	(317)	(1.587)	(3.174)

(d) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

(i) Composição dos empréstimos e financiamentos por taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre das taxas de juros utilizadas nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2022	%	31/12/2021	%	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	3.987.882	64	4.259.529	68	3.987.902	64	4.263.424	68
Debêntures								
CDI	2.209.655	36	2.036.153	32	2.209.655	36	2.036.153	32
	6.197.537	100	6.295.682	100	6.197.557	100	6.299.577	100

(ii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Administração da Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no final do período, considerando como cenário provável o valor da taxa vigente em 31 de dezembro de 2022. Como referência para a adoção das taxas na análise de sensibilidade, são observados os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus) sobre a taxa Selic. Assim, o cenário I considerou um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Adicionalmente, os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor desta taxa em 31 de dezembro de 2022.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022			
Indexador	Taxa ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	13,7%	14,3%	17,1%	20,5%

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2022		
Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	7.442	37.212	74.424

O passivo indexado à taxa de juros a que a Companhia está exposta, o qual é relacionado às debêntures, está apresentado na Nota 21 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo composto por Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de assegurar a continuidade das operações, honrar os seus compromissos e aumentar os seus ganhos, oferecendo assim retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A seguir está demonstrado o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	6.202.257	6.300.145	6.202.279	6.304.042
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(2.068.540)	(2.248.306)	(5.072.361)	(7.023.549)
Dívida líquida	4.133.717	4.051.839	1.129.918	(719.507)
Total do patrimônio líquido	23.155.025	21.749.335	25.887.750	24.358.503
Total do capital	27.288.742	25.801.174	27.017.668	23.638.996
Índice de alavancagem financeira	15%	16%	4%	-3%

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (preços não observáveis);
- Nível 2: Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia compreendem os investimentos em CDB's e os instrumentos financeiros derivativos *(hedge)*, que estão demonstrados na Nota 6.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos níveis 1 e 3. As tabelas a seguir apresentam os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

(i) Controladora

	31/12/2022	31/12/2021
	Nível 2	Nível 2
Ativo		
Títulos e valores mobiliários	246.349	92.243

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Controladora não possuía instrumentos financeiros derivativos passivos.

(ii) Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
	Nível 2	Nível 2
Ativo		
Títulos e valores mobiliários	814.402	682.532
	31/12/2022	**31/12/2021**
	Nível 2	**Nível 2**
Passivo		
Instrumentos financeiros derivativos	100.678	68.772

As técnicas de avaliação específicas, utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, consideram cotações de preços de mercado, bem como cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos financeiros similares.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures

Nas operações de debêntures e *Bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, considerando a premissa de recompra desses títulos, é apurada de acordo com taxas divulgadas no site da Ambima, Vortx, Broadcast e Bloomberg e pode ser assim sumariada:

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda nacional	4.684	4.684	8.070	8.070
Debêntures – moeda nacional	2.209.655	2.223.000	2.036.153	2.046.741
Bonds	3.983.198	3.802.725	4.251.459	4.334.918
	6.197.537	6.030.409	6.295.682	6.389.729

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda nacional	4.704	4.704	11.965	11.965
Debêntures – moeda nacional	2.209.655	2.223.000	2.036.153	2.046.741
Bonds	3.983.198	3.802.725	4.251.459	4.334.918
	6.197.557	6.030.429	6.299.577	6.393.624

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge, significativamente, dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As empresas Usiminas participam em operações de *hedge* com o objetivo de proteger e gerenciar, principalmente, o risco de preços, quando visam reduzir a volatilidade dos preços de suas *commodities*. As empresas Usiminas não possuem instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos. Adicionalmente, adotam a política de não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e de não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Mineração Usiminas possui as seguintes operações de instrumentos financeiros derivativos:

(a) Consolidado

Objeto de hedge	Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
				31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE PREÇO DE COMMODITIES										
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 106,95	Minério_Fut_SCOZ1	-	-	R$ 27.097	R$ 27.097	-	(1.486)	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 91,50	Minério_Fut_SCOZ1	-	-	R$ 56.338	R$ 56.338	-	(13.001)	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 91,50	Minério_Fut_SCOZ1	-	-	R$ 10.172	R$ 10.172	-	(2.342)	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 102,00	Minério_Fut_SCOZ1	-	-	R$ 48.414	R$ 48.414	-	(4.978)	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/22	Minério FWD USD 90,00	Minério_Fut_SCOF2	-	-	R$ 25.174	R$ 25.174	-	(8.659)	(10.917)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/22	Minério FWD USD 116,00	Minério_Fut_SCOF2	-	-	R$ 33.134	R$ 33.134	-	(1.413)	(4.020)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/22	Minério FWD USD 120,00	Minério_Fut_SCOF2	-	-	R$ 33.494	R$ 33.494	-	(292)	(2.899)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/22	Minério FWD USD 102,00	Minério_Fut_SCOF2	-	-	R$ 84.334	R$ 84.334	-	(15.453)	(30.226)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/22	Minério FWD USD 105,00	Minério_Fut_SCOG2	-	-	R$ 87.695	R$ 87.695	-	(12.979)	(27.934)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/22	Minério FWD USD 109,00	Minério_Fut_SCOH2	-	-	R$ 29.677	R$ 29.677	-	(3.070)	(9.744)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/22	Minério FWD USD 111,00	Minério_Fut_SCOH2	-	-	R$ 61.463	R$ 61.463	-	(5.099)	(18.746)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	05/22	Minério FWD USD 142,00	Minério_Fut_SCOJ2	-	-	-	-	-	-	(3.248)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	05/22	Minério FWD USD 147,00	Minério_Fut_SCOJ2	-	-	-	-	-	-	(1.303)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	06/22	Minério FWD USD 150,10	Minério_Fut_SCOK2	-	-	-	-	-	-	11.431
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	07/22	Minério FWD USD 150,02	Minério_Fut_SCOM2	-	-	-	-	-	-	7.842
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	07/22	Minério FWD USD 150,00	Minério_Fut_SCOM2	-	-	-	-	-	-	6.790
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	08/22	Minério FWD USD 129,18	Minério_Fut_SCON2	-	-	-	-	-	-	16.473
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	08/22	Minério FWD USD 143,70	Minério_Fut_SCON2	-	-	-	-	-	-	15.855
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	08/22	Minério FWD USD 143,70	Minério_Fut_SCON2	-	-	-	-	-	-	7.550
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	08/22	Minério FWD USD 143,80	Minério_Fut_SCON2	-	-	-	-	-	-	3.975
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/22	Minério FWD USD 116,05	Minério_Fut_SCON2	-	-	-	-	-	-	4.262
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/22	Minério FWD USD 118,00	Minério_Fut_SCOQ2	-	-	-	-	-	-	4.995
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	10/22	Minério FWD USD 116,19	Minério_Fut_SCOU2	-	-	-	-	-	-	13.999
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/22	Minério FWD USD 115,81	Minério_Fut_SCOV2	-	-	-	-	-	-	8.745
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/22	Minério FWD USD 107,95	Minério_Fut_SCOV2	-	-	-	-	-	-	5.909
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/22	Minério FWD USD 115,05	Minério_Fut_SCOV2	-	-	-	-	-	-	1.426
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/22	Minério FWD USD 113,39	Minério_Fut_SCOV2	-	-	-	-	-	-	15.959
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	12/22	Minério FWD USD 112,37	Minério_Fut_SCOX2	-	-	-	-	-	-	9.710
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	12/22	Minério FWD USD 115,25	Minério_Fut_SCOX2	-	-	-	-	-	-	5.701
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/23	Minério FWD USD 111,85	Minério_Fut_SCOZ2	R$ 56.987	R$ 56.987	-	-	284	-	284
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/23	Minério FWD USD 114,54	Minério_Fut_SCOZ2	R$ 29.119	R$ 29.119	-	-	832	-	832
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/23	Minério FWD USD 90,23	Minério_Fut_SCOZ3	R$ 69.424	R$ 69.424	-	-	(16.142)	-	(16.142)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 86,30	Minério_Fut_SCOF3	R$ 48.306	R$ 48.306	-	-	(17.853)	-	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 86,30	Minério_Fut_SCOF3	R$ 15.629	R$ 15.629	-	-	(5.680)	-	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 90,47	Minério_Fut_SCOF3	R$ 69.613	R$ 69.613	-	-	(20.350)	-	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 97,30	Minério_Fut_SCOF3	R$ 77.110	R$ 77.110	-	-	(15.142)	-	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 106,33	Minério_Fut_SCOF3	R$ 80.135	R$ 80.135	-	-	(8.251)	-	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/23	Minério FWD USD 107,04	Minério_Fut_SCOH3	R$ 82.892	R$ 82.892	-	-	(6.224)	-	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	05/23	Minério FWD USD 106,45	Minério_Fut_SCOJ3	R$ 82.432	R$ 82.432	-	-	(6.129)	-	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	06/23	Minério FWD USD 105,82	Minério_Fut_SCOK3	R$ 81.946	R$ 81.946	-	-	(6.023)	-	-
Ganho (perda) em receita de exportação no período										**16.559**
Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)								**(100.678)**	**(68.772)**	

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	100.678	68.772

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Na receita bruta - mercado externo (i)	16.559	(44.598)

(i) Refere-se a operações de *hedge* de preço de minério de ferro contratadas pela controlada Mineração Usiminas S.A..

(b) Atividades de *hedge* – *hedge* de fluxo de caixa (*hedge accounting*)

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Mineração Usiminas contratou algumas operações de *hedge* de preço de minério de ferro como instrumento de proteção contra a oscilação da cotação dessa *commodity* incidente sobre as suas vendas ao mercado externo.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Mineração Usiminas designou algumas operações de instrumentos financeiros derivativos como *hedge accounting.* A aplicação do *hedge accounting* envolve o reconhecimento do efeito líquido no resultado de ganhos e perdas das mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge* em um mesmo momento.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Mineração Usiminas efetuou testes de efetividade retrospectivo e prospectivo em conformidade com a Norma IAS 39/CPC 38. Esses testes apresentaram 100% de efetividade para as operações de instrumentos financeiros derivativos definidas como instrumento de *hedge*, bem como para as exportações definidas como objeto de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2022, as operações de *hedge* de proteção de preço de *commodities* designadas como instrumentos de *hedge* estão apresentadas a seguir:

Objeto de hedge	Vencimento (mês/ano)	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor de referência (Nocional)	Consolidado Ganho (perda)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/23	Minério FWD USD 111,85	Minério_Fut_SCOZ2	R$ 56.987	284
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/23	Minério FWD USD 114,54	Minério_Fut_SCOZ2	R$ 29.119	832
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/23	Minério FWD USD 90,23	Minério_Fut_SCOZ2	R$ 69.424	(16.142)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 86,30	Minério_Fut_SCOF3	R$ 48.306	(17.853)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 86,30	Minério_Fut_SCOF3	R$ 15.629	(5.680)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 90,47	Minério_Fut_SCOF3	R$ 69.613	(20.350)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 97,30	Minério_Fut_SCOF3	R$ 77.110	(15.142)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 106,33	Minério_Fut_SCOF3	R$ 80.135	(8.251)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/23	Minério FWD USD 107,04	Minério_Fut_SCOH3	R$ 82.892	(6.224)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	05/23	Minério FWD USD 106,45	Minério_Fut_SCOJ3	R$ 82.432	(6.129)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	06/23	Minério FWD USD 105,82	Minério_Fut_SCOK3	R$ 81.946	(6.023)
				-	(100.678)

O reconhecimento do *hedge accounting* no patrimônio líquido pode ser demonstrado como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial reconhecido no patrimônio líquido	(8.030)	-
Ganho (perda) reconhecido como instrumento de *hedge* no período	(38.687)	(46.965)
Ganho (perda) reconhecido como objeto de *hedge* no período	26.461	34.798
	(20.256)	(12.167)
Tributos sobre o lucro diferidos (34%)	4.157	4.137
Saldo final reconhecido no patrimônio líquido (i)	(16.099)	(8.030)
Ganho (perda) revertido do patrimônio líquido para receita de exportação (resgates)	16.559	(44.598)

(i) Em 31 de dezembro de 2022, na Controladora, o saldo de R$11.270, reconhecido no patrimônio líquido, é proporcional à participação societária de 70% na Mineração Usiminas S.A..

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Controladora

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.822.191	-	1.822.191	2.156.063	-	2.156.063
Fundos de Investimentos	-	246.349	246.349	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	92.243	92.243
Contas a receber de clientes	3.613.014	-	3.613.014	3.663.511	-	3.663.511
Dividendos a receber	190.865	-	190.865	536.521	-	536.521
Indenização de seguro a receber	352.661	-	352.661	349.031	-	349.031
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	445.619	-	445.619	363.197	-	363.197
	6.424.350	246.349	6.670.699	7.068.323	92.243	7.160.566

	31/12/2022	31/12/2021
	Passivos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.197.537	6.295.682
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.821.618	2.304.017
Títulos a pagar – *Forfaiting*	935.375	715.551
Passivos de arrendamento	32.301	25.920
	9.986.831	9.341.170

(b) Consolidado

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2.916.047	-	2.916.047	6.341.017	-	6.341.017
Fundos de Investimentos	-	789.083	789.083	-	264.180	264.180
Títulos e valores mobiliários	-	1.367.231	1.367.231	-	418.352	418.352
Contas a receber de clientes	3.596.928	-	3.596.928	3.652.273	-	3.652.273
Indenização de seguro a receber	352.661	-	352.661	349.031	-	349.031
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	780.765	-	780.765	997.810	-	997.810
	7.646.401	2.156.314	9.802.715	11.340.131	682.532	12.022.663

31/12/2022	Passivos ao custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Passivos			
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.197.557	-	6.197.557
Instrumentos financeiros derivativos (*hedge*)	-	100.678	100.678
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.838.631	-	2.838.631
Títulos a pagar – *Forfaiting*	935.375	-	935.375
Passivos de arrendamento	119.180	-	119.180
	10.090.743	100.678	10.191.421

31/12/2021	Passivos ao custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Passivos			
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.299.577	-	6.299.577
Instrumentos financeiros derivativos (*hedge*)	-	68.772	68.772
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.632.795	-	2.632.795
Títulos a pagar – *Forfaiting*	715.551	-	715.551
Passivos de arrendamento	82.523	-	82.523
	9.730.446	68.772	9.799.218

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	3.859	120.045	87.870	151.406
Bancos conta movimento exterior	492.530	693.705	869.979	1.207.806
Certificado de depósito bancário (CDB) e aplicações em compromissadas	1.325.802	1.342.313	1.958.198	4.981.805
	1.822.191	2.156.063	2.916.047	6.341.017

As aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata, além de rendimentos cuja variação média é de 102,30% (31 de dezembro de 2021 – 105,34%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na Controladora e 103,44% (31 de dezembro de 2021 – 105,70%) do CDI no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2022, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	92.243	1.341.912	384.587
Aplicações financeiras no exterior	-	-	25.319	33.765
Fundos de investimentos	246.349	-	789.083	264.180
	246.349	92.243	2.156.314	682.532

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) possuem rendimentos cuja variação média é de 102,30% (31 de dezembro de 2021 – 105,34%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na Controladora e 103,44% (31 de dezembro de 2021 – 105,70%) do certificado de depósito interbancário (CDI) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores em fundos de investimentos são compostos, principalmente, por títulos públicos federais, letras financeiras e CDB, cujos rendimentos, no exercício, foram de 103,17% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na Controladora e no Consolidado (31 de dezembro de 2021 - 101,26% no Consolidado). Os referidos fundos de investimentos são exclusivos das Empresas Usiminas e, portanto, não há obrigações com terceiros a serem divulgadas.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired.*

As aplicações financeiras são compostas, principalmente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Fundos de Investimentos, os quais são mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes:				
Em moeda nacional	1.826.202	1.807.007	2.677.831	2.814.666
Em moeda estrangeira	339.344	752.373	698.571	878.335
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(134.108)	(135.177)	(193.689)	(201.241)
Contas a receber de clientes, líquidas	2.031.438	2.424.203	3.182.713	3.491.760
Contas a receber de partes relacionadas				
Em moeda nacional	1.364.706	1.093.379	197.345	14.584
Em moeda estrangeira	216.870	145.929	216.870	145.929
Contas a receber de partes relacionadas	1.581.576	1.239.308	414.215	160.513
	3.613.014	3.663.511	3.596.928	3.652.273
Ativo circulante	3.579.107	3.606.160	3.547.946	3.563.328
Ativo não circulante	33.907	57.351	48.982	88.945

(i) Do total de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na Controladora e no Consolidado, o saldo de R$4.210 (R$4.503 – 31 de dezembro de 2021) refere-se a contas a receber de clientes em moeda estrangeira.

A Companhia apresenta o saldo de contas a receber de clientes líquido do ajuste a valor presente (AVP). O cálculo do AVP é realizado, em base *pro rata temporis*, na data de encerramento do período. O indexador adotado no cálculo do AVP é o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que em 31 de dezembro de 2022 era de 13,65% a.a. (31 de dezembro de 2021 - 9,25% a.a.). Em 31 de dezembro de 2022, o AVP totalizou R$23.169 na Controladora e no Consolidado (31 de dezembro de 2021 – R$16.844 na Controladora e no Consolidado). Em 31 de dezembro de 2022, o efeito do AVP no resultado do período totalizou R$388.372 na Controladora e no Consolidado (31 de dezembro de 2021 – R$133.142, na Controladora e no Consolidado), conforme Nota 34.

A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a vencer	2.987.021	3.574.189	3.408.974	3.616.518
Vencidos:				
Até 30 dias	240.245	119.228	81.489	62.970
Entre 31 e 60 dias	123.600	7.105	118.773	7.163
Entre 61 e 90 dias	204.075	-	19.062	2.603
Entre 91 e 180 dias	96.045	863	7.567	1.790
Acima de 181 dias	96.136	97.303	154.752	162.470
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(134.108)	(135.177)	(193.689)	(201.241)
	3.613.014	3.663.511	3.596.928	3.652.273

Em 31 de dezembro de 2022, as contas a receber de clientes nos montantes de R$625.993 na Controladora e R$187.954 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2021 – R$89.322 e R$35.755, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente ou cujos saldos em aberto possuem garantias.

A Companhia, não analisa e não constitui provisão para perdas sobre o saldo de contas a receber de clientes exclusivamente com base nos valores vencidos. Os valores inadimplentes são analisados individualmente, cliente por cliente. Desta forma, a Companhia avalia a constituição de provisão para perdas com base na real situação de risco. Eventuais atrasos de pagamentos são geridos pelas áreas comercial e financeira, as quais indicam para a necessidade de constituição de provisão para perdas, quando aplicável. Normalmente, os clientes da Companhia demonstram, consistentemente, bom comportamento de pagamentos ao longo de um período antes que se considere que o risco de crédito tenha aumentado.

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Real	3.061.010	2.769.712	2.685.697	2.632.512
Dólar	551.841	891.909	911.068	1.017.871
Euro	163	1.890	163	1.890
	3.613.014	3.663.511	3.596.928	3.652.273

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(135.177)	(137.208)	(201.241)	(197.946)
(Adições) reversões ao resultado	(237)	2.341	2.615	(3.240)
Baixas contra clientes	1.013	-	4.644	255
Variação cambial	293	(310)	293	(310)
Saldo final	(134.108)	(135.177)	(193.689)	(201.241)

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título de contas a receber de clientes sob qualquer modalidade de garantia.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber apresentadas. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.

11. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
Produtos acabados	1.719.799	1.655.902	2.157.792	1.802.859
Produtos em elaboração	2.480.661	1.936.511	2.508.762	1.963.322
Matérias-primas	3.310.698	1.888.919	4.114.424	2.716.510
Almoxarifado	679.025	607.757	775.963	685.070
Importações em andamento	405.838	281.856	406.312	286.643
Provisão para perdas	(320.574)	(185.379)	(325.708)	(214.309)
Outros	327.627	276.145	327.627	276.145
	8.603.074	6.461.711	9.965.172	7.516.240

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação da provisão para perda nos estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(185.379)	(120.836)	(214.309)	(123.202)
Provisão para ajustes ao valor realizável líquido de estoques	(222.529)	(128.596)	(225.812)	(155.915)
Reversão de ajustes ao valor realizável líquido de estoques	87.334	64.053	114.413	64.808
Saldo final	(320.574)	(185.379)	(325.708)	(214.309)

Em 31 de dezembro de 2022, o estoque de carvão da Companhia representava R$253.276 na rubrica matérias-primas, na Controladora e no Consolidado. Nessa mesma data, com base na perspectiva de utilização do referido insumo no seu processo produtivo, foi constituída provisão para perda no estoque, no valor de R$52.392, na Controladora e no Consolidado, em contrapartida do resultado, na rubrica "Outras despesas operacionais".

Em 31 de dezembro de 2022, para ajustar o saldo de estoque de produtos laminados a valor de mercado, foi constituída provisão para perda nesses estoques no montante de R$82.864, na Controladora e no Consolidado, em contrapartida do resultado do período, na rubrica "Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos".

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i) (ii)	50.632	121.649	189.304	127.166
COFINS (i) (ii)	379.071	555.509	770.538	585.734
ICMS	77.692	273.712	168.855	53.241
IPI	23.058	-	66.121	-
Crédito Exportação – Reintegra	7.289	-	4.378	19.490
Outros	16	-	261	1.865
	537.758	950.870	1.199.457	787.496

(i) Em 31 de dezembro de 2022, no ativo circulante, o montante de R$117.316 (31 de dezembro de 2021 – R$851.320), refere-se a créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, conforme descrito na Nota 25 (c).

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, no ativo não circulante, o montante de R$677.158 (31 de dezembro de 2021 – R$712.900), refere-se a créditos de PIS/COFINS decorrentes da depreciação de imobilizado, adquirido até 30 de abril de 2004, conforme descrito na Nota 25 (c).

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i) (ii)	63.484	194.435	243.109	144.992
COFINS (i) (ii)	451.630	822.339	1.030.722	615.135
ICMS	103.951	274.812	218.568	54.351
IPI	109.687	88.526	176.445	-
Crédito Exportação – Reintegra	7.289	-	4.378	19.490
INSS a recuperar	8.538	-	3.713	-
ISS	2.301	-	-	-
Outros	2.103	18.800	2.343	2.020
	748.983	1.398.912	1.679.278	835.988

(i) Em 31 de dezembro de 2022, no ativo circulante, o montante de R$184.075 (31 de dezembro de 2021 – R$1.029.083), refere-se a créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, conforme descrito na Nota 25 (c).

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante, inclui o montante de R$677.158 (31 de dezembro de 2021 – R$712.900), referente a créditos de PIS/COFINS decorrentes da depreciação de imobilizado, adquirido até 30 de abril de 2004 e R$110.547 (31 de dezembro de 2021 – R$47.222) refere-se a créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, conforme descrito na Nota 25 (c).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na Controladora e no Consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.322.963	10.067.011	3.278.914	12.336.277
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	(789.807)	(3.422.784)	(1.114.831)	(4.194.334)
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:				
Equivalência patrimonial	424.887	861.533	75.113	74.389
Juros sobre capital próprio recebidos	(71.035)	(64.906)	(11.338)	(8.067)
Juros sobre capital próprio pagos	-	229.097	25.584	253.457
Exclusões (adições) permanentes	74.636	(4.741)	178.498	83.091
Prejuízos fiscais e base negativa diferidos reconhecidos (não reconhecidos) (i)	(379.253)	439.494	(379.047)	455.969
Exclusão da Selic sobre repetição de indébitos tributários	20.803	906.310	21.692	967.671
Incentivo fiscal	12.344	59.510	23.813	93.149
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	(5.509)	(1.648)
Tributos sobre o lucro apurados	(707.425)	(996.487)	(1.186.025)	(2.276.323)
Corrente	(290.017)	(972.739)	(653.386)	(2.332.338)
Diferido	(417.408)	(23.748)	(532.639)	56.015
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	(707.425)	(996.487)	(1.186.025)	(2.276.323)
Imposto de renda	(516.892)	(717.459)	(865.709)	(1.649.528)
Contribuição social	(190.533)	(279.028)	(320.316)	(626.795)
Alíquotas efetivas	30%	10%	36%	18%

(i) Conforme apresentado na Nota 13 (b).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	31/12/2021	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2022
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais e base negativa	1.576.860	-	(497.827)	1.079.033
Prejuízos fiscais e base negativa sobre indébito tributário	539.908	-	-	539.908
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	201.771	(40.272)	8.397	169.896
Provisão para demandas judiciais	273.067	-	(15.536)	257.531
Provisão para ajustes de estoque	63.029	-	45.967	108.996
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	82.125	-	575.759	657.884
Provisão para lucros não realizados nos estoques	164.961	-	(44.995)	119.966
Outros	180.125	-	(43.485)	136.640
Total ativo	3.081.846	(40.272)	28.280	3.069.854
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	4.992	-	(1.755)	3.237
Depreciação fiscal (i)	785.851	-	440.713	1.226.564
Ajuste de imobilizado – IAS 29 (ii)	34.885	-	(2.362)	32.523
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	46.783	-	2.558	49.341
Outros	4.639	-	6.534	11.173
Total passivo	877.150	-	445.688	1.322.838
Total líquido	2.204.696	(40.272)	(417.408)	1.747.016

(i) Refere-se às diferenças de taxas entre depreciação fiscal e depreciação societária.

(ii) Refere-se à depreciação da correção monetária do imobilizado, conforme IAS 29.

(ii) Consolidado

	31/12/2021	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2022
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais e base negativa	1.514.332	-	(498.781)	1.015.551
Prejuízos fiscais e base negativa sobre indébito tributário	551.077	-	-	551.077
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	222.448	(43.311)	10.518	189.655
Provisão para demandas judiciais	361.707	-	(8.058)	353.649
Provisão para ajustes de estoques	90.667	-	27.563	118.230
Ágio/aquisição de empresas	288.700	-	(5.129)	283.571
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	298.680	-	469.343	768.023
Provisão para lucros não realizados nos estoques	164.961	-	(44.995)	119.966
Hedge accounting	4.138	4.155	-	8.293
Outros	406.602	-	(38.455)	368.147
Total ativo	3.903.312	(39.156)	(87.994)	3.776.162
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	4.992	-	(1.755)	3.237
Depreciação taxa fiscal (i)	800.844	-	438.823	1.239.667
Ajuste de imobilizado – IAS 29 (ii)	34.885	-	(2.362)	32.523
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	63.340	-	7.475	70.815
Outros	17.000	-	2.464	19.464
Total passivo	921.061	-	444.645	1.365.706
Total líquido	2.982.251	(39.156)	(532.639)	2.410.456

(i) Refere-se às diferenças de taxas entre depreciação fiscal e depreciação societária.

(ii) Refere-se à depreciação da correção monetária do imobilizado, conforme IAS 29.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia constituiu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R$379.253 na Controladora e de R$379.047 no Consolidado (31 de dezembro de 2021 – reversão de R$439.494 e R$455.969, respectivamente). O total de créditos fiscais diferidos não reconhecidos nas demonstrações financeiras foi de R$797.756 na Controladora e de R$987.673 no Consolidado (31 de dezembro de 2021 – R$418.503 e R$608.626, respectivamente). A Administração da Companhia continuará monitorando esse montante não reconhecido, o qual poderá ser contabilizado tão logo seja provável a sua utilização.

Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2023	742.115	799.691
2024	166.671	206.346
2025	181.916	221.700
2026	199.245	239.145
2027 até 2029	801.141	939.262
2030 até 2032	978.766	1.129.021
2033 até 2035	-	53.621
Após 2036 (i)	-	187.376
Ativo	3.069.854	3.776.162
Passivo	(1.322.838)	(1.365.706)
Posição líquida	1.747.016	2.410.456

(i) No consolidado os valores referem-se substancialmente a créditos fiscais oriundos de ágio na incorporação, apurados na Mineração Usiminas. Esses créditos fiscais estão sendo aproveitados com base na expectativa de vida útil das minas, cuja exaustão total foi estimada para o ano de 2053.

O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O estudo de expectativa de lucros tributários futuros adota os mesmos dados e premissas do estudo utilizado no teste de valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (Nota 17).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda				
Receitas (despesas) correntes	(210.299)	(699.889)	(474.386)	(1.689.979)
Antecipações e compensações do período	210.299	694.881	430.564	1.050.416
	-	(5.008)	(43.822)	(639.563)
Contribuição social				
Receitas (despesas) correntes	(79.718)	(272.850)	(179.000)	(642.359)
Antecipações e compensações do período	79.718	253.044	174.921	408.616
	-	(19.806)	(4.079)	(233.743)
Total IR e CSLL a pagar	-	(24.814)	(47.901)	(873.306)

(d) Imposto de renda e contribuição social antecipados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os saldos de imposto de renda e contribuição social antecipados, registrados no ativo circulante, totalizavam R$128.292 na Controladora e R$163.436 no Consolidado (31 de dezembro de 2021 - R$35.011, no Consolidado). Esses montantes referem-se às estimativas apuradas e recolhidas mensalmente dos referidos tributos, os quais tiveram valores superiores àqueles calculados na apuração ao final do período. Os saldos de Imposto de renda e contribuição social antecipados podem ser compensados no recolhimento de tributos federais de exercícios seguintes.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	176.825	(106.138)	70.687	176.823	(106.138)	70.685
IR e CSLL	152.847	(57.090)	95.757	152.847	(57.090)	95.757
INSS	35.207	(7.264)	27.943	37.120	(7.264)	29.856
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	6.606	-	6.606	6.249	-	6.249
COFINS	2.764	-	2.764	2.625	-	2.625
Trabalhistas	110.504	-	110.504	136.331	-	136.331
Cíveis	37.769	(16)	37.753	36.762	(16)	36.746
Outras	7.900	-	7.900	4.232	-	4.232
Provisão para perdas (i)	(88.493)	-	(88.493)	(88.493)	-	(88.493)
	468.313	(196.892)	271.421	490.880	(196.892)	293.988

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	176.825	(106.138)	70.687	176.823	(106.138)	70.685
IR e CSLL	158.787	(57.090)	101.697	158.787	(57.090)	101.697
INSS	45.446	(7.264)	38.182	46.633	(7.264)	39.369
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	7.829	-	7.829	7.434	-	7.434
COFINS	4.180	-	4.180	3.652	-	3.652
CFEM	150.199	-	150.199	99.281	-	99.281
Trabalhistas	159.880	-	159.880	190.767	-	190.767
Cíveis	41.027	(16)	41.011	39.386	(16)	39.370
Outras	28.605	-	28.605	25.554	-	25.554
Provisão para perdas (i)	(88.493)	-	(88.493)	(88.493)	-	(88.493)
	710.669	(196.892)	513.777	686.208	(196.892)	489.316

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	490.880	549.507	686.208	740.300
Adições	5.658	2.626	45.265	37.282
Juros/atualizações	8.081	5.292	24.053	11.005
Reversões	(14.550)	(43.805)	(23.022)	(78.456)
Pagamentos	(21.756)	(22.740)	(21.835)	(23.923)
Saldo final	468.313	490.880	710.669	686.208

15. INVESTIMENTOS

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Lucros não realizados nos estoques	Passivo Atuarial	Outros	31/12/2022
Controladas							
Mineração Usiminas	4.853.654	831.954	(671.383)	-	(302)	(5.648)	5.008.275
Soluções Usiminas	624.203	296.610	(140.890)	132.338	338	-	912.599
Usiminas International	68.314	(16.205)	-	-	-	-	52.109
Usiminas Mecânica	111.350	12.900	37.500	-	5.805	-	167.555
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL)	91.939	16.239	(3.857)	-	(7)	-	104.314
Outros	75.475	-	-	-	-	18.520	93.995
	5.824.935	1.141.498	(778.630)	132.338	5.834	12.872	6.338.847
Controladas em conjunto							
Unigal	510.274	99.277	(105.000)	-	(144)	-	504.407
Usiroll	13.806	2.040	(1.000)	-	(12)	-	14.834
	524.080	101.317	(106.000)	-	(156)	-	519.241
Coligadas							
Codeme	38.777	4.016	(3.186)	-	-	-	39.607
MRS	13.544	2.444	(580)	-	(2)	-	15.406
	52.321	6.460	(3.766)	-	(2)	-	55.013
	6.401.336	1.249.275	(888.396)	132.338	5.676	12.872	6.913.101

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de equivalência patrimonial na Controladora, apresentado na movimentação dos investimentos, pode ser conciliado conforme a seguir:

	Controladora
Resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa	1.382.009
Passivo a descoberto da controlada Rios Unidos	(396)
Lucros não realizados com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica.	(132.338)
Resultado de equivalência patrimonial apresentado na movimentação dos investimentos	1.249.275

(ii) Consolidado

	31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Adições/ baixas	Passivo atuarial	31/12/2022
Controladas em conjunto						
Participações controladas em conjunto	526.520	104.924	(109.591)	-	(156)	521.697
Ágio em controladas em conjunto	4.668	-	-	-	-	4.668
	531.188	104.924	(109.591)	-	(156)	526.365
Coligadas						
Participações em coligadas	600.014	116.001	(38.203)	4	(44)	677.772
Ágio em coligadas	7.200	-	-	-	-	7.200
	607.214	116.001	(38.203)	4	(44)	684.972
Total	1.138.402	220.925	(147.794)	4	(200)	1.211.337

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Natureza	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a receber no início do exercício	536.521	380.516	18.182	11.686
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.234.476)	(763.522)	(137.255)	(128.235)
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	888.396	948.174	147.794	139.052
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(31.339)	(28.632)	(5.002)	(3.555)
Outros (i)	31.763	(15)	(990)	(766)
Dividendos líquidos a receber no fim do exercício	190.865	536.521	22.729	18.182

(i) Em 31 de dezembro de 2022, na Controladora, o valor é composto por R$37.500, referente à reversão de dividendos da Usiminas Mecânica, uma vez que o lucro líquido do ano de 2021 foi utilizado na absorção de prejuízos acumulados.

Os dividendos recebidos são classificados no fluxo de caixa das atividades de investimento.

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das principais coligadas, em 31 de dezembro de 2022:

	País de constituição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro	% de participação
Codeme	Brasil	294.383	155.672	138.711	238.340	9.523	30,77%
MRS (i)	Brasil	14.532.173	9.018.539	5.513.634	5.592.118	874.175	11,41%

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 19,92%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2022			31/12/2021		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.811	21.100	2.386	2.753	93.155	6.538
Contas a receber	1.224	54.820	4.600	1.496	60.355	4.051
Estoques	-	54.438	1.783	-	45.237	1.569
Impostos a recuperar	-	9.233	-	-	5.845	-
Outros	8	58.723	330	7	4.284	202
Total do ativo circulante	4.043	198.314	9.099	4.256	208.876	12.360
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	-	19.059	96	-	17.719	71
Imobilizado	1.795	790.749	24.652	2.001	801.148	21.124
Intangível	-	1.282	-	-	786	2
Total do ativo não circulante	1.795	811.090	24.748	2.001	819.653	21.197
Total do ativo	5.838	1.009.404	33.847	6.257	1.028.529	33.557
Passivo e Patrimônio líquido						
Fornecedores	172	29.545	2.532	203	17.007	4.375
Contingências	-	2.360	-	-	3.497	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	228.565	-	-	226.203	-
Outros	757	20.845	1.648	1.175	42.785	1.571
Patrimônio líquido	4.909	728.089	29.667	4.879	739.037	27.611
Total do passivo e patrimônio líquido	5.838	1.009.404	33.847	6.257	1.028.529	33.557

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	13.370	330.640	20.692	12.033	347.841	18.968
Custo produtos e serviços vendidos	(4.793)	(149.198)	(11.955)	(3.971)	(129.014)	(10.268)
Receitas (despesas) operacionais	(37)	(20.505)	(3.036)	(19)	(17.505)	(2.313)
Receitas (despesas) financeiras	293	23.126	427	77	10.214	356
Provisão IRPJ e CSLL	(1.619)	(44.806)	(2.049)	(1.391)	(45.755)	(2.251)
Lucro líquido do exercício	7.214	139.257	4.079	6.729	165.781	4.492

16. IMOBILIZADO

	Controladora						
		31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	5	1.870.055	(1.235.536)	634.519	1.864.457	(1.208.650)	655.807
Máquinas e equipamentos	5	16.638.568	(11.930.968)	4.707.600	17.946.194	(11.402.986)	6.543.208
Instalações	5	1.029.117	(397.419)	631.698	988.948	(362.297)	626.651
Móveis e utensílios	14	62.839	(53.312)	9.527	60.126	(50.358)	9.768
Equipamentos de informática	20	279.488	(208.776)	70.712	221.044	(193.201)	27.843
Veículos	24	34.562	(34.528)	34	34.809	(34.768)	41
Ferramentas e aparelhos	21	190.765	(177.953)	12.812	187.862	(172.730)	15.132
Direito de Uso	19	72.272	(41.019)	31.253	56.925	(31.463)	25.462
		20.177.666	(14.079.511)	6.098.155	21.360.365	(13.456.453)	7.903.912
Terrenos		279.595	-	279.595	274.419	-	274.419
Total em operação		20.457.261	(14.079.511)	6.377.750	21.634.784	(13.456.453)	8.178.331
Em obras							
Obras em andamento		2.353.507	-	2.353.507	1.121.174	-	1.121.174
Imobilizado em processamento		141.075	-	141.075	91.178	-	91.178
Importações em andamento		33.282	-	33.282	87.882	-	87.882
Adiantamentos a fornecedores		99.331	-	99.331	63.837	-	63.837
Encargos capitalizados de empréstimos, financiamentos e debêntures		88.056	-	88.056	29.954	-	29.954
Outros		59.915	-	59.915	64.489	-	64.489
Total em obras		2.775.166	-	2.775.166	1.458.514	-	1.458.514
		23.232.427	(14.079.511)	9.152.916	23.093.298	(13.456.453)	9.636.845

	Consolidado						
		31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	5	2.269.372	(1.500.867)	768.505	2.248.496	(1.467.274)	781.222
Máquinas e equipamentos	5	17.986.420	(12.975.300)	5.011.120	19.187.927	(12.405.367)	6.782.560
Instalações	5	2.027.899	(1.000.878)	1.027.021	1.748.024	(884.958)	863.066
Móveis e utensílios	14	77.531	(65.999)	11.532	73.733	(62.325)	11.408
Equipamentos de informática	20	337.816	(253.243)	84.573	274.777	(234.333)	40.444
Veículos	24	50.061	(47.285)	2.776	49.144	(47.732)	1.412
Ferramentas e aparelhos	21	217.651	(200.308)	17.343	209.856	(192.363)	17.493
Direito de Uso	19	245.935	(130.210)	115.725	164.074	(87.159)	76.915
Outros		208.081	(20.913)	187.168	115.496	(16.806)	98.690
		23.420.766	(16.195.003)	7.225.763	24.071.527	(15.398.317)	8.673.210
Terrenos		460.572	-	460.572	449.272	-	449.272
Total em operação		23.881.338	(16.195.003)	7.686.335	24.520.799	(15.398.317)	9.122.482
Em obras							
Obras em andamento		2.631.724	-	2.631.724	1.518.868	-	1.518.868
Imobilizado em processamento		218.098	-	218.098	189.111	-	189.111
Importações em andamento		33.548	-	33.548	88.148	-	88.148
Adiantamentos a fornecedores		102.895	-	102.895	65.099	-	65.099
Encargos capitalizados de empréstimos, financiamentos e debêntures		88.056	-	88.056	30.617	-	30.617
Outros		59.915	-	59.915	71.360	-	71.360
Total em obras		3.134.236	-	3.134.236	1.963.203	-	1.963.203
		27.015.574	(16.195.003)	10.820.571	26.484.002	(15.398.317)	11.085.685

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Controladora								
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	655.807	6.543.208	626.651	15.132	274.419	1.458.514	25.462	37.652	9.636.845
Adições (i)	102	30.878	6.062	-	-	1.700.608	-	1.588	1.739.238
Remensuração	-	-	-	-	-	-	15.347	-	15.347
Baixas	-	(190)	-	-	(5.092)	(1.423)	-	-	(6.705)
Depreciação	(39.719)	(531.486)	(36.008)	(5.566)	-	-	(9.556)	(18.580)	(640.915)
Encargos capitalizados de empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	-	-	-	-	-	88.056	-	-	88.056
Impairment	-	(1.697.561)	-	-	-	-	-	-	(1.697.561)
Transferências	18.329	362.751	34.993	3.246	-	(478.932)	-	59.613	-
Outros	-	-	-	-	10.268	8.343	-	-	18.611
Saldos em 31 de dezembro de 2022	634.519	4.707.600	631.698	12.812	279.595	2.775.166	31.253	80.273	9.152.916

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras no valor de R$1.739.238.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

	Controladora								
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	714.259	6.949.476	642.827	18.807	274.423	982.499	6.977	38.589	9.627.857
Adições (i)	38	43.564	2.854	-	-	1.077.808	-	-	1.124.264
Remensuração	-	-	-	-	-	-	27.388	-	27.388
Baixas	(227)	(30)	(412)	-	(4)	(3.666)	-	(1)	(4.340)
Depreciação	(42.075)	(657.045)	(35.654)	(5.822)	-	-	(8.903)	(13.151)	(762.650)
Encargos capitalizados de empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	-	-	-	-	-	29.954	-	-	29.954
Impairment	(15.020)	(324.452)	(26.436)	(21)	-	(41.628)	-	-	(407.557)
Transferências	(1.168)	531.695	43.472	2.168	-	(588.382)	-	12.215	-
Outros	-	-	-	-	-	1.929	-	-	1.929
Saldos em 31 de dezembro de 2021	655.807	6.543.208	626.651	15.132	274.419	1.458.514	25.462	37.652	9.636.845

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras no valor de R$1.124.264.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

	Consolidado								
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	781.222	6.782.560	863.066	17.493	449.272	1.963.203	76.915	151.954	11.085.685
Adições (i)	913	35.707	10.136	756	-	1.976.675	-	95.035	2.119.222
Remensuração	-	-	-	-	-	-	81.861	-	81.861
Baixas	(5.675)	(520)	(650)	-	(6.271)	(1.423)	-	-	(14.539)
Depreciação	(59.563)	(599.277)	(124.779)	(6.639)	-	-	(43.107)	(27.750)	(861.115)
Encargos capitalizados de empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	-	-	-	-	-	88.056	-	-	88.056
Impairment (iii)	448	(1.697.682)	138	(772)	-	334	-	(27)	(1.697.561)
Transferências	51.163	490.334	279.110	6.508	7.303	(901.257)	-	66.839	-
Outros	(3)	(2)	-	(3)	10.268	8.648	56	(2)	18.962
Saldos em 31 de dezembro de 2022	768.505	5.011.120	1.027.021	17.343	460.572	3.134.236	115.725	286.049	10.820.571

(i) As adições do imobilizado no Consolidado totalizam o valor de R$2.119.222, incluindo compras no valor de R$2.026.636 e recuperação ambiental de minas no valor de R$92.586.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

	Consolidado								
	Edificações	Máquinas e equipa-mentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	860.783	7.236.954	921.187	20.645	456.025	1.302.512	60.395	147.533	11.006.034
Adições (i)	38	45.839	2.854	339	-	1.340.484	-	173	1.389.727
Remensuração	-	-	-	-	-	-	50.137	-	50.137
Baixas	(9.755)	(18.124)	(650)	(8)	(5.771)	(5.733)	-	(26)	(40.067)
Depreciação	(73.458)	(712.088)	(98.288)	(6.457)	-	-	(33.615)	(19.487)	(943.393)
Encargos capitalizados de empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	-	-	-	-	-	29.954	-	-	29.954
Impairment (iii)	(14.565)	(324.664)	(28.871)	(2.586)	-	(36.862)	-	(9)	(407.557)
Transferências	18.179	554.642	66.839	5.564	(982)	(668.011)	1	23.768	-
Outros	-	1	(5)	(4)	-	859	(3)	2	850
Saldos em 31 de dezembro de 2021	781.222	6.782.560	863.066	17.493	449.272	1.963.203	76.915	151.954	11.085.685

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R$1.389.727.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

Em 31 de dezembro de 2022, as adições do imobilizado referem-se, principalmente, aos gastos incorridos na reforma do alto forno 3, reforma das coquerias, reformas na aciaria, bem como demais obras com o objetivo de garantir a capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2022, no Consolidado, o saldo do imobilizado em andamento, no montante de R$3.134.236 (31 de dezembro de 2021 – R$1.963.203), refere-se a projetos de melhoria nos processos industriais e de manutenção da capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R$88.056 (31 de dezembro de 2021 – R$29.954) na Controladora e no Consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2022, a depreciação na Controladora foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Outras receitas (despesas) operacionais", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", nos montantes de R$555.097, R$64.406, R$2.964 e R$18.448 (31 de dezembro de 2021 – R$596.296, R$150.754, R$3.043 e R$12.557), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Outras receitas (despesas) operacionais", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R$747.437, R$87.094, R$4.488 e R$22.096 (31 de dezembro de 2021 - R$762.296, R$161.385, R$4.283 e R$15.429), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos e processos judiciais (Nota 40).

17. VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (*IMPAIRMENT*) NÃO FINANCEIROS

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

As Empresas Usiminas possuem três unidades geradoras de caixa ou segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Essas unidades geradoras de caixa são determinadas com base no menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa e não existem segmentos e unidades geradoras de caixa diferentes dentro de uma mesma empresa.

As unidades geradoras de caixa e/ou segmentos reportáveis identificados na Companhia são mineração e logística, siderurgia e transformação do aço (Nota 29).

(a) Premissas e critérios gerais

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva.

A Administração da Companhia estima que o valor justo líquido de despesas de alienação, sejam inferiores ao valor em uso, razão pela qual este foi utilizado para a apuração do valor recuperável.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 4 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, variação do dólar em relação ao real e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa de volume de vendas, bem como pela inflação de longo prazo e a taxa de câmbio.

A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Para projeção das taxas anuais de câmbio (real/dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo.

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos de caixa projetados foi de 3,37% a.a.

No exercício de 2022, as taxas de desconto aplicadas nas projeções de fluxos de caixa futuros representam uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados do segmento de siderurgia foram descontados à taxa real de 8,63% e nominal de 13,81%. Os fluxos de caixa futuros estimados do segmento de mineração e logística foram descontados à taxa real de 9,19%, e taxa nominal de 13,06%.

Os cenários utilizados nos testes são baseados nas melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio.

Para o segmento de transformação do aço não foram identificados indicativos para a realização de teste de *impairment*.

(b) Valor recuperável e perdas reconhecidas

(i) Ativos intangíveis com vida útil indefinida

As seguintes unidades geradoras de caixa possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) para as quais os testes para verificação de *impairment* são realizados anualmente:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Mineração e logística	11.868	11.868
Transformação do aço	2.433	2.433
	14.301	14.301

A unidade de Siderurgia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

(ii) Outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia efetuou testes de recuperabilidade dos ativos das suas unidades geradoras de caixa, e as seguintes (perdas) reversões por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica Outras receitas e despesas operacionais (Nota 33 (b)):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mineração e logística				
Direitos minerários (i)	-	-	293.464	-
Imobilizado	-	-	-	3.030
Propriedades para investimento	-	-	3.160	-
Siderurgia				
Investimentos (iii)	20.260	-	-	-
Imobilizado (ii)	(1.697.561)	(407.557)	(1.697.561)	(407.557)
Intangível (i) (iii)	-	-	20.260	-
Propriedades para investimento	(16.107)	7.270	(16.107)	7.270
	(1.693.408)	(400.287)	(1.396.784)	(397.257)

(i) A reversão do *impairment* do direito minerário ocorreu, substancialmente, devido as mudanças de estimativa de preço futuro de minério de ferro e do dólar.

(ii) Conforme apresentado no item (d) (i).

(iii) Na Controladora, em 31 de dezembro de 2022, o montante R$20.260 refere-se a reversão de *impairment* de ativo gerado na aquisição de controlada, que no Consolidado é reclassificado para o intangível.

Os ativos de longo prazo do segmento de transformação do aço foram revisados, não sendo verificado indicadores de *impairment*.

(c) Testes de *impairment* do segmento de mineração

O valor em uso do segmento de mineração e logística foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da *commodity* e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD85,00/t e USD103,00/t para o curto prazo e USD77,00/t para o longo prazo. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrada a reversão do *impairment* de direitos minerários, alocado no ativo intangível, no montante de R$293.464. Adicionalmente foi registrada reversão de perda no valor de R$3.160, em propriedades para investimento, correspondente a terreno em Itaguaí. A reversão foi apurada em decorrência da valorização do valor justo, que reflete as condições do mercado na data do balanço, da propriedade em relação ao seu valor de custo.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram apuradas perdas por *impairment* de ágio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a perda por impairment remanescente, constituída em exercícios anteriores, no valor de R$254.271 (R$22.265 nos estoques e R$232.006 em direitos minerários), continua sendo monitorada pela Companhia e poderá ser revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

(d) Testes de *impairment* do segmento de siderurgia

(i) Usiminas

De acordo com a Deliberação CVM 90/2022, a Companhia efetuou análise da recuperabilidade dos seus ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2022. A revisão nas estimativas dos volumes de vendas futuros combinado com as projeções de aumento dos custos operacionais e de aquisição de matérias primas atreladas ao dólar, diminuíram o valor recuperável líquido estimado dos ativos testados, resultando em perda por *impairment*.

Foram utilizados os fluxos de caixa orçados da Usiminas para os próximos 4 anos para a apuração dos valores recuperáveis dos ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida perda por *impairment* no segmento siderurgia no valor de R$1.697.561 (31 de dezembro de 2021 – R$407.557) utilizando o método de fluxo de caixa descontado. Em propriedades para investimento foi reconhecida perda no valor de R$16.107 (31 de dezembro de 2021 – reversão de R$7.270), por avaliação de ativos a valor de mercado. Adicionalmente, foi registrada reversão de *impairment* no valor de R$20.260 de investimento decorrente de ativo gerado na aquisição de controlada, que no Consolidado é reclassificado para o intangível. O efeito líquido no resultado foi de R$1.693.408 (Nota 33 (b)).

A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2023, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

(ii) Usiminas Mecânica

A Usiminas Mecânica utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que consideram as mudanças observadas no panorama econômico do mercado de bens de capital, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi registrada perda por *impairment* na Usiminas Mecânica.

Os ativos de longo prazo da Usiminas Mecânica foram revisados, com projeções e premissas atualizados, cujo resultado não indicou reversão de *impairment.*

Para a Usiminas Mecânica a perda por *impairment* remanescente em 31 de dezembro de 2022, que totaliza R$91.931 (R$1.193 no ativo intangível e R$90.738 no ativo imobilizado), continua sendo monitorada pela Companhia e poderá ser revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave para a Usiminas Mecânica.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

ISE B3 ICO2 B3

18. INTANGÍVEL

A composição do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Controladora						
		31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	25	341.517	(269.807)	71.710	294.632	(252.699)	41.933
Intangível em processamento	-	66.408	-	66.408	76.733	-	76.733
		407.925	(269.807)	138.118	371.365	(252.699)	118.666

	Consolidado						
		31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	25	429.912	(332.161)	97.751	367.061	(312.594)	54.467
Ágio	-	2.433	-	2.433	2.433	-	2.433
Direitos Minerários (i)	-	2.221.929	(170.803)	2.051.126	2.223.667	(142.952)	2.080.715
Reversão de perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	-	(246.659)	-	(246.659)	(568.116)	-	(568.116)
Outros	-	75.052	(3.763)	71.289	84.766	(3.619)	81.147
		2.482.667	(506.727)	1.975.940	2.109.811	(459.165)	1.650.646

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão da mina ao custo médio de amortização de R$1,58 por tonelada (valor ajustado de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment,* que reflete o custo estimado de cada tonelada exaurida das minas).

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Controladora		
	Software adquirido	Intangível em processamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	41.933	76.733	118.666
Adições	1.102	47.261	48.363
Transferências	39.031	(39.031)	-
Amortização	(17.108)	-	(17.108)
Outros	6.752	(18.555)	(11.803)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	71.710	66.408	138.118
Custo total	341.517	66.408	407.925
Amortização acumulada	(269.807)	-	(269.807)
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	71.710	66.408	138.118
Taxas anuais de amortização %	25	-	-

	Controladora		
	Software adquirido	Intangível em processamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	49.420	54.692	104.112
Adições	219	36.005	36.224
Transferências	13.964	(13.964)	-
Amortização	(18.829)	-	(18.829)
Outros	(2.841)	-	(2.841)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	41.933	76.733	118.666
Custo total	294.632	76.733	371.365
Amortização acumulada	(252.699)	-	(252.699)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	41.933	76.733	118.666
Taxas anuais de amortização %	19	-	-

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	*Software* adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	1.512.599	2.433	54.467	81.147	1.650.646
Adições	-	-	15.758	49.482	65.240
Transferências	-	-	39.031	(39.031)	-
Amortização	(21.856)	-	(19.567)	(143)	(41.566)
Reversão de perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	313.724	-	-	-	313.724
Outros	-	-	8.062	(20.166)	(12.104)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.804.467	2.433	97.751	71.289	1.975.940
Custo total	1.975.270	2.433	429.912	75.052	2.482.667
Amortização acumulada	(170.803)	-	(332.161)	(3.763)	(506.727)
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	1.804.467	2.433	97.751	71.289	1.975.940
Taxas anuais de amortização %	-	-	25	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão da mina ao custo médio de amortização de R$1,58 por tonelada (valor ajustado de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment,* que reflete o custo estimado de cada tonelada exaurida das minas).

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	*Software* adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	1.480.923	2.433	57.562	57.281	1.598.199
Adições	50.000	-	5.590	37.972	93.562
Transferências	-	-	13.964	(13.964)	-
Amortização	(18.324)	-	(20.882)	(142)	(39.348)
Outros	-	-	(1.767)	-	(1.767)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.512.599	2.433	54.467	81.147	1.650.646
Custo total	1.655.551	2.433	367.061	84.766	2.109.811
Amortização acumulada	(142.952)	-	(312.594)	(3.619)	(459.165)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	1.512.599	2.433	54.467	81.147	1.650.646
Taxas anuais de amortização %	-	-	19	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão da mina ao custo médio de amortização de R$1,58 por tonelada (valor ajustado de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment,* que reflete o custo estimado de cada tonelada exaurida das minas).

A amortização na Controladora foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R$1.154 e R$15.954 (31 de dezembro de 2021 - R$742 e R$18.087, respectivamente). No Consolidado, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R$23.857 e R$17.709 (31 de dezembro de 2021 - R$19.695 e R$19.653, reconhecida nas rubricas "Custos das vendas" e "Despesas gerais e administrativas"). O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado como investimento nas demonstrações financeiras individuais e como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2022, houve reversão de *impairment* no resultado das demonstrações financeiras da Mineração Usiminas no valor de R$293.464, devido as mudanças de estimativa de preço futuro de minério de ferro e do dólar. Na Controladora, em 31 de dezembro de 2022, houve reversão de *impairment* de ativo gerado na aquisição de controlada, no valor de R$20.260, conforme Nota 17 (b) (ii).

19. FORNECEDORES, EMPREITEIROS E FRETES

19.1 Composição de fornecedores, empreiteiros e fretes

A composição de fornecedores, empreiteiros e fretes está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
No país	1.635.808	1.466.545	2.020.814	2.052.533
No exterior	526.436	177.354	531.744	210.283
Valores a pagar a empresas ligadas	682.587	670.471	299.186	375.527
	2.844.831	2.314.370	2.851.744	2.638.343
Ajuste a valor presente (AVP) (i)	(23.213)	(10.353)	(13.113)	(5.548)
	2.821.618	2.304.017	2.838.631	2.632.795

(i) No consolidado, o montante de AVP relacionado a valores a pagar a empresas ligadas é eliminado.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de fornecedores possuem prazos de pagamentos que variam entre 30 e 180 dias.

A Companhia apresenta o saldo de fornecedores líquido do ajuste a valor presente (AVP). O cálculo do AVP é realizado, em base *pro rata temporis*, na data de encerramento do período. O indexador adotado no cálculo do AVP é o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que em 31 de dezembro de 2022 era de 13,65% a.a. (31 de dezembro de 2021 - 9,25% a.a.)

Os saldos de ajuste a valor presente (AVP) são apropriados ao resultado financeiro com base no prazo decorrido entre a data de emissão e a data do vencimento das faturas de fornecedores. Em 31 de dezembro de 2022, os efeitos desta apropriação estão demonstrados na Nota 34.

19.2 Operações de *forfaiting*

A Companhia realiza operações de *forfaiting* (risco sacado) e cessão de crédito com fornecedores, nacionais e estrangeiros, de matérias-primas. Essas operações foram registradas no passivo circulante, em Títulos a pagar – *forfaiting.* Em 31 de dezembro de 2022, as operações de *forfaiting* estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
No país	346.611	-
No exterior	607.492	718.054
	944.739	718.054
Ajuste a valor presente (AVP)	(9.364)	(2.503)
	935.375	715.551

Os contratos negociados possuem prazos de pagamentos que variam entre 120 e 180 dias.

A Companhia apresenta o saldo de *forfaiting* líquido do ajuste a valor presente (AVP). O cálculo do AVP é realizado, em base *pro rata temporis*, na data de encerramento do balanço. O indexador adotado no cálculo do AVP é o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que em 31 de dezembro de 2022 era de 13,65% a.a. (31 de dezembro de 2021 - 9,25% a.a.)

Os saldos de ajuste a valor presente (AVP) são apropriados ao resultado financeiro com base no prazo decorrido entre a data de emissão e a data do vencimento das faturas de *forfaiting*. Em 31 de dezembro de 2022, os efeitos desta apropriação estão demonstrados na Nota 34.

A Companhia divulga suas operações de *forfaiting* em rubrica específica porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos do contas a pagar, bem como os pagamentos aos bancos são incluídos nos fluxos de caixa operacionais, uma vez que continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e, portanto, preservam a sua natureza principal de compra de materiais e serviços.

19.3 Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, as operações de adiantamentos a fornecedores totalizavam R$622.004 na Controladora e R$623.381 no Consolidado (31 de dezembro de 2021 - R$731 e R$2.464, respectivamente). As referidas operações foram realizadas com fornecedores nacionais, principalmente, para a aquisição de placas para laminação com o objetivo de suprir a demanda durante a parada do Alto Forno nº 3.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

				31/12/2022		31/12/2021	
	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FINAME	R$	2023 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	2.988	1.696	3.398	4.672

(ii) Em moeda estrangeira

				31/12/2022		31/12/2021	
	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bonds	US$	2026	5,875% a.a.	110.151	3.913.275	117.806	4.185.375
Comissões e outros custos	-	-	-	-	(40.228)	-	(51.722)
				110.151	3.873.047	117.806	4.133.653
Em moeda nacional				2.988	1.696	3.398	4.672
				113.139	3.874.743	121.204	4.138.325

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

				31/12/2022		31/12/2021	
	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FINAME	R$	2022 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	3.004	1.700	3.422	4.693
Outros	R$	2022	8,24% a.a.	-	-	3.850	-
				3.004	1.700	7.272	4.693

(ii) Em moeda estrangeira

				31/12/2022		31/12/2021	
	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bonds	US$	2026	5,875% a.a.	110.151	3.913.275	117.806	4.185.375
Comissões e outros custos	-	-	-	-	(40.228)	-	(51.722)
				110.151	3.873.047	117.806	4.133.653
Em moeda nacional				3.004	1.700	7.272	4.693
				113.155	3.874.747	125.078	4.138.346

20.2 Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	2.976	-	2.993
2024	1.696	1.696	1.700	1.700
2026	3.873.047	4.133.653	3.873.047	4.133.653
	3.874.743	4.138.325	3.874.747	4.138.346

20.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	4.259.529	3.955.970	4.263.424	3.963.754
Juros provisionados	248.458	258.951	249.699	251.952
Variação monetária	234	466	235	506
Variação cambial	(272.099)	287.850	(272.099)	287.850
Amortizações de encargos	(256.355)	(251.321)	(257.826)	(244.522)
Amortizações/baixas de principal	(3.379)	(3.880)	(7.026)	(7.609)
Diferimento de comissões	11.494	11.493	11.495	11.493
Saldo final	3.987.882	4.259.529	3.987.902	4.263.424

20.4 *Covenants* das debêntures e dos *Bonds*

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento do seguinte índice, calculado em uma base consolidada: Dívida Líquida/EBITDA ajustado: menor que 3,5x nas medições trimestrais para os Bonds e semestrais (junho e dezembro) para as debêntures. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a medição do referido índice, o qual foi devidamente cumprido.

Em relação aos *covenants* não financeiros, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram verificados descumprimentos desses covenants.

21. DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía vigentes a 8ª e 9ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, as quais estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	
	Carência	Encargos financeiros
8ª Emissão (1ª Série)	2,5 anos	CDI + 1,50% a.a.
8ª Emissão (2ª Série)	4,5 anos	CDI + 1,70% a.a.
9ª Emissão (1ª Série)	2,5 anos	CDI + 1,45% a.a.
9ª Emissão (2ª Série)	4,5 anos	CDI + 1,65% a.a.
9ª Emissão (3ª Série)	6 anos	CDI + 1,95% a.a.

A movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	2.036.153	2.004.608
Ingressos	2.200.000	-
Amortização de principal	(2.000.000)	-
Encargos provisionados	194.874	43.140
Variação monetária	105.233	87.732
Amortização de encargos	(326.605)	(99.327)
Saldo final (i)	2.209.655	2.036.153
Passivo circulante	17.820	46.748
Passivo não circulante	2.191.835	1.989.405

(i) Saldo apresentado líquido, após deduzido o valor de R$8.165 (31 de dezembro de 2021 - R$10.595), referente ao diferimento de custos da transação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2022, os encargos sobre as debêntures no montante de R$17.820 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2021 - R$46.748).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	696.291
2024	-	646.557
2025	-	646.557
2027	458.398	-
2028	681.236	-
2029 a 2032	1.052.201	-
	2.191.835	1.989.405

22. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	43.908	26.761	60.993	39.176
IPI	14.581	41.789	17.448	45.872
IRRF	12.380	11.019	15.483	13.587
ISS	15.925	2.062	21.763	6.145
PIS e COFINS	3.791	3.459	5.217	4.578
Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)	-	-	17.143	23.212
Outros	2.083	1.972	5.264	4.976
	92.668	87.062	143.311	137.546

23. TRIBUTOS PARCELADOS

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.799	(100.079)	4.720	104.542	(100.079)	4.463
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo						
Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	201.612	(196.892)	4.720	201.355	(196.892)	4.463

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.799	(100.079)	4.720	104.542	(100.079)	4.463
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo						
Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	18	(16)	2	18	(16)	2
	201.614	(196.892)	4.722	201.357	(196.892)	4.465

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial (i)	201.355	201.270	201.357	201.272
Provisão (reversão) de juros	257	85	257	85
Subtotal	201.612	201.355	201.614	201.357
Saldo compensação depósito judicial	(196.892)	(196.892)	(196.892)	(196.892)
Saldo final	4.720	4.463	4.722	4.465

(i) Ao total de tributos parcelados apresentado no balanço patrimonial, deve-se diminuir o valor de R$196.892 na Controladora e no Consolidado, referente a compensação com depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2022, conforme os respectivos prazos de exigibilidade, o saldo dos tributos parcelados está integralmente registrado no passivo circulante.

24. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas estimaram as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo variaram entre 9,55% a.a. e 16,74% a.a. (31 de dezembro de 2021 - entre 7,34% a.a. e 10,53% a.a.).

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na tabela a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	25.920	82.523
Adições	15.347	81.861
Pagamentos	(12.163)	(56.263)
Juros	3.197	11.059
Em 31 de dezembro de 2022	32.301	119.180
Circulante	8.239	34.043
Não circulante	24.062	85.137

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

(a) Controladora

	31/12/2022				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos (i)	10.904	8.613	13.125	8.664	41.306
Ajuste a valor presente	(2.665)	(1.903)	(3.269)	(1.168)	(9.005)
	8.239	6.710	9.856	7.496	32.301

	31/12/2021				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos (i)	7.234	6.453	10.003	11.400	35.090
Ajuste a valor presente	(2.140)	(1.711)	(3.367)	(1.952)	(9.170)
	5.094	4.742	6.636	9.448	25.920

(i) Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos.

(b) Consolidado

	31/12/2022				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos (i)	44.632	38.943	53.703	10.184	147.462
Ajuste a valor presente	(10.589)	(7.354)	(8.967)	(1.372)	(28.282)
	34.043	31.589	44.736	8.812	119.180

	31/12/2021				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos (i)	36.339	25.799	25.976	13.401	101.515
Ajuste a valor presente	(6.830)	(4.488)	(5.379)	(2.295)	(18.992)
	29.509	21.311	20.597	11.106	82.523

(i) Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos.

O quadro a seguir demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	37.485	29.313	31.844	23.522
PIS/COFINS potencial (9,25%)	3.821	2.988	3.246	2.398
	41.306	32.301	35.090	25.920

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	133.822	108.156	92.124	74.890
PIS/COFINS potencial (9,25%)	13.640	11.024	9.391	7.633
	147.462	119.180	101.515	82.523

25. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
INSS	58.413	-	58.413	54.353	-	54.353
ICMS	238.766	-	238.766	237.039	-	237.039
Trabalhistas	387.300	(78.742)	308.558	410.033	(101.938)	308.095
Cíveis	72.965	(24.475)	48.490	101.714	(23.500)	78.214
	757.444	(103.217)	654.227	803.139	(125.438)	677.701

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
INSS	69.189	(62)	69.127	64.359	(59)	64.300
ICMS	247.695	(1.310)	246.385	238.224	(1.279)	236.945
PIS/COFINS	3.411	-	3.411	2.101	-	2.101
Trabalhistas	468.450	(110.953)	357.497	487.858	(141.255)	346.603
Cíveis	92.112	(41.701)	50.411	114.395	(40.500)	73.895
Outras	11.300	(2.602)	8.698	12.217	(2.808)	9.409
	892.157	(156.628)	735.529	919.154	(185.901)	733.253

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	803.139	656.422	919.154	799.601
Adições	80.238	203.069	113.257	218.676
Juros/atualizações	93.001	164.328	104.797	154.124
Amortizações/baixas	(124.012)	(162.170)	(124.194)	(164.735)
Reversões de principal	(12.563)	(19.733)	(38.462)	(48.829)
Reversões de juros	(82.359)	(38.777)	(82.395)	(39.683)
Saldo final	757.444	803.139	892.157	919.154

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2022 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

31/12/2022			31/12/2021
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	69.363	64.985
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	268.099	297.309
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	6.338	5.740
Divergências em relação ao preço pago pelas ações quando da aquisição de empresa incorporada na Soluções Usiminas.	Aguardando julgamento de recurso no STJ.	7.100	6.388
Ações anulatórias de decisões administrativas do CADE (Usiminas e antiga Cosipa).	Celebrado acordo com o CADE, prevendo o parcelamento do pagamento, em 3 anos (parcelas semestrais).	31.349	67.591
Ação anulatória ajuizada para discussão de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do Sul para exigência de ICMS supostamente devido pela Usiminas.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores.	50.511	47.466
Ação pleiteando a não incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre um terço de férias.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	55.193	51.147

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

31/12/2022			31/12/2021
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Aguardando desfecho final do Recurso Especial.	139.460	184.482
Execução fiscal em razão de suposto creditamento de ICMS/SP indevido relativo a materiais não ferrosos.	Aguardando julgamento nos tribunais superiores.	40.167	-
Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais para apurar os danos decorrentes da explosão no gasômetro no ano de 2018.	Assinado Termo de Ajustamento de Conduta – Em cumprimento.	4.500	4.500
Ações pleiteando horas extras de empregados da Usinas de Ipatinga.	-	27.881	24.578
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	23.678	17.495
Outras ações de natureza trabalhista.	-	21.957	23.161
Outras ações de natureza tributária.	-	11.848	8.297
		757.444	803.139

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

31/12/2022			31/12/2021
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Auto de Infração exigindo ICMS/RS em razão de suposta irregularidade na tomada de créditos presumidos.	Aguardo prosseguimento do feito em segunda instância judicial.	1.033	1.185
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	57.451	54.269
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	12.945	9.005
Outras ações de natureza tributária.	-	9.841	10.661
		81.270	75.120

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões da Controladora	757.444	803.139
Provisões da Soluções Usiminas	81.270	75.120
Provisões das demais empresas	53.443	40.895
Total do Consolidado	892.157	919.154

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a Controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

31/12/2022			31/12/2021
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	89.802	97.719
Execuções fiscais pleiteando o estorno de créditos de ICMS/SP em razão de divergência entre o Fisco e a Usiminas referente à classificação de materiais.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	7.332	43.189
Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para verificação do cumprimento de obrigações tributárias relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados.	Aguardando julgamento em primeira instância administrativa.	55.075	50.659
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Diversos autos, ações declaratórias e execuções fiscais, suspensos ou aguardando decisão dos tribunais superiores.	652.400	539.445
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	58.493	55.936
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS/SP sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	43.096	41.770
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS/SP incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	692.629	662.052
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	51.794	49.162
Arbitramento do adicional à contribuição previdenciária relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais, saúde e segurança do trabalho.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	-	52.070
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo utilizado na exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa e primeira instância judicial.	273.391	259.853
Autuação fiscal visando a cobrança de IRPJ e CSLL referentes aos lucros auferidos no exterior.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	115.433	115.433
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente a suspensão do imposto nas remessas de combustíveis para à Usina Termoelétrica (industrialização por transformação).	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	70.379	65.538
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente aproveitamento de créditos pela aquisição de mercadorias de uso e consumo.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	40.082	38.333
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	549.671	552.365
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	169.025	302.066
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente ao não recolhimento da antecipação do imposto, devido na entrada de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação (diferencial de alíquotas).	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	75.549	76.661
Manifestações de Inconformidades apresentadas em face de Despacho Decisório que reconheceram apenas parcialmente o direito creditório advindo de ação judicial transitada em julgado que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS-Importação.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	1.254.753	1.164.630
ICMS - Execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo para cobrança do débito, decorrente da indicação da Zona Franca de Manaus como destino de mercadorias sem a respectiva comprovação do seu internamento na área incentivada.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	48.329	46.811
Auto de infração lavrado para cobrança de multa de um por cento sobre o valor aduaneiro da mercadoria, prevista no art. 84 da Medida Provisória nº 2.158-35/01 c/c art. 69, § 1º, da Lei nº 10.833/03 e no art. 711, inciso III, do Regulamento Aduaneiro.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	29.042	26.343
Auto de infração lavrado pela Receita Federal alegando irregularidade no aproveitamento de créditos de PIS/COFINS.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	78.560	72.630
ICMS – Ação anulatória do débito fiscal exigido pelo Estado do Rio Grande do Sul ICMS em razão de não recolhimento da antecipação do imposto, devido na entrada de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação (diferencial de alíquotas).	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	332.690	307.391
ICMS – Ação anulatória do débito fiscal exigido pelo Estado do Rio Grande do Sul sob alegação de que a Usiminas estava em situação fiscal irregular quando do aproveitamento de créditos presumidos.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	122.094	114.178
Auto de Infração fruto de procedimento fiscalizatório instaurado pela Delegacia da Receita Federal de Uberlândia/MG com o objetivo de averiguar a regularidade dos créditos vinculados ao PIS e à COFINS, apurados na sistemática da não cumulatividade e referentes ao ano calendário de 2018.	Aguardando julgamento do recurso voluntário.	80.456	72.937
Auto de Infração lavrado no âmbito de procedimento fiscalizatório instaurado pela DRF de Juiz de Fora/MG, para verificação do cumprimento de obrigações tributárias relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).	Aguardando julgamento do recurso voluntário.	68.841	62.772
ICMS - Tutela Cautelar de Urgência, requerida em caráter antecedente, a fim de que seja determinado que os débitos não constituam óbices à renovação da certidão positiva com efeitos negativos (CPD-EN) perante a Fazenda Estadual.	Aguardando desfecho da ação principal.	44.920	41.837
Manifestação de Inconformidade apresentada em face do despacho decisório que indeferiu o pedido de compensação de débito de IRPJ-estimativa.	Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade.	43.771	42.279
Auto de infração lavrado pelo estado de Minas Gerais por suposto estorno de créditos ICMS sobre venda de energia elétrica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	163.987	-
Trata-se de Execução Fiscal movida pela União Federal para cobrança do adicional à contribuição social relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa – SAT.	Aguardando julgamento dos embargos à execução em primeira instância judicial.	52.805	-
Taxa de Ocupação incidente sobre os terrenos de marinha referente ao imóvel onde está localizado o porto de Praia Mole/ES	Aguardando julgamento de recurso no STJ.	48.467	44.109
Ação indenizatória, em que se requer indenização por dano material e moral baseada em descumprimento de suposto acordo comercial existente entre as partes.	Julgado improcedente. Aguardando julgamento de apelação das Autoras.	415.092	359.009
Ação civil pública ajuizada pelo ministério público federal	Aguardando julgamento de recurso no STJ.	65.094	61.145
Ação de cobrança do valor correspondente aos reajustes anuais do contrato e pagamentos supostamente devidos.	Aguardando julgamento de apelação.	49.257	43.237
Ação de cobrança de valor correspondente aos reajustes anuais de contrato celebrado com um fornecedor.	Aguardando julgamento de apelação.	21.579	19.182
Execução Fiscal movida pela Fazenda Nacional, que objetiva a cobrança de créditos tributários referentes à inscrição em dívida ativa aplicada pela extinta Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB.	Aguardando julgamento de apelação da Fazenda.	13.940	13.570
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	408.794	138.946
Outras ações de natureza trabalhista.	-	68.300	69.021
Outras ações de natureza tributária.	-	334.944	281.378
		6.689.866	5.983.656

(ii) Contingências da Usiminas Mecânica

31/12/2022			31/12/2021
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Ação Civil Pública em que se requer o ressarcimento do erário dos valores acrescidos através de termo de aditamento a contrato de Empreitada, em virtude de suposto superfaturamento na construção de ponte em Brasília/DF	Ação julgada improcedente. Aguarda-se julgamento de apelação.	966.536	852.240
Ação Civil Pública em que se busca o ressarcimento dos supostos danos causados ao erário do estado de Santa Catarina em razão de supostos gastos indevidos na construção de ponte.	Aguarda-se conclusão de prova pericial.	192.768	171.009
ICMS exigido pelo Governo do Estado de São Paulo em razão de infrações diversas relacionadas à emissão e escrituração de notas fiscais emitidas para industrialização.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	13.081	12.316
Pedido de restituição de pagamento a maior de IRPJ/CSLL cujo valor envolvido foi objeto de diversas compensações.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	47.304	58.400
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	57.108	77.069
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	35.582	34.782
Outras ações de natureza tributária.	-	19.957	39.174
		1.332.336	1.244.990

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

31/12/2022			31/12/2021
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Diversos autos de infração decorrentes de não homologação da compensação de PIS com outros tributos como: COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada.	155.867	18.379
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	124.634	152.675
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	57.580	40.812
Outras ações de natureza tributária.	-	29.974	83.311
		368.055	295.177

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

31/12/2022			31/12/2021
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	42.493	39.448
Ação judicial que discute a exclusão das despesas com frete e seguro, incorridas na fase de comercialização do produto mineral, na apuração e recolhimento da CFEM.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial	142.448	91.834
Processo de Cobrança para exigência de débitos de CFEM relacionado ao Processo Minerário	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	54.082	-
Outras ações de natureza cível.	-	24.830	15.269
Outras ações de natureza trabalhista.	-	17.325	5.730
Outras ações de natureza tributária.	-	11.044	5.972
		292.222	158.253

	31/12/2022	31/12/2021
Contingências da Controladora	6.689.866	5.983.656
Contingências da Usiminas Mecânica	1.332.336	1.244.990
Contingências da Soluções Usiminas	368.055	295.177
Contingências da Mineração Usiminas	292.222	158.253
Contingências das demais empresas	31.585	30.802
Total do Consolidado	8.714.064	7.712.878

(c) Contingências ativas

A seguir estão apresentados os principais processos nos quais a Companhia figura como parte ativa em 31 de dezembro de 2022.

(i) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2021, após decisão do STF que confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago, a Companhia registrou os valores dos tributos indevidamente recolhidos, referentes a períodos diversos desde novembro de 2001. Os referidos valores foram apurados juntamente com os seus consultores externos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Em junho de 2021, foram registrados os montantes de R$2.215.352 e R$2.530.514 na Controladora e no Consolidado, respectivamente, na rubrica "Impostos a recuperar", em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" e "Resultado financeiro".

No período findo em 31 de dezembro de 2022, foram registrados os montantes de R$26.245 e R$41.685, na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Esses valores, que se referem a atualização monetária, foram registrados na rubrica "Impostos a recuperar" (Nota 10), em contrapartida da rubrica "Resultado Financeiro" (Nota 27). Adicionalmente, no mesmo período, foram realizadas compensações nos montantes de R$760.249 e R$824.089, na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos desses créditos fiscais totalizam, no ativo circulante, R$117.316 e R$184.075 (31 de dezembro de 2021 – R$851.320 e R$1.029.083), na Controladora e no Consolidado, respectivamente. No ativo não circulante, o saldo desses créditos fiscais totaliza R$110.547 (31 de dezembro de 2021 – R$47.222), no Consolidado.

(ii) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - valor do tributo pago

Adicionalmente ao apresentado no item (i), no final do exercício de 2020, transitou em julgado a favor da controlada Soluções em Aço Usiminas S.A., a ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A controlada Soluções Usiminas apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos. Especialmente, a Solução de Consulta Interna nº 3 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, em março de 2021, foi registrado o montante de R$45.480 no Consolidado, em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" e "Resultado financeiro", nos montantes de R$31.530 e R$13.950, respectivamente.

Em setembro de 2021, após decisão do STF que confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago, a Companhia registrou os valores dos tributos indevidamente recolhidos no montante de R$76.558.

(iii) Exclusão da Selic sobre repetição de indébito

Em julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o STF afastou a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora (SELIC) recebidos pelos contribuintes em decorrência de repetição de indébito tributário. Diante disso, a Companhia reavaliou o julgamento sobre essa ação judicial, conforme requerido pelo ICPC 22/IFRIC 23, e concluiu que houve mudança dos fatos e circunstâncias sobre os quais se baseiam essa decisão. Em setembro de 2021, a Companhia registrou, no ativo não circulante, créditos de R$230.832 e de R$254.932 na Controladora e no Consolidado, respectivamente, em contrapartida do resultado, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social".

Após o trânsito em julgado das ações judiciais das empresas do grupo Usiminas, os referidos valores serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da Receita Federal do Brasil.

No período findo em 31 de dezembro de 2022, foram registrados os montantes de R$29.618 e R$34.436, na Controladora e no Consolidado, respectivamente, referentes a atualização monetária, na rubrica "Resultado Financeiro" (Nota 34).

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos desses créditos fiscais totalizam, no ativo não circulante, R$269.620 e R$314.416 na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

(iv) Créditos de PIS e da COFINS decorrentes da depreciação de imobilizado

Em decisão judicial definitiva proferida pelo STF, em julho de 2021, a Companhia foi autorizada a utilizar créditos de PIS e COFINS decorrentes da depreciação de determinados itens que compõem o seu ativo imobilizado, adquiridos até 30 de abril de 2004, corrigidos pela taxa SELIC desde a geração dos respectivos créditos até a data do trânsito em julgado. Em dezembro de 2021, a Companhia registrou, no ativo não circulante, na rubrica de "Impostos a recuperar", crédito de R$712.900 na Controladora e no Consolidado, em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" e "Resultado financeiro" os montantes de R$335.425 e R$377.475, respectivamente.

No período findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas compensações no montante de R$35.743 na Controladora e no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos desses créditos fiscais totalizavam, no ativo não circulante, R$677.158 na Controladora e no Consolidado.

(v) Indenização em Procedimento Arbitral

Em Procedimento Arbitral instaurado pela Companhia contra consórcio de empreiteiras por desconformidades apresentadas em obras realizadas na Usina de Cubatão, bem como aos danos sofridos durante o processo de reparação dessas obras, foi proferida sentença arbitral em favor da Companhia em 22 de julho de 2022. Com base nessa decisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrado o montante no ativo circulante, de R$132.114 na Controladora e no Consolidado, em contrapartida do resultado, nas rubricas "Outras receitas" e "Outras receitas financeiras", nos valores de R$38.065 e R$94.049, respectivamente. Este valor foi integralmente recebido em outubro de 2022. Adicionalmente, a Companhia pleiteia o montante de aproximadamente R$18.500, que ainda está em discussão no cumprimento de sentença relativo a esse Procedimento Arbitral.

26. PROVISÃO PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração e desmobilização de ativos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$322.090. Desse total, o valor de R$39.030 foi registrado no passivo circulante, na rubrica Demais contas a pagar, e o valor de R$283.060 foi registrado no passivo não circulante (31 de dezembro de 2021 – R$233.178, registrado no passivo não circulante).

Os gastos com a recuperação ambiental e desmobilização de ativos foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da controlada Mineração Usiminas S.A.. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

No exercício de 2022, a controlada Mineração Usiminas S.A., com base na legislação vigente, revisou a estimativa de gastos para recuperação ambiental de áreas em exploração e desmobilização de ativos. A referida revisão, que foi realizada por empresa de consultoria especializada, considerou, além dos planos de recuperação existentes, o Plano de Descaracterização da Barragem Samambaia. Esse novo Plano foi aprovado pela Administração para iniciar as atividades em 2023, com previsão de conclusão para o final de 2025. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão referente ao Plano de descaracterização da Barragem Samambaia recebeu adição de R$77.713, totalizando R$155.694.

27. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	394.844	581.837	394.864	593.027
Benefícios de saúde pós-emprego	499.947	498.485	558.041	548.109
	894.791	1.080.322	952.905	1.141.136

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Nota 33 (b))				
Benefícios de planos de aposentadoria	(55.730)	(43.122)	(56.848)	(44.254)
Encerramento COSAUDE	-	330.972	-	330.972
Benefícios de saúde pós-emprego	(48.935)	(48.505)	(54.415)	(51.751)
	(104.665)	239.345	(111.263)	234.967

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	(88.663)	161.006	(88.639)	160.696
Redução (aumento) no ativo (*asset celing*) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	267.896	(109.076)	267.896	(109.076)
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	179.233	51.930	179.257	51.620

(i) Em 31 de dezembro de 2022, o total da Controladora inclui ganho de R$5.676 (31 de dezembro de 2021 – perda de R$107). No consolidado inclui ganho de R$24 (31 de dezembro de 2021 – perda de R$419) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

27.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Planos Administrados pela Previdência Usiminas

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

(a) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a suplementação de auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-funeral.

(b) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber o seu benefício em uma renda mensal entre 0,5% e 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O "Participante Fundador" - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e pensão por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(c) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido que se encontra fechado para novas adesões desde dezembro de 2000. O PBD oferece os seguintes tipos de benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e pensão por morte. Adicionalmente, oferece auxílio doença, auxílio reclusão e auxílios natalidade e funeral. Os participantes deste plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(d) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, pecúlio por invalidez total e permanente, pecúlio por morte e auxílio-doença.

Além disso, os participantes desse plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

27.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com o plano PBD junto à Previdência Usiminas era de R$395.098 (31 de dezembro de 2021 - R$486.878).

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo *superávit* ou *déficit* mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 148 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na "Tabela Price", com juros equivalentes a 9% (nove por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor de mercado é de R$1.331.339. O valor de mercado foi obtido por laudo de avaliação na data de concessão da garantia.

27.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora				
	31/12/2022				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.030.021)	(1.684.912)	(812.866)	(1.438)	(6.529.237)
Valor justo dos ativos	4.758.453	1.289.814	881.641	13.477	6.943.385
	728.432	(395.098)	68.775	12.039	414.148
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(728.432)	-	(68.775)	(11.785)	(808.992)
	-	(395.098)	-	254	(394.844)

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

ISE B3 ICO2 B3

LATIBEX

	Controladora 31/12/2021				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.206.816)	(1.746.836)	(894.782)	(1.511)	(6.849.945)
Valor justo dos ativos	5.073.085	1.307.486	799.591	15.536	7.195.698
	866.269	(439.350)	(95.191)	14.025	345.753
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(866.269)	(47.528)	-	(13.793)	(927.590)
	-	(486.878)	(95.191)	232	(581.837)

	Consolidado 31/12/2022				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.030.021)	(1.684.912)	(907.009)	(1.483)	(6.623.425)
Valor justo dos ativos	4.758.453	1.289.814	983.749	13.502	7.045.518
	728.432	(395.098)	76.740	12.019	422.093
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(728.432)	-	(76.740)	(11.785)	(816.957)
	-	(395.098)	-	234	(394.864)

	Consolidado 31/12/2021				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.206.816)	(1.746.836)	(999.652)	(1.534)	(6.954.838)
Valor justo dos ativos	5.073.085	1.307.486	893.269	15.565	7.289.405
	866.269	(439.350)	(106.383)	14.031	334.567
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(866.269)	(47.528)	-	(13.797)	(927.594)
	-	(486.878)	(106.383)	234	(593.027)

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2022, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R$31.657 (31 de dezembro de 2021 – R$25.498).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia vem acompanhando o déficit patrimonial, no montante de R$271.593 (31 de dezembro de 2021 – R$154.259), referente a levantamentos de recursos do Plano PBD. Esses recursos foram levantados por ex-participantes da falida patrocinadora Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI). Em razão da ausência de solidariedade de patrocinadoras e de planos de benefícios, a Previdência Usiminas vem tomando todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação dos recursos levantados em favor dos ex-participantes da COFAVI, bem como para impedir que ocorram novos levantamentos de recursos.

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(6.849.945)	(7.844.393)	(6.954.838)	(7.969.524)
Custo do serviço corrente	(401)	(637)	(441)	(785)
Custo dos juros	(623.396)	(495.584)	(633.134)	(503.502)
Benefícios pagos	623.436	607.599	629.803	617.217
Ganhos (perdas) atuariais	321.069	883.070	335.185	901.756
Saldo final	(6.529.237)	(6.849.945)	(6.623.425)	(6.954.838)

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	7.195.698	7.895.149	7.289.405	8.005.536
Retorno esperado dos ativos	327.294	(128.990)	341.728	(136.053)
Contribuições reais durante o ano	43.829	37.138	44.188	37.139
Benefícios pagos	(623.436)	(607.599)	(629.803)	(617.217)
Saldo final	6.943.385	7.195.698	7.045.518	7.289.405

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	(401)	(637)	(441)	(785)
Custo dos juros	(710.385)	(541.721)	(720.123)	(550.114)
Retorno esperado dos ativos	656.336	500.143	664.996	507.552
Ajuste de experiência do plano	(1.280)	(907)	(1.280)	(907)
	(55.730)	(43.122)	(56.848)	(44.254)

Os encargos demonstrados foram reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" e no "Resultado financeiro", na demonstração do resultado.

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2023 totalizam R$666.957.

Premissas Atuariais

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	(i)	(ii)
Taxa de inflação	4,00%	4,00%
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	10,34%	9,51%
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV	10,38%	9,60%
Retorno esperado sobre os ativos – COSIPREV	10,41%	9,28%
Crescimentos salariais futuros	De 0,50% a 2,90%	De 1,80% a 4,20%
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	4,00%	4,00%

(i) Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 6,10%; PBD, 6,10%; USIPREV, 6,13%; e COSIPREV, 6,16%.

(ii) Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 5,31%; PBD, 5,30%; USIPREV, 5,38%; e COSIPREV, 5,08%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência, conforme Nota 27.5.

27.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

	Controladora 31/12/2022						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAÚDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.030.021)	(1.684.912)	(812.866)	(1.438)	(6.529.237)	(499.948)	(7.029.185)
Valor justo dos ativos do plano	4.758.453	1.289.814	881.641	13.477	6.943.385	-	6.943.385
(Déficit) excedente no plano	728.432	(395.098)	68.775	12.039	414.148	(499.948)	(85.800)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(95.005)	(56.236)	65.766	100	(85.375)	(9.205)	(94.580)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(381.689)	(5.534)	75.777	(3.385)	(314.831)	-	(314.831)

	Controladora 31/12/2021						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAÚDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.206.816)	(1.746.836)	(894.782)	(1.511)	(6.849.945)	(498.485)	(7.348.430)
Valor justo dos ativos do plano	5.073.085	1.307.486	799.591	15.536	7.195.698	-	7.195.698
(Déficit) excedente no plano	866.269	(439.350)	(95.191)	14.025	345.753	(498.485)	(152.732)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(348.092)	(147.755)	(66.236)	(67)	(562.150)	(28.506)	(590.656)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(376.959)	(140.989)	(128.339)	(4.366)	(650.653)	-	(650.653)

	Consolidado 31/12/2022						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAÚDE	Total
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.030.021)	(1.684.912)	(907.009)	(1.483)	(6.623.425)	(558.042)	(7.181.467)
Valor justo dos ativos do plano	4.758.453	1.289.814	983.749	13.502	7.045.518	-	7.045.518
(Déficit) excedente no plano	728.432	(395.098)	76.740	12.019	422.093	(558.042)	(135.949)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(95.005)	(56.236)	65.766	81	(85.394)	(16.674)	(102.068)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(381.689)	(5.534)	75.777	(3.369)	(314.815)	-	(314.815)

	Consolidado 31/12/2021						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAÚDE	Total
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.206.816)	(1.746.836)	(999.652)	(1.534)	(6.954.838)	(548.109)	(7.502.947)
Valor justo dos ativos do plano	5.073.085	1.307.486	893.269	15.565	7.289.405	-	7.289.405
(Déficit) excedente no plano	866.269	(439.350)	(106.383)	14.031	334.567	(548.109)	(213.542)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(348.092)	(147.755)	(66.236)	(61)	(562.144)	(30.128)	(592.272)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(376.959)	(140.989)	(128.339)	(4.386)	(650.673)	-	(650.673)

27.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

	Controladora e Consolidado 31/12/2022			
Hipóteses atuariais significativas	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV
Valor presente da obrigação	(4.030.021)	(1.684.912)	(812.886)	(1.438)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	10,34%	10,34%	10,38%	10,41%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos (i)	BREMS 2015	AT-2000 Basic desagravada em 10% (F) e AT-2000 Basic M	AT-2000 Basic desagravada em 40%	AT-2000 Basic desagravada em 30%
Tábua de Mortalidade de inválidos	AT-83 Basic	AT-49	AT-83 Basic	n/a
Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do Plano				
1% de aumento sobre a taxa real	329.665	133.369	90.108	44
1% de redução sobre a taxa real	(286.124)	(116.171)	(76.013)	(41)
Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade Suavizada em 10%	(4.137.948)	(1.731.961)	(1.002.382)	(1.404)

(i) Tábuas segregadas entre gênero masculino e feminino.

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

27.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(a) CoSaúde

A Fundação São Francisco Xavier (FSFX) é uma operadora de planos privados de assistência à saúde registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que administra planos individuais, familiares e empresariais. Desta forma, tinha sob a sua responsabilidade o Regulamento do Fundo de Saúde COSIPA (CoSaúde), que englobava 06 planos privados de autogestão, anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, cadastrados perante a ANS, a seguir relacionados, mantidos em virtude de grupo de beneficiários vinculados à extinta Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), que nele permaneceram após a sua incorporação pela Usiminas:

a. CoSaúde A – Azul, cadastro SCPA nº 03;
b. CoSaúde A – Verde, cadastro SCPA nº 02;
c. CoSaúde B – Azul, cadastro SCPA nº 05;
d. CoSaúde B – Verde, cadastro SCPA nº 04;
e. CoSaúde C – Azul, cadastro SCPA nº 07; e
f. CoSaúde C – Verde, cadastro SCPA nº 06.

Considerando o elevado desequilíbrio econômico-financeiro, atestado por meio de estudos atuariais, e considerando o interesse das partes no distrato referente à gestão do referido plano, houve a sua extinção, em 30 de novembro de 2021, com a consequente reestruturação da oferta de planos coletivos aos seus antigos beneficiários, observando as cláusulas e condições aceitas pela ANS.

A extinção do referido plano se amparou em decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), transitada em julgado, que não apenas reconheceu a possibilidade de extinção do CoSaúde e de reestruturação de novos planos coletivos para oferta a seus beneficiários, como recomendou tal medida, em alinhamento à jurisprudência pacificada daquela corte.

Em consequência, o regulamento do CoSaúde e todos os seus 06 planos vinculados foram extintos, para todos os efeitos, no dia 30 de novembro de 2021, tendo os seus antigos beneficiários sido previamente informados e a eles conferida a oportunidade de optar pela adesão a outros planos ofertados ou avaliar as regras afetas à portabilidade dispostas na Resolução Normativa ANS nº 438, de 3 de dezembro de 2018.

A todos os beneficiários que estavam vinculados ao CoSaúde foi facultada a transferência para os seguintes planos, quais sejam:

a. Usisaúde Essencial Rede Empresarial Enfermaria Santos, registro ANS nº 483.715/19-1;
b. Usisaúde Essencial Rede Empresarial Apartamento Santos, registro ANS nº 483.716/19-9;
c. Saúde Usiminas II Enfermaria, registro ANS nº 462.157/10-3; e
d. Saúde Usiminas II Apartamento, registro ANS nº 462.159/10-0.

Diante do exposto, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu a totalidade do *déficit* apurado no CoSaúde, que resultou no reconhecimento de receita no valor de R$330.972.

(b) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 o Plano Saúde Usiminas. Um Plano aberto a novas adesões e abrangente a todos os empregados e aposentados. As principais características do Plano de Saúde Usiminas são:

(i) Plano regulamentado pela Lei nº 9.656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;

(ii) Plano contratado junto a operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;

(iii) Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;

(iv) Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das características apresentadas, o Plano Saúde Usiminas possui relevante premissa atuarial relacionada ao aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos, que totalizou 8,42% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021 – 7,38% a.a).

Em 31 de dezembro de 2022, com base em Laudo Atuarial, os valores referentes ao Plano Saúde Usiminas reconhecidos no passivo não circulante, na rubrica Benefícios pós-emprego, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(498.485)	(739.152)	(548.109)	(780.777)
Custo do serviço corrente	(846)	281	(1.537)	(1)
Custo dos juros	(48.088)	(48.788)	(52.876)	(51.750)
Benefícios pagos	32.538	13.185	32.538	13.185
Extinção COSAUDE	-	330.972	11.943	330.972
Ganhos (perdas) atuariais	14.934	(54.983)	-	(59.738)
Saldo final	(499.947)	(498.485)	(558.041)	(548.109)

27.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	252.753	4	494.933	7
Títulos do Governo Federal	4.602.666	65	4.652.162	64
Renda fixa	1.046.015	14	998.746	13
Fundos de investimentos	1.066.266	15	1.102.770	15
Investimentos imobiliários	38.140	1	40.750	1
Outros	39.678	1	44	-
	7.045.518	100	7.289.405	100

Em 31 de dezembro de 2022, as ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$252.753 (31 de dezembro de 2021 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$494.933).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, que totaliza R$13.200.295, é composto por 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.752.163 ações preferenciais classe A e 66.261 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Total de ações em 31 de dezembro de 2022	705.260.684	547.752.163	66.261	1.253.079.108
Total de ações em tesouraria	(2.526.656)	(19.609.792)	-	(22.136.448)
Total de ações ex-tesouraria	702.734.028	528.142.371	66.261	1.230.942.660

Conforme Estatuto Social, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social da Companhia mediante a emissão de até 11.396.392 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2022, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).
- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuia 2.526.656 ações ordinárias e 19.609.792 ações preferenciais Classe A, em tesouraria (em 31 de dezembro de 2021– 2.526.656 ações ordinárias e 20.019.445 ações preferenciais Classe A).
- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 39).
- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.
- Reserva para investimentos e capital de giro – a sua constituição não poderá ultrapassar o limite de 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se, substancialmente, a:

(i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o saldo credor de R$845.238, refere-se, substancialmente, a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas.

(ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 27). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor dessa conta totaliza R$818.364 (31 de dezembro de 2021 – R$997.597).

(iii) Correção monetária do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo credor dessa conta totaliza R$64.936 (31 de dezembro de 2021 – R$69.521).

(iv) Constituição de *hedge accounting*: corresponde à equivalência patrimonial de 70% do saldo das operações de *hedge accouting* da controlada Mineração Usiminas. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor dessa rubrica totaliza R$11.270 (31 de dezembro de 2021 – R$5.621).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos, relativos ao resultado do exercício de 2022, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.615.538	9.070.524
Constituição da reserva legal (5%)	(80.778)	(453.526)
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	1.534.760	8.616.998
Dividendos mínimos (25%) e juros sobre capital próprio propostos (líquido de IRRF)	383.689	2.154.249
Dividendos propostos	383.689	1.564.111
Juros sobre capital próprio propostos	-	673.812
Total bruto de dividendos e juros sobre capital próprio	383.689	2.237.923
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(83.674)
Total líquido de dividendos e juros sobre capital próprio	383.689	2.154.249
Valor por ação ON (i)	R$0,298879	R$1,678073
Valor por ação PN (i)	R$0,328767	R$1,845881

(i) Em 31 de dezembro de 2022, calculado com base no montante líquido de R$383.689 e de acordo com a composição acionária na data do encerramento do exercício (31 de dezembro de 2021 – montante líquido de R$2.154.249).

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Natureza	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a pagar no início do exercício	737.058	160.315	968.984	324.728
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(733.182)	(1.577.423)	(1.233.223)	(1.849.264)
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	383.689	2.237.923	737.127	2.586.277
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(83.674)	-	(92.674)
Dividendos Prescritos	(248)	(83)	(2.289)	(83)
Total dos dividendos líquidos a pagar no fim do exercício	387.317	737.058	470.599	968.984

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As Empresas Usiminas possuem três segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estes segmentos são determinados com base em empresas jurídicas distintas e não existem segmentos diferentes dentro de uma mesma empresa.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis das Empresas Usiminas:

Segmentos reportáveis	Operações
Mineração e logística	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de *pellet feed*, *sinter feed* e granulados. Armazenamento, movimentação, transporte de cargas e operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. As vendas de minério de ferro são destinadas principalmente para o segmento siderurgia.
Siderurgia	Fabricação e venda de produtos siderúrgicos. Parte das vendas é destinada para os segmentos transformação do aço e para a controlada Usiminas Mecânica.
Transformação do aço	Transformação e distribuição de produtos siderúrgicos.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente.

Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

	31/12/2022					
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	3.880.956	34.372.778	11.509.192	49.762.926	(10.996.842)	38.766.084
Vendas de produtos	3.880.956	34.362.199	11.459.856	49.703.011	(10.998.894)	38.704.117
Vendas de serviços	-	10.579	49.336	59.915	2.052	61.967
Deduções	(263.248)	(5.676.901)	(2.124.696)	(8.064.845)	1.769.271	(6.295.574)
Receita	3.617.708	28.695.877	9.384.496	41.698.081	(9.227.571)	32.470.510
Custo das vendas	(2.265.310)	(25.095.880)	(8.731.697)	(36.092.887)	9.302.052	(26.790.835)
Lucro (prejuízo) bruto	1.352.398	3.599.997	652.799	5.605.194	74.481	5.679.675
(Despesas)/receitas operacionais	(99.099)	(1.574.667)	(150.850)	(1.824.616)	(1.188.638)	(3.013.254)
Despesas com vendas	(353.687)	(218.466)	(57.341)	(629.494)	-	(629.494)
Despesas gerais e administrativas	(42.014)	(490.014)	(75.844)	(607.872)	19.065	(588.807)
Outras (despesas) e receitas	183.359	(2.151.736)	(17.665)	(1.986.042)	(29.836)	(2.015.878)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	113.243	1.285.549	-	1.398.792	(1.177.867)	220.925
Lucro (prejuízo) operacional	1.253.299	2.025.330	501.949	3.780.578	(1.114.157)	2.666.421
Resultado financeiro	308.947	329.489	(9.755)	628.681	(16.188)	612.493
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuiçao social	1.562.246	2.354.819	492.194	4.409.259	(1.130.345)	3.278.914
Imposto de renda e contribuição social	(401.574)	(687.963)	(61.564)	(1.151.101)	(34.924)	(1.186.025)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	1.160.672	1.666.856	430.630	3.258.158	(1.165.269)	2.092.889
Atribuível aos						
Acionistas controladores	817.342	1.666.856	296.609	2.780.807	(1.165.269)	1.615.538
Acionistas não controladores	343.330	-	134.021	477.351	-	477.351
Ativos	8.456.109	36.396.569	3.615.526	48.468.204	(8.467.753)	40.000.451
O total do ativo inclui:						
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	620.604	57.168	-	677.772	-	677.772
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	403.145	1.824.369	31.564	2.259.078	(2.083.266)	175.812
Passivos circulante e não circulante	1.148.658	13.140.395	1.778.312	16.067.365	(1.954.664)	14.112.701

	31/12/2021					
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	6.229.143	34.480.874	10.579.892	51.289.909	(10.893.263)	40.396.646
Vendas de produtos	6.229.143	34.441.644	10.522.923	51.193.710	(10.892.929)	40.300.781
Vendas de serviços	-	39.230	56.969	96.199	(334)	95.865
Deduções	(374.097)	(6.123.772)	(2.063.499)	(8.561.368)	1.901.686	(6.659.682)
Receita	5.855.046	28.357.102	8.516.393	42.728.541	(8.991.577)	33.736.964
Custo das vendas	(2.072.141)	(21.356.821)	(7.511.164)	(30.940.126)	8.477.490	(22.462.636)
Lucro (prejuízo) bruto	3.782.905	7.000.281	1.005.229	11.788.415	(514.087)	11.274.328
(Despesas)/receitas operacionais	(354.224)	2.451.778	(77.975)	2.019.579	(1.803.445)	216.134
Despesas com vendas	(313.690)	(183.228)	(73.757)	(570.675)	-	(570.675)
Despesas gerais e administrativas	(38.130)	(420.233)	(61.650)	(520.013)	16.899	(503.114)
Outras (despesas) e receitas	(96.292)	1.114.640	57.432	1.075.780	(4.645)	1.071.135
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	93.888	1.940.599	-	2.034.487	(1.815.699)	218.788
Lucro (prejuízo) operacional	3.428.681	9.452.059	927.254	13.807.994	(2.317.532)	11.490.462
Resultado financeiro	144.121	655.700	53.145	852.966	(7.151)	845.815
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuiçao social	3.572.802	10.107.759	980.399	14.660.960	(2.324.683)	12.336.277
Imposto de renda e contribuição social	(1.073.487)	(1.159.647)	(197.925)	(2.431.059)	154.736	(2.276.323)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	2.499.315	8.948.112	782.474	12.229.901	(2.169.947)	10.059.954
Atribuível aos						
Acionistas controladores	1.753.410	8.948.109	538.952	11.240.471	(2.169.947)	9.070.524
Acionistas não controladores	745.905	3	243.522	989.430	-	989.430
Ativos	9.215.607	34.909.942	3.609.566	47.735.115	(8.253.546)	39.481.569
O total do ativo inclui:						
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	545.384	54.630	-	600.014	-	600.014
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	337.439	1.181.225	17.321	1.535.985	(18.472)	1.517.513
Passivos circulante e não circulante	2.097.339	13.113.907	1.998.924	17.210.170	(2.087.104)	15.123.066

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes terceiros que representam individualmente mais de 10% do faturamento.

30. RECEITA

As normas contábeis estabelecem que a Companhia deve divulgar a receita por produto e por área geográfica, a menos que as informações necessárias não estejam disponíveis ou o custo da sua elaboração seja excessivo. A maior parte da receita líquida individual e consolidada é proveniente do mercado interno e a Administração considera que as informações por produto e por área geográfica dentro do Brasil não são relevantes na tomada de decisões e, portanto, não podem ser utilizadas como instrumento de análise sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produto e por área geográfica não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que a própria Administração não faz uso destas informações gerencialmente, a Companhia não está divulgando tais informações nestas demonstrações financeiras.

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vendas de produtos				
Mercado interno	30.426.412	31.610.407	31.957.479	32.515.306
Mercado externo	3.934.176	2.818.842	6.747.442	7.784.465
	34.360.588	34.429.249	38.704.921	40.299.771
Vendas de serviços				
Mercado interno	5.444	28.992	59.919	91.293
Mercado externo	1.244	5.582	1.244	5.582
	6.688	34.574	61.163	96.875
Receita bruta	34.367.276	34.463.823	38.766.084	40.396.646
Deduções da receita bruta				
Tributos	(5.399.374)	(5.964.508)	(5.852.651)	(6.212.237)
Outras deduções	(279.169)	(152.310)	(442.923)	(447.445)
	(5.678.543)	(6.116.818)	(6.295.574)	(6.659.682)
Receita líquida	28.688.733	28.347.005	32.470.510	33.736.964

31. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação, amortização e exaustão	(658.023)	(781.479)	(902.681)	(982.741)
Despesas e benefícios a empregados	(1.174.037)	(700.608)	(1.767.363)	(1.179.831)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(20.823.242)	(18.166.806)	(20.068.685)	(16.988.485)
Despesas com manutenções programadas	(507.867)	(261.973)	(499.849)	(254.550)
Fretes e seguros	(789.312)	(749.871)	(1.624.483)	(1.475.565)
Custo de distribuição	(149.194)	(124.891)	(505.833)	(455.485)
Serviços de terceiros	(1.164.650)	(958.591)	(1.647.408)	(1.381.765)
Despesas com custas e obrigações judiciais	(15.372)	(14.231)	(22.650)	(26.357)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(67.675)	(183.336)	(76.326)	(169.523)
Resultado na venda energia elétrica excedente	(17.813)	3.933	(22.972)	6.006
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e investimento	73.165	49.125	74.212	64.974
(Perda) reversão de valor recuperável de ativos (*Impairment*), líquidos	(1.693.408)	(400.287)	(1.396.784)	(397.257)
Recuperação de impostos	-	335.425	-	335.425
ICMS na base de cálculo PIS e COFINS	-	1.389.646	996	1.665.061
Provisão para perda e ajustes nos estoques	(248.480)	(176.835)	(194.353)	(202.444)
Provisão para perda com impostos	-	-	(58.832)	(208.691)
(Provisão) reversão para créditos de liquidação duvidosa	(237)	2.341	2.615	(3.240)
Outras	(827.217)	(305.352)	(1.314.618)	(810.822)
	(28.063.362)	(21.043.790)	(30.025.014)	(22.465.290)
Custo das vendas	(25.253.132)	(21.548.091)	(26.790.835)	(22.462.636)
Despesas com vendas	(216.388)	(183.939)	(629.494)	(570.675)
Despesas gerais e administrativas	(460.520)	(386.359)	(588.807)	(503.114)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.133.322)	1.074.599	(2.015.878)	1.071.135
	(28.063.362)	(21.043.790)	(30.025.014)	(22.465.290)

32. DESPESAS E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	(785.273)	(644.065)	(1.237.367)	(1.006.533)
Encargos previdenciários	(147.931)	(132.193)	(228.183)	(192.421)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(104.665)	239.345	(111.263)	234.967
Participação dos empregados nos lucros	(96.788)	(129.288)	(142.691)	(174.468)
Custos de planos de aposentadoria	(22.571)	(19.427)	(25.570)	(21.966)
Outras	(16.809)	(14.980)	(22.289)	(19.410)
	(1.174.037)	(700.608)	(1.767.363)	(1.179.831)

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de "Custo das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

33. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(33.565)	(34.020)	(76.040)	(72.666)
Serviços de terceiros	(16.029)	(14.599)	(21.866)	(18.872)
Depreciação e amortização	(2.964)	(3.043)	(4.488)	(4.283)
Custo de distribuição	(149.194)	(124.891)	(505.833)	(455.485)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(237)	2.341	2.615	(3.240)
Despesas gerais	(14.399)	(9.727)	(23.882)	(16.129)
	(216.388)	(183.939)	(629.494)	(570.675)
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(195.229)	(183.335)	(242.915)	(227.112)
Serviços de terceiros	(132.706)	(98.155)	(171.784)	(134.518)
Depreciação e amortização	(34.402)	(30.644)	(39.805)	(35.082)
Honorários da Administração	(55.259)	(36.571)	(67.509)	(47.605)
Despesas gerais	(42.924)	(37.654)	(66.794)	(58.797)
	(460.520)	(386.359)	(588.807)	(503.114)

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais				
Receita com venda de energia elétrica	5.816	11.366	8.661	16.010
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	79.049	69.011	86.815	121.714
Recuperação de impostos em processos judiciais	-	335.425	-	335.425
Recuperação de custo	7.122	91.698	14.238	94.769
Recuperação de gastos com sinistros	2.237	4.280	3.634	5.267
Recuperação de despesas	4.012	955	6.969	3.057
Receita de vendas diversas	42.895	20.414	45.066	22.786
Projeto Reintegra	3.997	3.609	3.997	3.609
ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS (i)	-	1.389.646	996	1.665.061
Indenização de fornecedor	38.065	-	38.065	-
Recuperação de impostos	15.123	-	15.123	-
Outras receitas	37.903	24.344	24.876	41.281
	236.219	1.950.748	248.440	2.308.979
Outras despesas operacionais				
Custo com a venda de energia	(23.629)	(6.063)	(31.370)	(8.205)
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	(1.693.408)	(400.287)	(1.396.784)	(397.257)
Despesas com ociosidade (ii)	(202.014)	(208.741)	(235.352)	(229.553)
Despesas com seguros e sinistros	(4.235)	(2.650)	(4.255)	(2.712)
Despesas com custas e obrigações judiciais	(15.372)	(14.231)	(22.650)	(26.357)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(67.675)	(183.336)	(76.326)	(169.523)
PIS e COFINS sobre venda de energia	-	(1.370)	(263)	(1.799)
Pesquisas Tecnológicas	(29.570)	(28.705)	(29.901)	(28.785)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(5.884)	(19.886)	(12.603)	(56.740)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(20.186)	(7.103)	(47.960)	(38.408)
Controle ambiental	(5.027)	(1.548)	(5.027)	(1.548)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós emprego	(104.665)	239.345	(111.263)	234.967
Ajuste de estoque	(56.183)	(114.074)	(56.183)	(114.074)
Provisões para perdas com tributos	-	-	(60.009)	(208.691)
Despesas de pré-projeto	(38.863)	(19.277)	(41.369)	(20.605)
Incentivos fiscais e culturais	(7.000)	(37.159)	(15.130)	(65.932)
Outras despesas	(95.830)	(71.064)	(117.873)	(102.622)
	(2.369.541)	(876.149)	(2.264.318)	(1.237.844)
	(2.133.322)	1.074.599	(2.015.878)	1.071.135

(i) Conforme descrito na Nota 25 (c).
(ii) Trata-se de custo de ociosidade relacionado a equipamentos parados temporariamente.

34. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Juros de clientes	24.437	15.682	38.229	26.864
Receita sobre aplicações financeiras	186.493	94.341	548.414	249.417
Atualização monetária dos créditos fiscais PIS/COFINS	26.245	847.389	41.685	958.411
Atualização monetária dos depósitos judiciais	8.081	5.292	24.053	11.005
Créditos fiscais – PIS/COFINS s/depreciação	-	377.475	-	377.475
Juros sobre créditos fiscais	30.126	10.343	35.749	10.724
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	388.372	133.142	388.372	133.142
Reversão de provisão / atualização de depósitos e demandas judiciais	82.359	38.777	82.394	39.635
Atualização monetária sobre indenização de fornecedor	94.049	-	94.049	-
Outras receitas financeiras	7.155	7.562	1.532	2.624
	847.317	1.530.003	1.254.477	1.809.297
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	(326.810)	(243.149)	(327.898)	(232.836)
Efeitos monetários sobre empréstimos e financiamentos	(105.465)	(88.198)	(105.465)	(88.198)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(24.217)	(64.419)	(46.536)	(79.375)
PIS/COFINS sobre juros sobre capital próprio	(19.325)	(17.658)	(19.325)	(17.658)
Atualização monetária sobre provisões para demandas judiciais	(93.001)	(164.328)	(104.797)	(154.124)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores e operações de *forfaiting*	(117.183)	1.841	(108.244)	(13.839)
Comissões e outros custos sobre financiamentos	(37.013)	(30.085)	(37.941)	(24.869)
Outras despesas financeiras	(37.657)	(14.191)	(115.944)	(62.318)
	(760.671)	(620.187)	(866.150)	(673.217)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	228.937	(319.894)	224.166	(290.265)
	315.583	589.922	612.493	845.815

(i) Conforme descrito na Nota 25 (c).
A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários".

35. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Básico e diluído
O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 28).
A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais com potencial relevante de diluição (Nota 39).

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	884.348	731.190	1.615.538	4.965.218	4.105.306	9.070.524
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	702.734.028	528.208.632	1.230.942.660	702.734.028	528.003.805	1.230.737.833
Lucro (prejuízo) por ação em R$ - básico e diluído	1,26	1,38	-	7,07	7,78	-

36. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R$7.487.322 na Controladora e R$7.073.968 no Consolidado. A previsão de realização destes compromissos está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	1.443.348	86.715	904	-	1.530.967
Com fornecedores	2.200.623	2.308.483	497.739	949.510	5.956.355
	3.643.971	2.395.198	498.643	949.510	7.487.322

	Consolidado				
	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	1.581.912	86.715	904	-	1.669.531
Com fornecedores	1.689.747	768.845	497.739	949.510	3.905.841
Arrendamentos mercantis	86.596	260.000	260.000	892.000	1.498.596
	3.358.255	1.115.560	758.643	1.841.510	7.073.968

(a) Compromissos para aquisição de ativo imobilizado
Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos para aquisição de ativo imobilizado totalizam R$1.530.967 na Controladora e R$1.669.531 no Consolidado e estão destinados, principalmente, à adequação, reformas e melhorias nas áreas primárias de Ipatinga, aumento da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.
(b) Compromissos com fornecedores
Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos com fornecedores totalizam R$5.956.355 na Controladora e R$3.905.841 no Consolidado e decorrem principalmente de contratos na modalidade *take or pay*, contratos de aquisição de energia e de aquisição de matérias primas.
(c) Compromissos com contratos de direitos minerários
A controlada Mineração Usiminas possui obrigações contratuais de longo prazo com terceiros sobre o direito minerário adquirido, incluindo obrigações na modalidade de *take or pay.* Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos com arrendamentos de direitos minerários da controlada Mineração Usiminas, totalizam R$1.498.596 no Consolidado.

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

Acionista	31/12/2022					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Steel Corporation (i)	220.320.979	31,24	3.138.758	0,57	223.459.737	17,83
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,18	1.283.203	0,23	37.785.949	3,02
Previdencia Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Mitsubishi Corporation (i)	7.449.544	1,05	-	-	7.449.544	0,59
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Usiminas S.A. em tesouraria	2.526.656	0,36	19.609.792	3,58	22.136.448	1,77
Demais acionistas	161.021.803	22,83	515.259.460	94,06	676.281.263	53,97
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

Acionista	31/12/2021					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Steel Corporation (i)	220.320.979	31,24	3.138.758	0,57	223.459.737	17,83
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,18	1.283.203	0,23	37.785.949	3,02
Previdencia Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Mitsubishi Corporation (i)	7.449.544	1,05	59.048	0,01	7.508.592	0,60
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Usiminas S.A. em tesouraria	2.526.656	0,36	19.609.792	3,58	22.136.448	1,77
Demais acionistas	161.021.803	22,83	515.200.412	94,05	676.222.215	53,96
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

(i) Acionistas controladores, por meio de Acordo de Acionistas.
Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:
(a) Ativo

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a eceber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	196.297	-	2.414	8.361	-	28
Controladas	1.167.919	190.285	100.269	1.079.816	536.057	24.815
Controladas em conjunto	682	-	-	293	-	-
Coligadas	5.760	580	-	7.700	464	-
Outras partes relacionadas (i)	210.918	-	-	143.138	-	2.707
Total	1.581.576	190.865	102.683	1.239.308	536.521	27.550
Circulante	1.581.576	190.865	76.556	1.239.308	536.521	1.189
Não Circulante (ii)	-	-	26.127	-	-	26.361
Total	1.581.576	190.865	102.683	1.239.308	536.521	27.550

(i) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Ternium no valor de R$205.995 (31 de dezembro de 2021 – R$117.136).
(ii) Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Demais valores a receber" possui na sua composição o valor de R$2.385 referente a adiantamento de ativo imobilizado (31 de dezembro de 2021 – R$2.709).

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	196.297	-	2.401	8.361	-	28
Controladas em conjunto	729	-	-	803	-	-
Coligadas	5.760	22.729	-	7.700	18.182	-
Outras partes relacionadas (i)	211.429	-	-	143.649	-	2.707
Total	414.215	22.729	2.401	160.513	18.182	2.735
Circulante	414.215	22.729	16	160.513	18.182	26
Não Circulante (ii)	-	-	2.385	-	-	2.709
Total	414.215	22.729	2.401	160.513	18.182	2.735

(i) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Ternium no valor de R$205.995 (31 de dezembro de 2021 – R$117.647).
(ii) Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica "Demais valores a receber", o valor de R$2.385 refere-se a adiantamento de ativo imobilizado (31 de dezembro de 2021 – R$2.709).
As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.
As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.
(b) Passivo

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos financiamentos
Acionistas controladores	20.617	1.731	-	926	1.248	-
Controladas	390.739	40.533	4.015.010	302.402	147	4.292.360
Controladas em conjunto	59.008	-	-	63.208	-	-
Coligadas	2.379	-	-	1.819	-	-
Outras partes relacionadas (i)	168.659	221	-	295.916	-	-
Total	641.402	42.485	4.015.010	664.271	1.395	4.292.360
Circulante	641.402	31.085	110.151	664.271	1.395	117.806
Não Circulante	-	11.400	3.904.859	-	-	4.174.554
Total	641.402	42.485	4.015.010	664.271	1.395	4.292.360

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Contas a pagar	Outras contas a pagar
Acionistas controladores	20.617	1.731	926	1.248
Acionistas não controladores	238	20.616	370	113.977
Controladas em conjunto	60.033	-	64.504	-
Coligadas	42.563	74.581	11.469	91.911
Outras partes relacionadas (i)	168.659	42.883	295.916	77.242
Total	292.110	139.811	373.185	284.378
Circulante	292.110	66.878	373.185	192.930
Não Circulante	-	72.933	-	91.448
Total	292.110	139.811	373.185	284.378

(i) Em 31 de dezembro de 2022, contas a pagar refere-se, principalmente, à compra de placas da Ternium Brasil Ltda. no valor de R$168.655 (31 de dezembro de 2021 – R$293.322), na controladora e no consolidado.
(c) Resultado

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	907.867	17.277	(16.431)	197.887	3.569	(2.840)
Controladas	10.010.234	1.345.386	3.408	9.705.143	1.412.037	(539.407)
Controladas em conjunto	-	392.677	(1.517)	-	408.510	(3.399)
Coligadas	25.754	152.027	-	52.270	161.785	-
Outras partes relacionadas (i) (ii)	1.235.722	4.485.688	5.384	555.787	6.031.105	1.193
Total	12.179.577	6.393.055	(9.156)	10.511.087	8.017.006	(544.453)

(i) Em 31 de dezembro de 2022, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, à venda da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R$1.104.949 (31 de dezembro de 2021 – R$424.695).
O resultado financeiro da Controladora com partes relacionadas refere-se, substancialmente, a encargos sobre empréstimos e financiamentos entre a Companhia e a sua controlada Usiminas International, conforme apresentado na Nota 20.1 (a) (ii).

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	907.867	17.277	(16.393)	197.887	3.569	(2.876)
Acionistas não controladores	-	8.539	-	-	33.755	-
Controladas em conjunto	4.988	399.627	(2.049)	4.852	414.827	(3.820)
Coligadas	25.754	458.592	-	52.939	428.097	-
Outras partes relacionadas (i) (ii)	1.235.722	4.492.752	6.147	555.787	6.031.105	6.745
Total	2.174.331	5.376.787	(12.295)	811.465	6.911.353	49

(i) Em 31 de dezembro de 2022, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, à venda da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R$1.104.949 (31 de dezembro de 2021 – R$424.695)
(ii) Em 31 de dezembro de 2022, o total das compras de outras partes relacionadas refere-se, principalmente, à compra de placas de aço da Ternium Brasil Ltda no valor de R$3.808.483 (31 de dezembro de 2021 – R$6.027.223), na Controladora e no Consolidado.
A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 37 (e).
As operações com partes relacionadas são realizadas em condições competitivas e transparentes, de acordo com as políticas e práticas aplicáveis da Companhia. As referidas operações são previamente aprovadas pela Diretoria e reportadas ao Conselho de Administração por meio de informações e documentos de suporte necessários.
(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Honorários	(28.243)	(14.978)
Encargos sociais	(7.240)	(3.274)
Planos de aposentadoria	(580)	(596)
(Provisão) reversão de remuneração variável	(19.196)	(17.723)
	(55.259)	(36.571)

(e) Natureza das operações com partes relacionadas
As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:
- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Ternium Argentina S.A.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização no processo produtivo.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente da Unigal.
- Compra de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações da Usiroll.
- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra de serviços de estocagem e carregamento de minério da Modal e da Terminal Sarzedo.
- Empréstimo financeiro junto à Usiminas International Ltd. (Nota 20).
- Venda de minério de ferro da Mineração Usiminas para a Sumitomo Corporation.
- Compra de placas da Ternium Brasil Ltda.

38. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração.
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia e da Unigal, tendo como valor em risco US$11.076.532 mil (31 de dezembro de 2021 – US$10.710.788 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (*All Risks*) com limite máximo de indenização de US$600.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a franquia máxima para danos materiais era de US$10.000 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 45 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de março de 2023.
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui indenização de seguro a receber referente ao sinistro, ocorrido em 10 de agosto de 2018, em um dos quatro gasômetros da usina de Ipatinga. A referida indenização de seguro, que corresponde aos valores apurados a título de danos materiais e aos gastos adicionais de operação, está registrada no ativo não circulante e totaliza R$352.661 (31 de dezembro de 2021 - R$349.031). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia recebeu, a título de adiantamento da indenização de seguro, o montante de R$271.051 (31 de dezembro de 2021 – R$116.219). Para o saldo remanescente de R$81.610, a Administração da Companhia prevê receber indenização de seguro na medida em que os documentos probatórios forem fornecidos às seguradoras, conforme contrato estabelecido.

39. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Companhia possui Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") de sua emissão, que é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia.
Ao longo da vigência do Plano, a Companhia concedeu aos seus executivos opções de compra de ações por meio dos programas 2011, 2012, 2013 e 2014.
Em 30 de novembro de 2020, o Programa 2014 foi encerrado de acordo com o prazo de vigência, de 7 anos, estabelecido no Plano. Com isso, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía programa de opção de compra de ações em vigor.
Em 31 de dezembro de 2021, houve impacto de R$1.577, decorrente do exercício de opções remanescentes do Programa 2014, nas reservas de capital constituídas da Companhia. Nessa mesma data, foram exercidas 468.259 opções remanescentes do Programa 2014, o que resultou na baixa da mesma quantidade de ações preferenciais em tesouraria do patrimônio líquido da Companhia.

40. GARANTIAS

A composição dos ativos dados em garantia pode ser apresentada conforme a seguir:

		Controladora		Consolidado	
Ativos em garantia	Passivos garantidos	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	Processos judiciais	40.000	41.106	40.000	41.106
Estoques	Processos judiciais	1.373	1.093	1.373	1.093
Imobilizado	Processos judiciais	121.477	177.739	143.453	203.678
Imobilizado	Empréstimos e financiamentos	-	-	11.351	11.437
Imobilizado	Passivo atuarial	1.331.339	1.331.339	1.331.339	1.331.339
		1.494.189	1.551.277	1.527.516	1.588.653

41. TRANSAÇÕES SEM EFEITO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas transações de investimentos e de financiamentos sem efeito de caixa conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	88.056	29.954	88.056	29.954
Remensuração e adição ao direito de uso	15.347	27.388	81.861	50.137
Compensação depósitos judiciais com provisão para demandas judiciais	(21.756)	(22.740)	(21.835)	(23.923)
Compensação de créditos fiscais com tributos a recolher	(760.249)	(1.503.452)	(824.089)	(1.592.775)
	(678.602)	(1.468.850)	(676.007)	(1.536.607)

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sergio Leite de Andrade - Presidente
Edílio Ramos Veloso - Conselheiro
Elias de Matos Brito - Conselheiro
Fabrício Santos Debortoli - Conselheiro
Hiroshi Ono - Conselheiro
Oscar Montero Martinez - Conselheiro
Roberto Luis Prosdocimi Maia - Conselheiro
Ruy Roberto Hirschheimer - Conselheiro
Yuichi Akiyama - Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Paulo Frank Coelho da Rocha - Presidente
Paulo Roberto Bellentani Brandão - Conselheiro
Sérgio Carvalho Campos - Conselheiro
Tácito Barbosa Coelho Monteiro Filho - Conselheiro
Wanderley Rezende de Souza - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Alberto Akikazu Ono - Diretor Presidente
Américo Ferreira Neto - Diretor Vice-Presidente Industrial
Gino Ritagliati - Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo
Miguel Angel Homes Camejo - Diretor Vice-Presidente Comercial
Thiago da Fonseca Rodrigues - Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores
Toshihiro Miyakoshi - Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

CONTADORA

Adriane Vieira Oliveira - CRC MG 070.852/0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (iii) Destinação dos Resultados de 2022, incluindo a data para pagamento dos dividendos (27 de junho de 2023) e o orçamento de capital. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes (KPMG) sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2023.

Paulo Frank Coelho da Rocha - Presidente
Sérgio Carvalho Campos
Wanderley Rezende de Souza
Paulo Roberto Bellentani Brandão
Tácito Barbosa Coelho Monteiro Filho
Izadora Cristina De Souza Dutra - Secretária

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ativo não financeiro

Veja as Notas Explicativas individuais e consolidadas 16, 17 e 18

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A avalição quanto ao valor recuperável do ativo não financeiro incorpora incertezas na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros esperados. As projeções de fluxos de caixa futuros esperados incluem premissas significativas, entre outras, relacionadas ao volume de vendas, taxa de crescimento, inflação de longo prazo, investimento de capital e taxa de desconto. Devido à relevância dos saldos do ativo não financeiro e o nível de incerteza relacionado às premissas, bem como na relevância da adequada aplicação das premissas e dados no método de mensuração do valor recuperável, consideramos esse tema como um assunto significativo para os nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas-chave utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, como: volume de vendas; taxa de crescimento; investimento de capital; taxas de desconto e inflação de longo prazo, comparando-as com informações de mercado; - Conferência matemática das projeções de fluxos de caixa descontado; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores recuperáveis de ativos não financeiros mensurados pela Companhia, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja as Notas Explicativas individuais e consolidadas 13

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social. Tais saldos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido a relevância dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e o nível de incerteza inerente às premissas, bem como na relevância da adequada aplicação das premissas e dados utilizados na determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que se alteradas podem impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse tema como um assunto significativo para os nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: • do recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros; • das principais premissas-chave utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, comparando-as com os dados disponíveis no mercado; e • da análise de sensibilidade no que tange às premissas utilizadas. - Com auxílio de nossos especialistas de tributos, analisamos a adequação do momento da reversão de diferenças temporárias ativas e passivas, utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros; - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as divulgações relacionadas realizada pela Companhia no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensuração do passivo atuarial

Veja a Nota Explicativa individual e consolidada 27

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e suas controladas possuem planos de benefícios pós emprego a empregados e ex-empregados, relativos a planos de pensão e assistência médica. A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão e assistência médica são estimados com base em dados, como o saldo junto às instituições financeiras custodiantes dos ativos do plano, e premissas atuariais, tais como taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano de pensão, taxa de desconto, taxa de inflação, taxas de mortalidade, entre outros. Devido às incertezas relacionadas com as premissas e dados utilizadas para estimar o passivo de benefícios pós emprego a empregados e ex-empregados que, se alteradas, podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: - Confirmação dos saldos junto as instituições financeiras custodiantes dos ativos do plano; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, de todas as premissas usadas na determinação do passivo de benefícios pós emprego a empregados e ex-empregados, comparando-as com as aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, dos cálculos das obrigações de benefícios pós emprego a empregados e ex-empregados; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas ao passivo de benefícios pós emprego a empregados e ex-empregados. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor do passivo de benefícios pós emprego a empregados e ex-empregados e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individudias e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 11 de fevereiro de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

INSS

Decisão das instituições financeiras foi tomada após a medida anunciada pelo Conselho Nacional da Previdência Social, que reduziu percentuais de 2,14% para 1,70%, na 3ª feira

Bancos suspendem consignado após redução da taxa de juros

Brasília – Vários instituições financeiras privadas anunciaram ontem a suspensão das linhas de crédito consignado para aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A decisão coletiva foi tomada depois que o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) reduziu as taxas máximas dessa modalidade de 2,14% para 1,70%. As instituições financeiras alegam, conforme comunicado da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que não têm condições de pagar os custos de captação de clientes com as novas taxas definidas pelo órgão ligado ao Ministério da Previdência. Oitenta e nove por cento do consignado de aposentados do INSS é concedido por bancos privados. O Banco do Brasil e a Caixa trabalham com 11% e vinham cobrando taxas acima de 1,70% definido como teto na última terça-feira. Mercantil do Brasil, Pan, Pag Bank, Bem Promotora, Daycoval e Itaú, C6 e Bradesco anunciaram a suspensão do consignado.

O Palácio do Planalto considerou a decisão do Conselho Nacional de Previdência Social como mais uma decisão tomada sem passar pela Casa Civil. Na terça-feira, o presidente Luiz Lula Inácio da Silva repreendeu ministros, em reunião no Palácio do Planalto, por divulgarem propostas sem consultar o núcleo do governo. Foi o caso do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, que deu entrevista informando que o governo vai lançar programa nacional com passagens aéreas a R$ 200 para beneficiar aposentados da Previdência, estudantes e servidores que recebem até R$ 6,8 mil mensais. O próprio França disse que não havia consultado a Casa Civil.

No caso dos consignados, o Ministério da Fazenda chegou a alertar a Previdência Social sobre o risco de reduzir o juro. O argumento era de que, em vez de ampliar a oferta, poderia reduzir, porque a s instituições financeiras tenderiam a reagir negativamente, como acabou acontecendo ontem. O argumento dos bancos para a suspensão do consignado está no fato de a captação de clientes é maior no interior do Brasil. E que há norma do Banco Central que veta que bancos disponibilizem linhas de crédito deficitárias.

A medida aprovada foi proposta pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, ao conselho, que tem representantes do governo federal e dos trabalhadores em sua composição. Três cargos no Conselho Nacional da Previdência Social são de representantes do governo, mas ainda estão vagos, porque os nomes dos substitutos não foram indicados. Com a presença apenas de sindicalistas, do INSS e do próprio Carlos Lupi, a proposta foi aprovada por 15 votos a favor e três contrários.

Auxiliares do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informaram que em nenhum momento a pasta deu aval para a redução da taxa de juros, que teria sido "decisão unilateral" de Lupi, sem consultar a equipe econômica ou a Casa Civil. Agora, a expectativa é de que Haddad busque alternativa para o impasse com os bancos.

O novo teto aprovado é 0,44 ponto percentual menor que o antigo limite, de 2,14% ao mês, nível que vigorava 2022. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 3,06% para 2,62% ao mês. Ao tomar a decisão, o Ministério da Previdência Social alegou que a redução beneficiaria cerca de 8 milhões de pessoas com empréstimos descontados diretamente na folha de pagamento. Deste total, cerca de 1,8 milhão de beneficiários chegaram ao limite máximo de desconto de 45% da aposentadoria ou pensão. Lupi chegou a chamar de "abusivas" a taxa anterior e que punem pessoas vulneráveis.

O conselho aprovou também na última reunião a formação de uma comissão de trabalho para analisar o sistema de cartão de crédito consignado para beneficiários do INSS, que dever concluir a análise em 60 dias. Foi aprovada também uma comissão para discutir a composição e a competência do colegiado em até 90 dias.

PDT/DIVULGAÇÃO

Ministro Carlos Lupi teria defendido redução de juros sem consultar o Planalto

CENTRO

1 LUGAR CERTO COMPRA E VENDA

RESIDENCIAIS BELO HORIZONTE

C

Centro

2 QUARTOS 31-99607-9687
Sala, banho social,cozinha, dce,R.Túpis. 320 mil C1815

F

Floresta

3 QUARTOS 31-99607-9687
Armários, sala 2 amb. 2 bhs, cozinha, dce, garagem cob. privativa, 2 and. 450 mil C1815

Funcionários

FUNCIONÁRIOS
Apto 150 m2 próx. pça Liberdade, 3qtos, porteiro, 1vg, vazio J26 RB1678- 550mil
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

FUNCIONÁRIOS
Apto duplex 90m2 , 3qtos,suíte, dce, 2 vgs, elev., área lazer, port. 24hrs J26 RB1678
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

SAVASSI
Apto próx. Savassi, 3qtos, ste, 2vgs,lazer comp., porteiro,11andar vazio J26 RB1706
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

L

Lourdes

LOURDES
Apartamento 180m2 próx. praç. Marília de Dirceu, 4qtos, varandão, 3vgas, lazer completo, jardins j26 RB 1654
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

S

São Lucas

SÃO LUCAS
Cobertura 173m2, 3qtos, suíte, varanda, elev., vista, rua plana, c/ exc. local, 2vgas, j26 RB 1573
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

ANCHIETA

1 LUGAR CERTO ALUGUEL

RESIDENCIAIS BELO HORIZONTE

A

Anchieta

ANCHIETA
Apartamento luxo 1090m2, na R. Pium-i 4suites, 5vgs var. c/piscina lazer comp. e DCE segurança j26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

Vrum. O conteúdo mais completo sobre veículos. vrum.com.br ESTADO DE MINAS

F

Funcionários

FUNCIONÁRIOS
Casa comercial 250m2 na R. Pernambuco, 3 salas, 5 quartos, 5 bhs, 4 vgs, exc. localização J26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

RESIDENCIAIS GRANDE BH

CONTAGEM

Industrial

INDUSTRIAL/ CONTAGEM
Andar 550m2 na avenida Jk recepcao,6 salões, 6 banheiros,copa, elevador. Carência de 90 dias J26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

NOVA LIMA

Vila Del Rey

NOVA LIMA
Casa em condomínio, 900m2, ampla área verde, 4 suítes, varanda com vista, lazer completo. j26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

BELO HORIZONTE

[COMERCIAIS]

Belo Horizonte

STO AGOSTINHO
Sala com. 35m2 bho 1vg port/segurança 24h.,px Colégio Loyola 700 reais j26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

3 ADMITE-SE

[PROFISSIONAL]

Nível Médio

AUX. ADM
E de Cont., Belv., n fume, exp e ref. comprov. CV p/: **rh@hacaadv.com.br.**

Nível Superior

ADV.(A) ASSOC.
Associados. Não fumante. CV para: **rh@hacaadv.com.br**

4 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

COMÉRCIO E NEGÓCIOS

Postos de Abast

POSTOS ABASTEC.
Postos para Iniciantes. Alugo e treino. Ótimos. C10421
(31) 99982-2215 - Darci

COMUNICADOS, ATAS E EDITAIS

a. Declarações e Avisos
b. Editais
c. Leilões
d. Perdidos e Achados
e. Proclamas de Casamento

a. Declarações e Avisos

ABAND. EMPREGO
A Belohort Distribuidora de Hortifruti Ltda, situada na R. Macaúbas,688, Jardim Laguna, Contagem/MG, solicita, o comparecimento do funcionário, João Carlos Emanuel Barbosa Rios de Carvalho, CPTS:7011558 Série: 0638, para prestar esclarecimentos sobre sua ausência. Seu não comparecimento no prazo de 48 horas, caracterizará em abandono de empregos, conforme artigo **482, alínea "I" da CLT**

TURISMO E LAZER

Imóv. Temporada

CABO FRIO 31-99342-5398
Praia Forte fam bom gosto,tod equip.9pes 2vgs 31-2514-7860

[ADULTO]

Acompanhante

RELAX 3197122-0481
DIANA... lindos pés. mãos de fada deliciosa massagem erótica. Tailandesa e relaxante com liberação.

Massagem Relax

MASSAGEM
Erótica!! Carícias Picantes!!! Carinho e Prazer Linda Aline!
99535-6290

Vrum. O conteúdo mais completo sobre veículos. vrum.com.br ESTADO DE MINAS

JORNAL ESTADO DE MINAS CONTRATA:

PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA

PEDIMOS:

- Segundo Grau Completo ou Superior em Curso
- Conhecimento do Pacote Office, principalmente Excel

OFERECEMOS:

- Salário fixo;
- Convênio Médico;
- Vale refeição;
- Auxílio creche;
- Vale Transporte;
- Seguro de Vida

Os interessados deverão enviar seu currículo para: recrutar.rh@uai.com.br
Assunto: PCD

O grande jornal dos mineiros cada vez mais digital!

POLÊMICA

Decisão começou a valer ontem e portas ficarão fechadas no mesmo dia na semana que vem. Medida visa evitar acidentes, mas donos de estabelecimentos e alunos reclamam

PBH fecha bares em frente à UFMG nas quintas-feiras

Bruno Nogueira*
e Wellington Barbosa*

Os bares frequentados por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em frente ao câmpus da avenida Antônio Carlos, na região da Pampulha, tiveram que fechar as portas ontem e na próxima quinta-feira por determinação da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), que alega problemas de superlotação. Ontem, os bares deveriam abrigar uma recepção aos calouros neste início de semestre, confraternização que, com o passar dos anos, se tornou tradicional entre os estudantes. A medida incomodou a comunidade universitária, que já é proibida de fazer festas dentro do câmpus, por determinação da própria reitoria. A decisão da PBH ocorreu após os estudantes ocuparem o passeio e parte da avenida no já conhecido "Primeiro Cabral" do semestre, na quinta-feira passada.

Silvana Ferreira, dona do bar conhecido entre os estudantes como 'Cabral', comenta que houve uma reunião na segunda-feira com a PBH e outros órgãos, onde a única solução encontrada foi de fechar os bares nas próximas duas semanas. "A medida da Prefeitura vai me afetar muito, porque é o único dia da semana que vende bastante, que é quinta-feira. Os outros dias são mais tranquilos, sendo que as venda de quinta é a melhor venda, e o bar é a única renda que sustenta minha família, fico até preocupada com essa situação", expõe. Ela acredita que poderia ter deixado abrir os bares às 19h, como foi no ano passado.

Higor Alessandro, dono de outro bar frequentado pelos universitários, diz que a decisão da Prefeitura já esta lhe afetando. Ele diz que faz outros bicos para pagas dívidas, mas que o bar é a principal fonte de renda que mantém o equilíbrio das conta e o único dia que dá bom movimento não pode abrir. "A decisão foi para que os alunos percebam que toda vez que invadirem a rua, pode ser perigoso pra eles é ruim para os bares. A fiscal da Prefeitura até chegaria em um acordo com a gente pra abrir o bar às 19h, depois do horário de trânsito, mas se caso desse lotação e os alunos invadissem a rua, teríamos que fechar", disse. "Mas a Polícia Militar quis apoiar a primeira ideia que eles tiveram entre eles de ser mais radical, e manter as portas fechadas", completa Higor.

RELATOS DOS ALUNOS Gabriel Castro, estudante da UFMG há três anos, diz que é uma vergonha a Prefeitura não conseguir abrigar um evento de médio porte mesmo BH sendo uma metrópole. "Em teoria, é para diminuir o risco de acidente por causa de estudantes bêbados na avenida, mas acho que o problema poderia ser contornado de maneira mais amistosa com um planejamento urbano, talvez fazendo um desvio na avenida que permitisse um livre transporte", comenta. "Seria mais caro, obviamente, mas também acho que seria uma medida mais humana, porque simplesmente fechar um bar no dia em que ele mais lota é um atestado da incompetência do planejamento urbano da cidade. A imagem que passa é de incompetência e que tudo é feito na base do ajeito, sem planejamento", acrescenta.

MARCOS VIEIRA/EM/D.A PRESS

Espaços na Avenida Antônio Carlos são ocupados por estudantes e evento superlotado na semana passada motivou decisão da Prefeitura

Mateus Guimarães, estudante de Ciências Socioambientais da UFMG, não vê uma solução que seja benéfica para todos os lados, mas acredita que os estudantes não vão parar com os encontros mesmo com a proibição. "O Bar do Cabral é um marco 'histórico' no dia a dia da UFMG, sendo um ponto de recepção e festa de milhares de estudantes ao longo da última década. Os universitários seguirão fazendo a festa, principalmente com a chegada de novos calouros."

"O impacto que tem no trânsito da Antônio Carlos é absurdo, podendo gerar acidentes e atropelamentos. Eu ano passado já vi uma moto desviando de gente na beira da calçada, no meio fio ali, as pessoas estavam um pouco na pista, mas menos de um metro para dentro da avenida", termina. Formada em geografia na universidade, Karol Lima compartilha da mesma opinião. "Não é possível que durante todo esse tempo os setores de trânsito e de cultura de BH não consigam pensar em alternativas." "Antes de formar já tinha um movimento assim, inclusive veio a ideia de algum lugar, que eu não me lembro, de colocarem a rua de trás do Cabral como algo cultural e festivo pra galera ir e sair do meio da avenida, mas não sei como caminhou e se andou para frente", relata.

Ela entende a ação da Prefeitura, mas relembra que há proibição de festa dentro da faculdade. "Ali é meio perigoso. Muita gente atravessando na avenida de forma perigosa, no meio de caminhões, carros, ônibus e do move. Mas tem o outro lado também: os comerciantes que deixam de faturar e os estudantes que ficam sem espaço pra encontrar, já que dentro da universidade é proibido", encerra.

*** Estagiários sob supervisão do subeditor Marcílio de Moraes**

Prefeitura diz que houve acordo

Em nota, a Prefeitura de Belo Horizonte informou que foi decidido em comum acordo, durante reunião entre a equipe de fiscalização da PBH, Polícia Militar, Guarda Municipal, BHtrans e representantes de bares, o fechamento dos bares da região para evitar a realização de uma calourada, com o intuito de evitar maiores transtornos e possíveis acidentes com a ocupação da avenida Antônio Carlos. A vereadora Iza Lourença (Psol) se manifestou sobre o imbróglio envolvendo a prefeitura e os bares nos arredores da UFMG e cobrou diálogo. Na quarta-feira, a parlamentar foi às redes para informar que encaminhou um ofício à PBH para dialogar sobre a abertura do Cabral e a segurança de seus frequentadores.

"Nos últimos anos, com a criminalização de festas dentro da universidade, os bares tomaram outra proporção. Acabam ficando muito cheios, gerando um problema de segurança para quem frequenta e motoristas que passam pelo local, uma vez que as pessoas começam a ocupar a avenida. A saída não é a proibição do funcionamento dos bares! Isso prejudica trabalhadores que dependem desses momentos para sobreviver e penaliza a juventude que quer um momento de lazer. A prefeitura precisa abrir diálogo sobre o tema e ajudar em uma resolução", escreveu a parlamentar.

DCE DA UFMG A coordenadora do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG, Luiza Datas, explica que a medida da Prefeitura é uma consequência direta das ações da Reitoria da UFMG que proíbe a realização de eventos feitos por estudantes dentro da faculdade, não se abrindo a conversas.

"Como solução, os estudantes acabam fazendo eventos por autoria própria, sem regulamentação e organização, e os bares na Antônio Carlos são um desses lugares em que os estudantes acabam se reunindo, já que são proibidos de fazer algo dentro da faculdade", disse.

A reportagem procurou a Reitoria da UFMG, mas até o fechamento desta edição não obteve retorno. (BN e WB)

TRAGÉDIA EM BH

Corpos das vítimas foram encontrados quarta-feira, no Bairro Piratininga. Homicida é presa em flagrante pela Polícia e se encontra internada no João XVIII, após tentar suicídio

Mulher executa mãe e filha

BRUNO LUIS BARROS, BRUNO NOGUEIRA E MAICON COSTA

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) informou ontem que Amanda Christina Souza Pinto, de 34 anos, foi presa em flagrante após confessar ter matado a mãe Maria do Rosário de Fátima Pinto, de 67 anos, e filha dela, de 10. Os corpos das vítimas foram encontrados na última quarta-feira, no Bairro Piratininga, na Região de Venda Nova, em Belo Horizonte.

De acordo com a Polícia Militar (PM), a mulher afirmou não ter tido motivação para os crimes e alegou que assassinou primeiro a mãe, nesta segunda-feira, e depois a filha, no dia seguinte. Ambas, segundo ela, morreram enforcadas. Os corpos foram velados ontem, no Cemitério da Paz, na Região Noroeste da capital.

Ainda segundo a PM, após os homicídios, Amanda tentou se matar por inalação de gás e foi encontrada desacordada, com a cabeça dentro do forno, pelo Corpo de Bombeiros. Ela segue internada no Hospital João XVIII sob escolta policial. Ao receber alta, ela será encaminhada ao sistema prisional, informou a Polícia Civil.

No seu depoimento, a mulher contou que, por volta das 11h da segunda-feira (13/3), estava no quarto conversando com a mãe quando começaram a "brincar". A mulher teria então passado o braço em volta do pescoço da idosa e, segundo ela, naquele momento sentiu "uma sensação ruim" e "vontade de apertar", começando, em seguida, a estrangular a idosa. Ela não soltou até ter certeza de que Maria do Rosário tinha parado de respirar.

ALEXANDRE GUZANSHE/EM/D.A PRESS

Os corpos de Maria do Rosário de Fátima Pinto e da criança de 10 anos foram velados e enterrados ontem no Cemitério da Paz

Segundo ela, a filha de 10 anos, que dormia em outro quarto, acordou e bateu na porta, perguntando o que estava acontecendo. Ela disse para a garota não abrir a porta, pois ela estaria "resolvendo um problema" com a avó da menina. Em seguida, Amanda cobriu o corpo da mãe com um lençol e ordenou que a filha fosse tomar café.

Na terça-feira (14/3), Amanda decidiu matar sua filha. A princípio ela teria tentado cortar os pulsos da criança, mas os ferimentos foram superficiais. Ela decidiu, então, matá-la da mesma forma como tinha feito com a avó da criança no dia anterior.

Amanda passou, então, a enforcar a garota por duas vezes, mas, segundo ela, a criança se debateu muito e resistiu. Por isso, a mulher amarrou a filha, usando uma calça, e passou a apertar seu pescoço até que ela parasse de respirar. Em seguida, Amanda deitou ao lado da garota e por duas vezes tentou se matar ingerindo remédios. Como isso não funcionou, no dia seguinte, ela vedou as frestas das portas da casa, colocou a cabeça dentro do forno de um fogão e ligou o gás.

USO DE DROGAS Segundo familiares das vítimas, a suspeita não possui problemas mentais como havia sido alegado em depoimento às autoridades. "O único problema que ela sempre teve foi com o uso de drogas. A cena que eu vi no IML, ontem, não é de um simples enforcamento. Ela bateu, machucou, foi uma cena monstruosa", contou Cristiene Moreira da Silva, prima de Amanda. Devido aos ferimentos nos corpos, o velório precisou ocorrer com caixões fechados.

Já Michelle Cardoso, tia da criança morta e cunhada da suspeita, explica que desde que o irmão morreu não recebia notícias da sobrinha. Os contatos cessaram por completo desde que a avó paterna da menina parou de dar dinheiro para Amanda. "Não recebia mensagem, não dava notícias, até chegar a bloquear a gente há pouco tempo", disse.

NADA DE ESTRANHO O síndico do prédio onde ocorreram os crimes, Adriano Pereira, de 40 anos, relatou que não notou nada de estranho no local e também não foi acionado por nenhum morador. De acordo com ele, o vazamento começou no início da tarde de ontem, quando os vizinhos sentiram o forte cheiro de gás e acionaram o Corpo de Bombeiros.

Outro morador do prédio, Egmar Conceição, de 76 anos, contou ter achado estranho todas as moradoras do apartamento estarem em casa, já que a avó materna da menina trabalha muito e a neta fica, na maioria das vezes, com a avó paterna.

Já Fátima Maria, de 54 anos, lembrou que a família sempre manteve relações cordiais com os moradores e lamentou a tragédia. "A ficha não caiu até agora, a gente está sem acreditar. Ela (a mãe da criança) era uma menina muito boa, ninguém tem o que reclamar dela aqui", disse.

Ainda segundo relatos de moradores que tiveram acesso ao apartamento, havia manchas de sangue no local e as vítimas não apresentavam sinais de violência.

KELEN CRISTINA

TIRO LIVRE

"Tem torcedor do Atlético imaginando a reedição dos tempos de Guilherme e Marques – que, por essência, tinham estilos mais complementares que Hulk e Paulinho"

>>tirolivre.mg@diariosassociados.com.br

ESTA COLUNA É PUBLICADA ÀS SEXTAS-FEIRAS

Paulinho e Hulk, a melhor dupla do Brasil?

As atuações de Paulinho e Hulk diante do Millonarios, quarta-feira, no Mineirão, pela Copa Libertadores, acendeu a questão: formariam eles a melhor dupla de ataque do Brasil em 2023? A simbiose que os dois mostraram na última partida justifica a pergunta – embora ainda não seja suficiente para se cravar uma resposta. Uma coisa é certa: potencial eles têm para consolidar tal posto. E o tempo é grande aliado nessa equação.

Os dois foram destaque em uma noite em que o Galo demorou a engrenar. Depois de um primeiro tempo amarrado e pouco inspirado da equipe (e da dupla), o técnico Eduardo Coudet reviu conceitos e fez substituições que fizeram o futebol atleticano fluir mais. Nesse cenário, os mais beneficiados foram os homens de frente. Dois dos três gols marcados pelo alvinegro tiveram participação direta de Hulk e Paulinho – no sentido mais literal dessa afirmação. Em um daqueles capríchos da bola, foi uma via de mão dupla de belos gols.

Paulinho abriu o placar completando assistência de Hulk, que serviu ao companheiro enquanto 90% das pessoas que acompanhavam a jogada (inclusive a defesa colombiana) imaginavam que ele fosse se clarear para chutar a gol. Pensando bem, descrever a forma como o camisa 7 serviu ao companheiro como assistência pode minimizar o lance, resumindo-o a mero passe para gol. Houve toda uma complexidade técnica, tática, psicológica e estética na jogada.

Aos 3min do segundo tempo – e aqui é necessário relatar em detalhes –, Hulk recebeu a bola na direita, fintou seu marcador, se aproximou da meia-lua da área e, em vez de abrir espaço e partir para o chute (o que seria até instintivo do atacante), enxergou Paulinho se posicionando por trás da zaga e mandou a bola no chamado ponto futuro. Alguns segundos de hesitação de Hulk, e o 10 atleticano cairia em impedimento. Mas a jogada foi "cronometrada", e Paulinho apareceu livre para concluir a gol.

Meia hora depois, Paulinho marcou o segundo dele e do Galo, mas vamos pular direto para o terceiro gol atleticano, aos 42min, que novamente teve a dobradinha em ação. Desta vez, Paulinho recebeu na esquerda, levantou a cabeça (importante ressaltar), viu Hulk livre de marcação erguendo o braço e pedindo a bola. Com um toque sutil, serviu de bandeja para o camisa 7, que, do outro lado da área, mostrou seu repertório, finalizando de voleio.

Essa sintonia entre Hulk e Paulinho, que mal completaram três meses atuando juntos, permite aos analistas esportivos imaginar que a perspectiva é de melhora. Seria natural essa evolução em campo, pois futebol é repetição. No entanto, o tamanho dos desafios aumentará também, isso é certo. A balança pode pender para qualquer um dos lados.

Já há quem diga que eles formam a melhor dupla de ataque do Brasil nesta temporada. Tem torcedor do Atlético imaginando a reedição dos tempos de Guilherme e Marques – que, por essência, tinham estilos mais complementares que Hulk e Paulinho, o que, de certa forma, facilitava o entendimento.

A análise de quão longe Hulk e Paulinho podem chegar como parceiros ofensivos no Galo passa pela forma como eles vão se adequar em campo. Como cada um vai encontrar seu espaço sem bater cabeça com o outro, pois são jogadores de área por natureza. Finalizadores. Com sede de gol.

O segundo tempo contra o Millonarios mostrou como isso é possível. A qualidade individual de ambos terá grande contribuição na busca por esses atalhos. Mas tanto quanto questões técnicas e táticas, eles precisarão mostrar, cada vez mais, inteligência para sentir o momento de servir e o de concluir. Contra o time colombiano, pelo menos, Hulk e Paulinho deram uma importante amostra de que se sensibilidade para se reconhecer nos dois papéis eles têm.

CAMPEONATO MINEIRO

Participante das 16 últimas decisões estaduais, a maior sequência de um time no futebol brasileiro, Atlético precisa superar Athletic para tentar manter os bons números

Figura carimbada EM FINAIS

LUCAS BRETAS

Diante do Athletic, o Atlético tentará se manter no topo do ranking brasileiro, conforme levantamento realizado pelo **Estado de Minas**/Superesportes. Presente nas últimas 16 decisões do Campeonato Mineiro, o Alvinegro ostenta a maior sequência de finais de estaduais no país.

De 2007 até 2022, o Galo foi figura carimbada na principal competição regional. Neste período, foram nove conquistas, três delas consecutivas (2020/2021/2022).

O segundo colocado da lista é o CRB, que disputou as últimas 11 finais do Campeonato Alagoano. De 2002 a 2011, o "Galo da Pajuçara" havia amargado um longo período sem decisões do estadual. Depois, conquistou sete títulos.

Quem fecha o pódio é o ABC, que chegou nas últimas oito decisões do Campeonato Potiguar. Neste período, o "Mais Querido" levantou a taça cinco vezes.

Cabe ressaltar que, nos últimos 12 anos, o São Raimundo esteve entre os dois melhores do Campeonato Roraimense. Neste recorte, inclusive, conquistou nove títulos estaduais (sendo sete deles nas últimas sete edições), mas o modelo de disputa de algumas dessas temporadas não contava com finais. Entre os clubes mais populares do país, quem aparece atrás do Atlético no levantamento é o Grêmio. O "Imortal" disputou as últimas cinco decisões do Campeonato Gaúcho, levantando a taça cinco vezes.

ATLÉTICO X ATHLETIC Para conservar o recorde, no entanto, o Atlético precisa eliminar o Athletic, de São João del-Rei, nas semifinais. No jogo de ida, no interior, melhor para o "Esquadrão de Aço", que superou o Galo por 1 a 0, com gol de Jonathan.

Como obteve a melhor campanha geral da primeira fase do Campeonato Mineiro, o time de Eduardo Coudet joga por um empate no saldo de gols para garantir vaga na grande decisão. Sendo assim, o Atlético precisa de uma vitória para se classificar. Qualquer outro resultado selará um avanço do Athletic.

As equipes medirão forças às 16h30 de amanhã, no Independência. O jogo está cercado de expectativas, já que o duelo de ida foi recheado de polêmicas em São João del-Rei.

ALEXANDRE GUZANSHE/EM/D.A PRESS - 2/4/22

O capitão Réver e os jogadores do Galo levantaram a taça do Estadual pela última vez na temporada passada, em cima do rival Cruzeiro

Allan é dúvida no time alvinegro

Na última quarta-feira, em um jogo que exigiu muitos esforços do Atlético, a equipe mineira bateu o Millonarios, da Colômbia, por 3 a 1, e avançou à fase de grupos da Copa Libertadores. Após a partida no Mineirão, o técnico Eduardo Coudet projetou a volta do time ao Estadual, contra o Esquadrão de Aço.

"Falar do time de sábado (amanhã) é muito difícil. Vamos observar a situação do Allan. Sei que estamos com muita vontade de jogar e classificar para a final. Desta vez, seguramente, vai fluir da melhor maneira", acrescentou.

O volante é a grande dúvida do Galo. Ele foi substituído no início do duelo contra o Millonarios com dores na região lombar. O clube, até o fechamento desta edição, não havia divulgado informações sobre a situação do atleta. Quem volta a ficar à disposição de Coudet é o atacante Cristian Pavón. O argentino cumpre suspensão na Copa Libertadores e só poderá atuar no torneio continental a partir da 3ª rodada da fase de grupos. Em virtude da Data Fifa, que paralisará o futebol brasileiro entre os dias 20 e 28 de março, e também da necessidade da vitória, a expectativa é de que o Atlético utilize força máxima no Independência.

Em relação à escalação diante do Millonarios, Chacho tem a alternativa de optar pela formação do segundo tempo, com a entrada de Pedrinho na vaga de Edenilson. Dessa forma, a provável escalação do Galo terá Everson; Saravia, Mauricio Lemos, Jemerson e Dodô; Allan (Otávio), Zaracho, Edenilson (Pedrinho) e Patrick; Paulinho e Hulk.

JOÃO PIRES/LNB

Lucas Dias, Mãozinha, Olivinha e Tyrone Curnell, que participam dos torneios de três pontos, enterradas e jogos

JOGO DAS ESTRELAS

BH tem show de basquete

MATHEUS MURATORI

Evento festivo do basquete nacional que reúne os destaques do NBB, o Jogo das Estrelas será realizado hoje e amanhã em Belo Horizonte. A casa do espetáculo, que terá dois dias de atrações, será o Minas Tênis Clube. O primeiro dia terá o desafio de habilidades e dos torneios de três pontos e enterradas, a partir das 19h. Amanhã, o jogo acontece às 15h (semifinais e finais). Os ingressos custam a partir de R$ 15,00 e podem ser adquiridos na bilheteria do Minas e pela internet.

Alexey Borges (Minas), Davaunta Thomas (Corinthians), Adyel Borges (Franca), Cassiano (Rio Claro), Humberto (Caxias do Sul), Henrique Coelho (São Paulo), Gui Deodato (Flamengo) e Rafael Munford (Pinheiros) participam do desafio de habilidades. Natural de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, e com passagens no Minas entre 2012 e 2016, Henrique Coelho celebrou o evento.

"Por ser em Belo Horizonte é até nostálgico, porque eu vivi quatro anos nesta cidade quando joguei no Minas. Então, conheço muito bem o clube, conheço essa quadra e eu amo essa receptividade que o povo mineiro tem. Quero aproveitar ao máximo e poder realmente desfrutar desse Jogo das Estrelas, realmente uma festa do basquete nacional", afirmou o armador, de 30 anos.

Já Santiago Scala (Franca), Victor Egon (Pato) – substitui o lesionado, José Materán do Pato –, Lucas Mariano (Franca), Felipe Vezaro (Minas), Malcolm Miller (São Paulo) e Larry Taylor (Bauru) estão na disputa do torneio de três pontos.

O torneio de enterradas, um dos que mais impressionam o público, pela plasticidade das jogadas, terá Alex Dória (Paulistano), Anderson Rodrigues (Bauru), Emmanuel Calderón (Fortaleza), Eden Ewing (Minas), Mãozinha (Corinthians), Paulo Zu (Franca), Ruan Miranda (Cerrado) e Wesley Castro (Minas) - substitui o lesionado Túlio da Silva, do São Paulo.

O pivô Anderson Rodrigues está empolgado com a chance de atuar em um torneio de enterradas. "Sempre gostei de acompanhar esse tipo de torneio, que é um dos pontos mais legais desse tipo de evento. Eu fui criado no basquete de rua, então essas coisas geram muito entretenimento. Preparei algumas surpresas e espero executá-las de uma forma que todos gostem".

Amanhã, a partir das 15h, ocorrem as semifinais e a final do Jogo das Estrelas. São quatro times (NBB Brasil 1, NBB Brasil 2, NBB Mundo e NBB Novas Estrelas) que buscam a vitória no evento festivo. O tempo de jogo das semifinais e da final será de 12 minutos, com dois tempos de seis

MISSÃO (QUASE) IMPOSSÍVEL

PARA CONSEGUIR UMA VITÓRIA POR TRÊS GOLS DE DIFERENÇA E SE CLASSIFICAR PARA A DECISÃO DO ESTADUAL, CRUZEIRO TERÁ QUE FURAR A DEFESA AMERICANA, QUE SOFREU SÓ SEIS GOLS ATÉ AGORA

MOURÃO PANDA/AMÉRICA

GUSTAVO ALEIXO/CRUZEIRO

A segurança da defesa do Coelho, que tem no zagueiro Maidana um de seus pilares, será colocada à prova contra o ataque da Raposa, de Bruno Rodrigues

LUIZ HENRIQUE CAMPOS

O Cruzeiro terá uma dura missão contra o América, domingo, às 18h, no Independência, pelo confronto de volta das semifinais do Campeonato Mineiro. Para avançar à decisão, o time celeste precisará superar uma das melhores defesas do torneio, ao lado Atlético, e vencer por três gols de diferença, já que foi derrotado por 2 a 0 no duelo de ida, na Arena do Jacaré, em Sete Lagoas.

Invicto na competição estadual, o Coelho sofreu apenas seis gols nos nove jogos na competição. Em nenhum deles, a equipe foi vazada mais de uma vez.

A solidez defensiva do adversário cruzeirense persiste há mais tempo. A última vez que o time comandado pelo técnico Vagner Mancini sofreu três gols no mesmo jogo foi em 17 de julho do ano passado. Na ocasião, o América foi derrotado por 3 a 0 pelo Bragantino, no Horto, pela 17ª rodada do Campeonato Brasileiro. Desde então, foram 34 jogos.

Por sua vez, o Cruzeiro só conseguiu vencer por três ou mais gols uma única vez neste Mineiro. Com gols de Gilberto (três) e Mateus Vital, a Raposa goleou o Villa Nova por 4 a 0, no estádio Castor Cifuentes, em Nova Lima, pela sexta rodada da primeira fase.

No duelo do fim de semana, o Cruzeiro enfrentará cinco jogadores que foram titulares no último clássico e que participaram da derrota americana para o Massa Bruta: o goleiro Matheus Cavichioli, os meio-campistas Juninho, Benitez e Alê e os atacantes Felipe Azevedo e Matheusinho.

Desde 2004, quando o Mineiro passou a contar com fase classificatória seguida de mata-matas, nenhum time inverteu vantagem de pelo menos dois gols colocada em um primeiro jogo de semifinais. Foram 13 ocasiões e em todas elas quem abriu ao menos dois gols de vantagem no jogo de ida avançou à decisão.

A primeira ocorreu em 2004. O Atlético venceu a Caldense por 3 a 0 no jogo de ida e, na volta, bateu a Veterana novamente, só que por 3 a 1, para chegar à final. Naquele ano, contudo, o Galo foi vice-campeão mineiro, ao perder para o Cruzeiro na decisão.

Em 2022, o Cruzeiro viveu a situação inversa à atual, ao colocar a vantagem de pelo menos dois gols de frente na semifinal. A Raposa bateu o Athletic por 2 a 0 na ida e, na volta, fez 2 a 1 para chegar à final. O time cruzeirense foi vice-campeão, ao ser derrotado pelo Atlético na decisão do ano passado.

Em busca do 10º clássico invicto

SAMUEL RESENDE

O América chega em alta para o jogo de volta das semifinais do Campeonato Mineiro contra o Cruzeiro. Com seis vitórias seguidas sobre a Raposa, o time também vive boa sequência diante do Atlético e tenta emplacar o 10º clássico seguido sem derrotas.

O retrospecto recente contra o clube celeste é o melhor. A última derrota foi há pouco mais de dois anos, em dezembro de 2020. Na ocasião, o Cruzeiro venceu por 2 a 1, no Independência, pela 25ª rodada da Série B do Campeonato Brasileiro. Desde então, o América triunfou em todos os jogos contra a Raposa. O último deles foi no jogo de ida das semifinais do Estadual, 2 a 0, no último sábado, em Sete Lagoas. Com isso, pode perder por até dois gols de diferença na volta, no Independência, que ainda se classifica à final.

Já contra o Atlético, são três jogos invicto. Após passar quase seis anos sem derrotar o Galo, o Coelho quebrou o tabu em maio do ano passado, com a vitória por 2 a 1 no Horto, pela quinta rodada do Campeonato Brasileiro.

COELHO SEM FREIO

Data	Placar	Adversário	Estádio	Motivo
21/3/2021	1 x 0	Cruzeiro	Independência	5ª rodada do Mineiro
2/5/2021	2 x 1	Cruzeiro (*)	Mineirão	Ida das semifinais do Mineiro
9/5/2021	3 x 1	Cruzeiro	Independência	Volta das semifinais do Mineiro
2/2/2022	2 x 0	Cruzeiro (*)	Mineirão	3ª rodada do Mineiro
7/5/2022	2 x 1	Atlético (*)	Independência	5ª rodada do Brasileiro
28/8/2022	1 x 1	Atlético	Independência	24ª rodada do Brasileiro
4/2/2023	1 x 0	Cruzeiro	Mané Garrincha	3ª rodada do Mineiro
25/2/2023	1 x 1	Atlético (*)	Mineirão	7ª rodada do Mineiro
11/3/2023	2 x 0	Cruzeiro	Arena do Jacaré (*)	Ida das semifinais do Mineiro

(*) Visitante

Depois, ainda enfrentou o Atlético mais duas vezes, uma no Independência, pelo Nacional do ano passado, e outra no Mineirão, no Estadual deste ano. Ambos os jogos terminaram empatados por 1 a 1.

Além de chegar ao 10º clássico contra os principais rivais invicto, o América ainda pode atingir outra marca importante no domingo. Em caso de vitória, o clube terá a maior sequência de vitórias sobre o Cruzeiro na história.

Com os seis triunfos atuais, igualou o recorde do Coelho na história do confronto. A única e outra vez que atingiu esses números foi entre 1922 e 1927.

Treinador ganha opções

O técnico Paulo Pezzolano ganha importantes opções para escalar o Cruzeiro para a sequência da temporada. Enquanto o recém-contratado lateral-esquerdo Marlon teve o nome publicado no Boletim Informativo Diário (BID) da CBF, o zagueiro Néris e o meia Daniel Júnior evoluíram no processo de recuperação de problemas físicos, aparecendo ontem nos campos da Toca da Raposa II.

Não se sabe se o treinador vai usá-los na partida de volta das semifinais do Campeonato Mineiro, contra o América, mas certamente eles terão condições de atuar na retomada das competições depois da primeira "Data Fifa" de 2023, nos últimos dias de março.

Um dos principais reforços do Cruzeiro para a defesa, Marlon treina no CT celeste desde a semana passada. Porém, apenas na segunda-feira fez o primeiro trabalho com os novos companheiros, ainda aprimorando a condição física.

O último jogo do defensor ocorreu no dia 4 de fevereiro, na derrota do seu ex-clube, o Ankaragücü, para o Karagumruk, por 2 a 0, pelo Campeonato Turco. Ele, porém, vinha treinando normalmente e não precisa de muito tempo para ter condições de atuar.

Pezzolano não divulga a escalação do Cruzeiro com antecedência e costuma promover muitas surpresas, rodando o time em quase todos os confrontos. Com isso, Marlon pode ser novidade na vaga de Kaiki diante do Coelho.

Outro reforço anunciado pelo Cruzeiro nos últimos dias, o volante Richard Coelho também foi regularizado. No entanto, a situação física do meio-campista demanda mais cuidados.

A última partida de Richard foi em 9 de novembro do ano passado, na derrota do Ceará por 2 a 0 para o Avaí, na Ressacada, pela 37ª rodada do Campeonato Brasileiro. Até chegar a Belo Horizonte para acertar com a Raposa, garante não ter descuidado da parte física.

GUSTAVO ALEIXO/CRUZEIRO - 19/1/23

Paulo Pezzolano já pode contar com Marlon. Néris e Daniel Júnior reaparecem no campo da Toca

Por isso, se colocou à disposição de Pezzolano para o clássico. "Minha última partida foi em novembro, mas já vinha trabalhando por fora. Se o professor precisar, vou estar apto para jogar", disse o jogador, de 29 anos.

SIMON MAINA / AFP

Os planos de Gianni Infantino envolvem aumentar o número de competições e da receita

FIFA

Infantino é reeleito para mais 4 anos

Uma Copa do Mundo com 104 partidas a partir de 2026, um Mundial de clubes com 32 equipes: reeleito ontem para mais quatro anos como presidente da Fifa, cargo que ocupa desde 2016, o ítalo-suíço Gianni Infantino deseja inaugurar uma era de superlativos, com o aumento das competições e das receitas. "Precisamos de mais e não menos competições mundiais para desenvolver o futebol", resumiu o dirigente, de 52 anos, durante o 73º Congresso da Fifa, em Kigali, capital da Ruanda, antes de ser reeleito por aclamação pelas 211 confederações que integram a entidade, assim como já havia acontecido na eleição de 2019.

Embora este sistema não permita a contagem de vozes dissidentes, as confederações da Noruega, Alemanha e Suécia informaram que não apoiaram Infantino. A Noruega também pede a divulgação de um balanço das mortes registradas nas obras da Copa do Mundo do Catar, disputada no final de 2022, e o pagamento de indenizações – aceitas pela entidade.

Mas os descontentes com Infantino não conseguiram alcançar um acordo sobre uma candidatura da oposição e o dirigente, que foi o homem de confiança de Michel Platini quando o francês comandava a Uefa (2009-2016), eleito de forma inesperada para comandar a Fifa em fevereiro de 2016, após uma série de escândalos, garantiu a presidência da entidade ao menos até 2027.

GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS

(PENSAR)

O escritor gaúcho José Falero (**foto**) lança "Vila Sapo", hoje, em BH. O livro reúne sete contos, que dão voz à população da periferia das grandes cidades, geralmente, ignorada ou mal - representada na literatura brasileira

CAPA

GILBERTO GOULART/DIVULGAÇÃO

Os bailarinos da companhia estão preparados para improvisar de acordo com as condições de cada local de apresentação; serão cinco intervenções urbanas neste e no próximo fim de semana

CORPO A CORPO COM A CIDADE

COM "ANDANÇAS URBANAS", A CIA. ANANDA DE DANÇA CONTEMPORÂNEA VAI AO ENCONTRO DO PÚBLICO EM DIVERSOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CAPITAL MINEIRA, A PARTIR DE AMANHÃ

DANIEL BARBOSA

Conhecida por trabalhos que lidam com a diversidade de corpos e estéticas, a Cia. Ananda de Dança Contemporânea apresenta, a partir deste sábado (18/3), seu novo espetáculo, "Andanças urbanas" – título que expressa com exatidão a proposta. Mesclando dança e música, cinco bailarinos e três instrumentistas vão ao encontro do público, executando uma coreografia que se molda ao espaço urbano.

Serão cinco apresentações gratuitas. A estreia será às 10h, no Parque Lagoa do Nado, no Bairro Itapuã, com acesso em Libras. Também amanhã, às 15h, a trupe leva o trabalho para a Praça Duque de Caxias, em Santa Tereza. No domingo (19/3), o espetáculo segue para o Parque Municipal, às 10h, com acesso em Libras e áudio-descrição. No fim de semana seguinte, outras duas apresentações, dias 25/3 e 26/3, ambas no Barreiro, fecham o circuito.

Fundadora da Cia. Ananda, a dançarina e coreógrafa Anamaria Fernandes, que responde pela direção de "Andanças urbanas", explica que o espetáculo é composto por performances previamente estruturadas, adaptáveis para cada um dos espaços, com ferramentas que permitem a criação instantânea a partir dos elementos físicos, ambientais e humanos.

"Existem várias possibilidades na improvisação, e esse espetáculo tem uma abertura grande para isso. Uma dessas possibilidades é a composição instantânea, que é a escritura dramatúrgica de uma dança com os elementos do momento presente. Não se trata apenas de explorar movimentos improvisando, mas de estar atento a várias outras coisas, como os pontos de tensão, as questões espaciais e o que o ambiente pede", diz.

ARTE DO DESAPEGO

O espaço em que o bailarino executa sua performance pode, num dado momento, por exemplo, exigir a ruptura de uma ação, segundo Anamaria. "A improvisação é a arte do desapego. Isso é uma questão de prática e, no final das contas, é uma técnica que se desenvolve com o tempo."

Ela sublinha que a questão da acessibilidade ocupa um lugar central em "Danças urbanas", que tem entre seus bailarinos uma cadeirante, Natalia Candido, que passou a integrar a Cia. Ananda durante a pandemia. A presença dela se alinha com a proposta da trupe de contemplar a diversidade, reunindo "pessoas negras, pardas, brancas, LGBTQIAP+, com e sem deficiência", segundo a coreógrafa.

"Colocar uma cadeira de rodas neste projeto não é para nós algo casual. Por ser um projeto itinerante, a falta de acessibilidade estará sempre presente para aquela dançarina, e o grupo terá que inventar, conjuntamente, soluções para viabilizar seu deslocamento", aponta. Ela ressalta que a questão é tratada de forma lúdica e, ao mesmo tempo, consciente.

PROPOSTAS INCLUSIVAS

Natalia já participou da última versão do espetáculo infantil "Lágrimas da floresta" e também esteve presente na criação mais recente da Cia. Ananda, "Ave", juntamente com o dançarino Oscar Capucho, que é cego. O espetáculo, que estreou no ano passado, é fruto de uma parceria com o grupo Sapos e Afogados, formado por usuários dos centros de convivência da Rede Pública de Saúde Mental de Belo Horizonte.

Anamaria observa que a questão da acessibilidade abarca, também, o público que for acompanhar as apresentações. É necessário o cadastro prévio de pessoas com deficiências visuais para a retirada de fones de ouvido sem fio e a condução do deslocamento previsto pela criação. A áudio-descrição acompanhará as composições instantâneas da coreografia.

O espetáculo não faz uso de texto e não há interlocução com a plateia, mas uma intérprete de Libras estará presente, recebendo o público e acompanhando o trajeto em caso de dúvidas. E, da mesma forma que o grupo terá que resolver os impasses vivenciados pela dançarina cadeirante, irá também se atentar para as pessoas com mobilidade reduzida e para outros cadeirantes que componham a plateia, segundo a diretora.

Ela situa que "Andanças urbanas" surgiu de outras duas experiências pregressas. A primeira, conforme diz, foi um espetáculo da companhia francesa Hydragon, intitulado "Croche-pieds", cuja criação contou com sua colaboração. "É um trabalho que entrelaça dança, música e teatro, e que já tinha essa estrutura pré-estabelecida de pequenas coreografias, com toda uma abertura para a improvisação", diz.

A outra experiência foi a pesquisa batizada "Corpo/espaço/paisagem", também desenvolvida ao longo de alguns anos na França, juntamente com o artista Nicolas Lelièvre. Este trabalho culminou em duas vídeo-danças – "Lugares", criação apresentada em Lisboa, na Bienal de Dança de 2009, e "Percursos urbanos", com a mineira Quik Cia. de Dança, em 2010.

DIVERSIDADE DE CORPOS

"O 'Andanças urbanas' surge dessas duas vivências, com o desejo de trazer a questão da diversidade de corpos, que é algo muito presente na estética da Cia. Ananda, algo que está no centro das nossas preocupações", diz Anamaria, ressalvando que, apesar da seriedade do tema, trata-se de um espetáculo leve, com elementos da arte circense.

Ela detalha que "Andanças urbanas" herda de "Corpo/espaço/paisagem" precisamente a preocupação com a forma de compor o ambiente com a linguagem coreográfica. "É um olhar o tempo todo para a espacialidade dos acontecimentos e o que ela provoca ou proporciona como possibilidade de movimento", aponta.

A coreógrafa observa que tal premissa torna "Andanças urbanas" um espetáculo mutante. "Isso é o interessante, ele nunca vai ser o mesmo, vai ser sempre diferente, em função do lugar, dos eventos, do que acontece ao redor", ressalta. Ela destaca que, de "Croche-pieds", o novo trabalho da Cia. Ananda guarda a interação da música com a dança de maneira muito estreita, além do verniz "clownesco".

"Guarda também a questão das estruturas pré-estabelecidas. Pedi autorização e ofertaram três delas, que estavam em 'Croche-pieds', e a elas somamos outras 13 que criamos. O figurino de 'Andanças urbanas' eu também trouxe da França, e ele foi reelaborado para o nosso clima. Nossa figurinista, Daise Guimarães, tirou muito pano, fez várias adaptações", diz.

COMPOSIÇÕES DO ELENCO

A diretora destaca que as estruturas coreográficas comportam diferentes composições do elenco, que vão desde solos e duos até a integração de todos os bailarinos – Duna Dias, Eduardo Henrique, Juliana Cancio, Natalia Candido e Samuel Carvalho – com os músicos – Alcione Oliveira, Dudu Amendoeira e Vanessa Aiseó.

Os instrumentistas, a propósito, cumprem o que Anamaria chama de coreografias de deslocamento, enquanto executam a trilha do espetáculo. "É uma conjunção da nossa musicalidade com nossa corporeidade", diz. "Carinhoso", de Pixinguinha, e "Nagô, Nagô", de Lia de Itamaracá, são algumas das músicas que embalam as "Andanças urbanas" da Cia. Ananda.

Em sua maioria, são temas conhecidos, mas, assim como a própria coreografia, eles são trabalhados de forma a dar muita margem para improvisação. Ela explica que os músicos podem derivar a partir de certas melodias e chegar a momentos que são de puro improviso.

"Essa proposta de improvisação em dança relacionada ao espaço e às pessoas também se aplica à trilha sonora. Em uma determinada cena, os músicos podem tocar ou não – é algo totalmente aberto e imprevisível", pontua. Ela ressalta que há uma relação dinâmica entre o que se ouve e o que vê.

"O que a gente tenta é trabalhar a questão do diálogo entre as expressões, e aí são várias possibilidades: a música pode acompanhar a dança, a dança pode acompanhar a música e elas também podem estabelecer uma relação de pergunta e resposta. Gosto de pensar o movimento enquanto sonoridade, um corpo-orquestra. Não são coisas necessariamente coladas; são diálogos, uma parceria musical e dançante", explica.

Com relação à escolha dos espaços em que o espetáculo será apresentado, ela diz que foi orientada pelo desejo de descentralizar. "Pensamos em ofertar 'Andanças urbanas' em regiões onde o acesso a produtos culturais ainda é restrito, onde não há muita oferta de espetáculos. Vamos para diferentes pontos da cidade, a fim de atingir o maior número de pessoas, nem tanto em termos quantitativos, mas de diversidade de públicos", aponta.

"ANDANÇAS URBANAS"

Confira onde ver o espetáculo da Cia. Ananda de Dança Contemporânea

SÁBADO (18/3)

- **10h (Libras)**: Parque Lagoa do Nado (entrada pela rua Desembargador Lincoln Prates, 240, e pela rua Ministro Hermenegildo de Barros, 904, Bairro Itapuã – Regional Pampulha)
- **15h**: Praça Duque de Caxias, no Bairro Santa Tereza (Regional Leste)

DOMINGO (19/3)

- **10h (áudio-descrição/Libras):** Parque Municipal Américo Renné Gianetti (Av. Afonso Pena, 1.377, Centro – Regional Centro - Sul)

SÁBADO (25/3)

- **10h**: Praça Cristo Redentor (cruzamento das ruas Dona Laló Fernandes com Mannes, Bairro Milionários - Regional Barreiro)

DOMINGO (26/3)

- **10h:** Parque Ecológico Roberto Burle Marx (Avenida Ximango, 809, Bairro Flávio Marques Lisboa - Regional Barreiro)

- **Duração:** de 45 minutos a 1 hora.
- **Classificação** etária: Livre. Gratuito

ANNA MARINA

>>anna.marina@uai.com.br

> A neuromielite óptica, pouco conhecida, atinge de 3 mil a 7 mil brasileiros

Doença autoimune, a NMO pode cegar

EM/D.A PRESS

A informação vive uma nova era. Com o uso dos dispositivos móveis, as notícias chegam cada vez mais rapidamente. Entretanto, ainda existem diversos temas que precisam ser disseminados, e este é o caso da neuromielite óptica (NMO), doença autoimune rara que afeta o sistema nervoso central e, na maioria das vezes, causa danos irreversíveis à visão.

A NMO atinge entre 3 mil e 7 mil brasileiros. E Tatiane Sobral, de 29 anos, moradora de Santos, convive com a doença há 10 anos.

"Nunca tinha ouvido falar sobre neuromielite óptica. Fui pega totalmente de surpresa. Ninguém da minha família tem, fui a premiada", conta Tatiane. O primeiro sintoma surgiu em 2012. A forte dor no olho direito persistiu durante quatro dias. Quando completou cinco dias, Tatiane acordou sem enxergar.

"Fui ao pronto-socorro e eles me internaram, mas, até então, não sabiam o que eu tinha. Fiz ressonância e no exame apareceu o edema no nervo óptico", relembra.

A visão voltou com o uso de corticoides e pulsoterapia, procedimento através de medicação endovenosa, no qual se administram altas doses de medicamento por curtos períodos de tempo. Porém, um mês depois, a cegueira no olho direito retornou.

Ela fez novas baterias de exames. Em janeiro de 2013, Tatiane, já cega das duas vistas, passou pela neurologista que diagnosticou a neuromielite óptica.

Andréa Anacleto, professora de medicina da Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), explica que o diagnóstico é baseado na combinação de sintomas clínicos, exame neurológico e exames de imagem.

"Para diagnosticar a doença, são realizados exames como ressonância magnética da medula espinhal e do cérebro, bem como testes sorológicos para detectar a presença de anticorpos contra a proteína aquaporina-4 (AQP4-IgG), presentes em 70% dos pacientes com NMO", explica a doutora.

A visão não foi a única área afetada. Mesmo após o diagnóstico e o tratamento, Tatiane chegou a ficar sem andar. "Minha última crise foi em 2019, quando fui levantar e caí. Fiquei quase um ano acamada, usando cadeira de rodas", relembra.

Além da cegueira, a NMO pode causar paralisia, incontinência e outras complicações. Entretanto, com o tratamento adequado, o paciente consegue melhorar a qualidade de vida.

"NMO é doença adquirida, a pessoa não nasce com ela. Embora a causa exata seja desconhecida, sabe-se que é uma condição autoimune. O sistema imunológico ataca erroneamente as células do corpo, incluindo as células nervosas da medula espinhal e do nervo óptico", esclarece Andréa Anacleto.

O tratamento envolve medicamentos imunossupressores, como corticosteroides e imunomoduladores, para reduzir a inflamação e a atividade do sistema imunológico. Também inclui reabilitação neurológica, para ajudar a pessoa a lidar com a fraqueza muscular, a fadiga e problemas de visão.

"O tratamento deve ser individualizado, baseado nas características clínicas do paciente e na evolução da doença", enfatiza a especialista.

Atualmente, Tatiane consegue ter uma vida mais tranquila. Faz parte de diversas bandas tocando instrumentos de sopro, como trompete. O amor pela música nasceu após o diagnóstico, quando ela começou a frequentar grupos de deficientes visuais.

"São muito importantes os esclarecimentos sobre a doença e o acompanhamento médico. Assim, todos os afetados pela NMO podem continuar apaixonados pela vida como eu, que encontrei na música uma grande força para viver", finaliza Tatiane Sobral.

HORÓSCOPO

CLAUDIA HOLLANDER

ÁRIES (20 mar. a 20 abr.)
Normalmente, você é uma pessoa centrada em sua vida pessoal, mas durante estes dias pode valorizar ainda mais os amigos e perceber o quanto eles lhe divertem. Faça novos e interessantes contatos. DICA: estabelecer metas e planos serão ótimas pedidas, principalmente se for a dois.

TOURO (21 abr. a 20 mai.)
Realizar-se e atingir antigas metas será mais fácil, pois a partir de agora a Lua ajuda você a criar estruturas mais sólidas para seus empreendimentos. Ela lhe dá condições de realizar antigos projetos e brilhar socialmente. DICA: evite compromissos formais e não descuide das necessidades afetivas.

GÊMEOS (21 mai. A 20 jun.)
A Lua transita por Aquário, o que acentua sua necessidade de viver novas situações e reforça seu lado aventureiro. Viajar e tomar contato com lugares e pessoas diferentes será estimulante. DICA: você pode ler e estudar para aprofundar conhecimentos, aprender e ampliar sua visão de mundo.

CÂNCER (21 jun. a 21 jul.)
Tudo o que representa transformação está favorecido pela Lua, que torna estes dias propícios para você se libertar daquilo que considera ultrapassado em sua vida. Você terá condições de entender suas reais motivações, agindo de modo coerente com elas. DICA: os processos de autoanálise estão em alta.

LEÃO (22 jul. a 22 ago.)
Até depois de amanhã, o trânsito da Lua se dá através do signo oposto ao seu, por isso o interesse pelos outros vai se acentuar. As relações pessoais serão particularmente movimentadas. Mas tenha tato, não se deixe levar pela competitividade. DICA: procure se unir aos outros.

VIRGEM (23 ago. a 22 set.)
Graças à Lua, você entra em excelente período para repensar os hábitos alimentares e constatar o quanto eles são responsáveis por suas condições físicas. Dietas emagrecedoras ou purificadoras serão eficazes. DICA: não crie caso com os outros, procure ser o mais tolerante possível.

LIBRA (23 set. a 22 out.)
As atividades esportivas e de lazer estão mais favorecidas nestes dias, pois a Lua está exatamente sobre a sua casa da vitalidade e alegria. Ela anuncia uma fase divertida e estimulante, durante a qual sua capacidade de amar e de ser feliz estará mais marcante. DICA: curta plenamente a vida!

ESCORPIÃO (23 out. a 21 nov.)
Você, que já aprecia bastante as horas de isolamento, sossego e introspecção, pode usufruir delas nestes dias em que a Lua está em seu signo de concepção. Aproveite para ficar mais tempo em casa e participar das questões familiares. DICA: a necessidade de intimidade e aconchego estará mais acentuada.

SAGITÁRIO (22 nov. a 21 dez.)
A Lua assinala ótima fase para se informar, se atualizar e aprender mais sobre assuntos que lhe interessam. Você pode iniciar algum curso, inclusive de língua estrangeira. DICA: sua enorme capacidade de comunicação e de verbalização está em alta. Será mais fácil fazer novas amizades.

CAPRICÓRNIO (22 dez. a 20 jan.)
A Lua faz com que você volte grande parte da sua atenção e energia para as coisas concretas. Nestes dias, você pode realizar seus planos com especial facilidade, partindo com eficiência da teoria para a prática. DICA: acautele-se contra comportamentos excessivamente possessivos.

AQUÁRIO (21 jan. a 19 fev.)
Até depois de amanhã, a Lua está em seu signo e anuncia dias de intensa vitalização para você, que pode recarregar as baterias físicas e psíquicas. Aproveite para cuidar da imagem e se concentrar em tudo o que lhe diz respeito. DICA: mantenha os canais receptores abertos, deixe-se energizar plenamente.

PEIXES (20 fev. a 20 mar.)
O trânsito da Lua sobre o seu setor místico fortalece a fé e anuncia período excelente para você ficar a sós. Cultive a espiritualidade, concentre a mente em tudo de benéfico que deseja para si e para a coletividade. DICA: não se jogue de cabeça em situações nebulosas. Procure se preservar ao máximo.

SUDOKU

			2		9		5	
								3
	5			6		2		8
				7				
		6	1		2	7		
3	1				8			
	4						3	
		1		9		4	7	
2	6							

www.cruzadas.net

Para jogar basta completar cada linha, coluna e quadrado 3 x 3 com números de 1 a 9. Não há nenhum tipo de matemática envolvida.

SOLUÇÃO ANTERIOR

8	3	6	5	4	1	9	7	2
4	9	2	8	3	7	5	6	1
7	1	5	6	2	9	3	4	8
5	7	3	9	1	6	8	2	4
2	6	1	4	8	5	7	9	3
9	8	4	2	7	3	6	1	5
1	5	7	3	9	2	4	8	6
6	2	8	7	5	4	1	3	9
3	4	9	1	6	8	2	5	7

PROGRAMAÇÃO DA TV ABERTA

O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MUDANÇAS DE ÚLTIMA HORA, FEITAS PELAS EMISSORAS, NA PROGRAMAÇÃO

GABRIEL CARDOSO/SBT

Alunos da Escola Ruth Goulart brilham em "Poliana moça", sucesso teen do SBT/Alterosa

2 RECORD
CAT: (11) 3660-4000
www.rederecord.com.br

07:00 Jornal da Record 24h
07:05 MG no ar
08:40 Fala Brasil
10:00 Hoje em dia
11:50 Balanço geral Minas
13:45 Iurd
13:48 Balanço geral Minas
15:30 Os dez mandamentos
16:30 Cidade alerta
17:10 Jornal da Record 24h
17:15 Cidade alerta
17:40 Jornal da Record 24h
18:00 Cidade alerta Minas
18:55 MG Record
19:55 Jornal da Record
21:00 Jesus
21:45 Vidas em jogo
22:45 Super tela
00:30 Jornal da Record 24h
00:45 Iurd

4 REDE TV!
CAT: (11) 3306-1000
www.redetv.com.br

05:00 Igreja Internacional da Graça de Deus
08:30 Ultrafarma
09:00 Manhã do Ronnie
10:25 Vou te contar
11:50 Igreja Batista Avivamento Mundial
12:30 Eleve
13:00 Iurd
15:00 A tarde é sua
17:00 Iurd
18:00 Alerta nacional
19:30 RedeTV! news
20:30 Igreja Internacional da Graça de Deus
21:30 TV fama
22:30 Operação de risco
00:45 Leitura dinâmica
01:30 Miados e latidos
02:30 João Kleber show – Melhores momentos
03:00 Igreja da Graça no seu Lar

5 SBT/ALTEROSA
CAT: (31) 3237-6000
www.alterosa.com.br

06:00 Primeiro impacto
07:00 Iurd
08:00 Primeiro impacto
11:40 Alterosa esporte
12:45 Alterosa alerta
13:30 Alterosa agora
14:15 Henry Danger
15:20 Casos de família
16:20 Fofocalizando
17:20 A dona
18:30 Três vezes Ana
19:20 Jornal da Alterosa
19:45 SBT Brasil
20:30 Poliana moça
21:30 Cúmplices de um resgate
22:15 Programa do Ratinho
23:15 Tela de sucessos
01:00 The noite
02:00 Operação Mesquita
02:45 SBT news na TV

7 BAND
CAT: (11) 3742-3011
www.redeband.com.br

04:00 1º Jornal
06:00 Show da fé
08:00 Bora Brasil
09:25 The chef com Edu Guedes
11:00 Jogo aberto
12:30 Os donos da bola
13:30 Cozinha campeã
13:45 +Info
14:00 Mundo dos negócios
14:30 Melhor da tarde
16:00 Brasil urgente
18:50 Jornal Band Minas
19:20 Jornal da Band
20:30 Faustão na Band
22:00 Valor da vida
23:00 Papo com sabor
00:30 Agenda carioca
00:35 Jornal da Noite
01:25 Que fim levou?
01:30 Esporte total
02:25 O melhor do UFC
02:55 Semana da Bundesliga
03:25 Jornal da Band
04:00 Estação cinema

9 REDE MINAS
CAT: (31) 3254-3000
www.redeminas.tv

06:30 Sanfonas do Brasil
07:00 Cocoricó
07:15 Vamos brincar
07:30 Se liga na educação
11:15 Se liga no tira dúvidas
12:30 Jornal Minas 1ª edição
13:00 Brasil das Geraes
13:30 Detetives do Prédio Azul
14:00 Dango Balango
14:30 Quintal da Cultura
16:00 Brasil visto de cima
16:30 Cães terapia
17:00 A floresta esquecida na Malásia
18:00 Detetives do Prédio Azul
18:30 Seis na ilha
19:00 Agenda
19:30 Jornal Minas 2ª edição
20:00 Cinematógrafo
20:30 Opinião Minas
21:00 Jornal da Cultura
22:00 Estação livre
23:00 Faixa de cinema

12 GLOBO
CAT: (31) 4002-2884
www.redeglobo.com.br

04:00 Hora um
06:00 Bom dia Minas
08:30 Bom dia Brasil
09:30 Encontro
10:35 Mais você
11:45 MG1
13:00 Globo esporte
13:25 Jornal Hoje
14:45 Chocolate com pimenta
15:40 Sessão da tarde
17:15 O rei do gado
18:25 Mar do sertão
19:10 MGTV 2ª edição
19:40 Vai na fé
20:30 Jornal Nacional
21:20 Travessia
22:25 BBB23
23:15 Globo repórter
00:05 Jornal da Globo
00:55 Conversa com Bial
01:35 Vai na Fé – Reapresentação
02:20 Comédia na madruga
03:05 Corujão

FILMES

15h40 na Globo

INCONTROLÁVEL
EUA, 2010. Direção de Tony Scott. Com Denzel Washington, Chris Pine, Rosario Dawson, Ethan Suplee, Kevin Dunn, Kevin Chapman, David Warshofsky e Kevin Corrigan. Trem carregado de produtos tóxicos está desgovernado. Ccondutor e maquinista experientes precisam evitar que uma cidade seja destruída.

23h15 no SBT/Alterosa

POSEIDON
EUA, 2006. Direção de Wonfgang Peterson. Com Josh Lucas, Kurt Russell e Richard Dreysfuss. O transatlântico Poseidon é atingido por uma onda gigantesca que o faz virar de cabeça para baixo em alto - mar. Alguns poucos sobreviventes contrariam as orientações do capitão e se arriscam em busca de uma saída.

3h05 na Globo

POLÍCIA FEDERAL – A LEI É PARA TODOS
EUA, 2017. Direção de Marcelo Antunez. Com Antonio Calloni, Flavia Alessandra, Bruce Gomlevsky e Marcelo Serrado. A partir de operação da Polícia Federal, equipe assume investigação que revela estrutura de desvio de dinheiro público envolvendo construtoras e o governo.

4h na Band

BEM-VINDO À SELVA
EUA, 2012. Direção de Rob Meltzer. Com Jean - Claude Van Damme, Adam Brody e Rob Huebel. Grupo de funcionários de uma empresa é enviado para ilha deserta, onde será realizado o seminário liderado por Storm, ex- combatente de guerra que parece estar louco. O que deveria ser uma viagem de descanso e autodescoberta acaba se transformando em caos quando o piloto do avião é encontrado morto.

CRUZADAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Solução

CINEMA

Trama tem “buracos” em relação ao filme original, dificultando a compreensão do público. Mago morto reaparece, vingança de vilãs não se justifica e lero-lero domina os diálogos

Deuses têm tudo para ficar furiosos com “Shazam! 2”

Há algumas semanas, Helen Mirren viralizou nas redes sociais ao dizer que a história do filme “Shazam! Fúria dos deuses” era uma coisa muito complicada de explicar.

A declaração, piada no talk show britânico “The Graham Norton show”, veio colada a outro desabafo da artista, que confessou não entender as referências dos mais jovens, fãs do filme que ela discutia.

Pode não ser a intenção da atriz britânica, que comentava, naquela hora, a distância entre gerações, mas as falas dela não estão longe da experiência com o longa. A continuação é um grande desafio de concentração, e mesmo o público mais atento tem dificuldade de entender o que acontece.

ATLAS A começar pelo próprio papel de Mirren, que ao lado de Lucy Liu e Rachel Zegler é uma das vilãs da história, as filhas do titã Atlas. O filme revela posteriormente que as três irmãs, deusas aprisionadas, se libertaram do cativeiro graças aos eventos mostrados no primeiro capítulo.

Mas em nenhum momento isso é mostrado. A produção já começa com elas tocando o terror em um museu na Grécia para recuperar o cajado visto e usado no filme original.

A produção é rápida em mostrar que continuidade não é o seu forte. A trama não economiza em diálogos, cheios de lero-lero mágico, para preencher buracos que a preguiça não justifica na tela.

Bom exemplo é o mago que morreu para dar poderes ao herói Billy Batson no original, vivido por Djimon Hounsou, que de repente reaparece vivo. Por quê? Ninguém sabe.

Do lado das antagonistas, a situação não melhora quando se tenta entender suas motivações. Como o título sugere, as irmãs estão furiosas pelo isolamento de milhares de anos e buscam vingança. Mas por que contra os humanos, que só testemunharam a briga?

Cada uma delas tem sua opinião sobre o assunto, desde a que nutre simpatia por nós, pobres mortais, à que só quer destruir a Terra, e a questão vira impasse a certa altura. O filme também muda o objetivo das vilãs, que passam a procurar uma semente do jardim do Éden para criar o novo mundo de deuses. O local de plantio da semente afasta de vez os interesses das três, com direito a traição.

A vingança é um prato que se come frio, dizia o velho provérbio que abre “Kill Bill”. No cinema, porém, é necessário pelo menos servir o prato para que se possa saboreá-lo, algo que o filme de Tarantino fazia bem até mesmo com a história de uma das vilãs, O-Ren Ishii (Lucy Liu).

“Shazam! Fúria dos deuses” não só tem duração parecida, como a ótima presença de Liu para fazer uma vilã tão impiedosa quanto a O-Ren de “Kill Bill”. Mas mal dá para entender as ambições da personagem, e resta à atriz viver de “carão” a cada cena, montada no dragão de madeira feito em CGI – outro acontecimento inexplicável.

Porém, nem tudo é groselha na sequência, que tem lá seus momentos na história do protagonista adolescente. Prestes a completar 18 anos, Billy passa por uma crise. Ao chegar à idade adulta, o órfão não é mais protegido pelo governo, responsável por levar o jovem à sua família adotiva.

Para piorar, os irmãos, também órfãos e agora superpoderosos, estão tomando outros rumos, a exemplo da mais velha, que trabalha para entrar na faculdade. Enquanto tenta salvar o mundo como Shazam, Billy luta para manter sua nova vida inalterada.

AGONIA O diretor David F. Sandberg vê um bom drama nessa agonia e dá espaço a ele quando a trama precisa de um respiro da ação. Mas esses intervalos são minúsculos.

O roteiro de Henry Gayden, que escreveu o filme original, e de Chris Morgan, famoso pela franquia “Velozes e furiosos”, está muito mais preocupado em encher a trama com o máximo possível de arcos de personagem.

A história de Billy termina perdida entre os vários dramas pessoais de cada irmão e mesmo das três vilãs, que em nada se relacionam com eles.

O procedimento não é novo no atual cenário dos filmes de super-herói. É tanta preocupação em preencher o tempo, de justificar cada momento épico em cena, que se perde de vista o essencial da história.

“Shazam! 2” ao menos é honesto, o que é vantagem sobre os outros. O clímax – atenção para o spoiler – termina com as criaturas virando pó, em confissão à altura da banalidade divina em curso. (Pedro Strazza – Folhapress)

WARNER BROS./REPRODUÇÃO

Lucy Liu, Helen Mirren e Rachel Zegler interpretam o trio de vilãs na trama que Mirren considerou complicada de explicar

“SHAZAM! FÚRIA DOS DEUSES”
EUA, 2023. Direção de David F. Sandberg. Com Zachary Levi, Helen Mirren e Lucy Liu. Em cartaz nas salas das redes Cinemark, Cineart, Cineserla e Cinépolis.

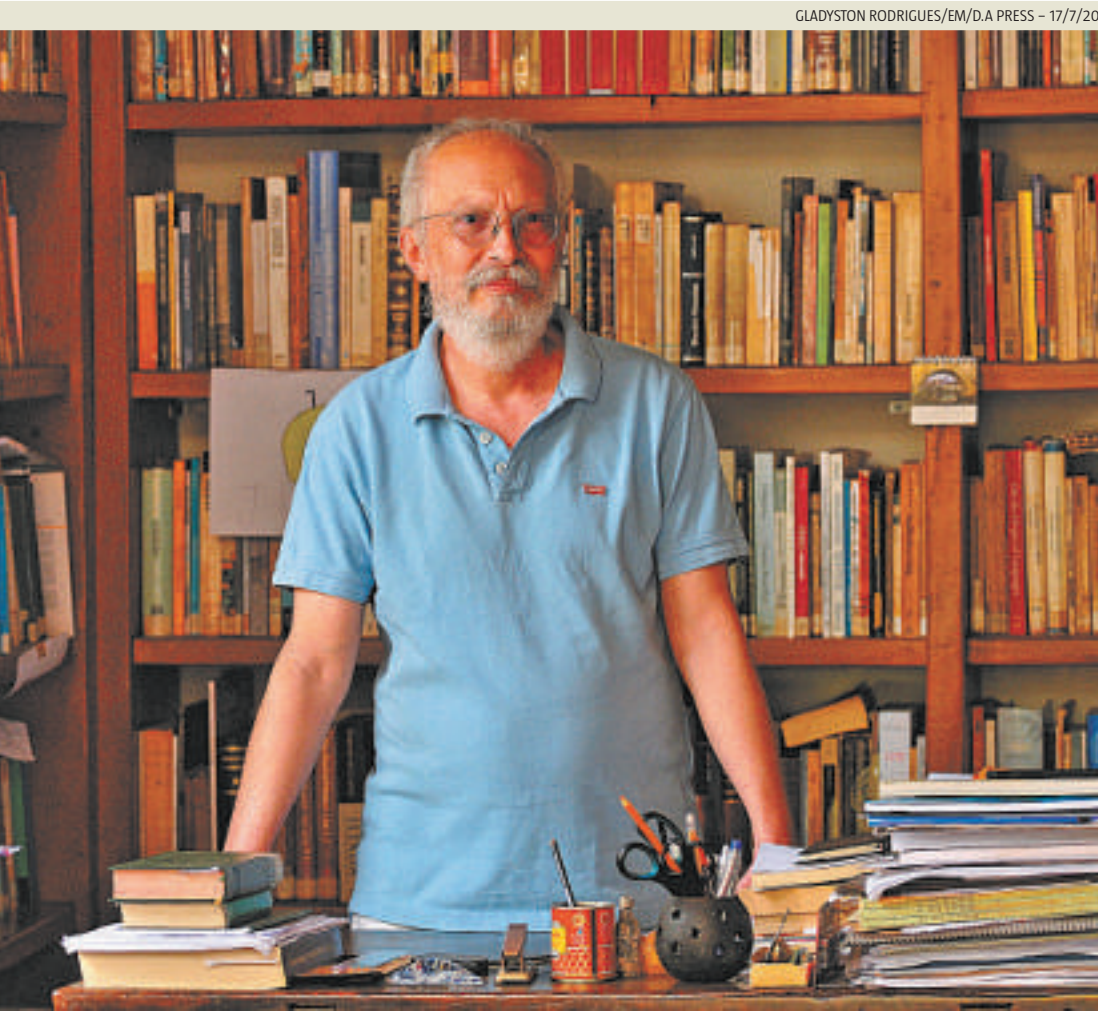
HELVÉCIO CARLOS
>>helveciofigueiredo.mg@diariosassociados.com.br

MERCADO
NOVOS RUMOS

O impacto do Tik Tok no mercado musical, com show de Kaike e Bea Galhano, poderá ser conferido na agenda de hoje do projeto Macacolab Sessions. Amanhã (18/3), haverá debate sobre a comunicação nos festivais, embalado pelo som de Augusta Barna e Dudu Amendoeira. Fechando a primeira semana do encontro, o funk de BH será o tema de domingo (19/3), com Gordão do PC e MC Leozin agitando a programação. O evento é realizado no espaço Macacolab, no Bairro Santa Tereza, a partir das 18h.

NO BARRO PRETO
COLETIVA NA MITRE

Com curadoria de Luly Lage e Marcel Diogo, a Mitre Galeria abre, nesta sexta-feira (17/3), a mostra “maa – Exposição coletiva”. O público poderá conferir trabalhos de Alice Ricci, Davi de Jesus Nascimento, Domingos Nunes, Dyana Santos, Éder Oliveira, Froid, Gisele Camargo, Guilherme Santos da Silva, Hariel Revignet, Heitor dos Prazeres, Isa do Rosário, Jess Vieira, Joacélio Batista, Manfredo de Souzanetto, Marcone Moreira, Marcos Siqueira, Maria Lira Marques, Massuelen Cristina, Paulo Nazareth, Priscila Rezende, Randolpho Lamonier, Sebastião Januário, Sidney Amaral, Tadáskía, Wallace Pato e Yanaki Herrera.

GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS – 17/7/20

O escritor e professor Jacyntho Lins Brandão vai comandar a Academia Mineira de Letras

AML
NOVA DIREÇÃO

Depois de cumprir dois mandatos – em 2019/2021 e 2021/2023 –, o jornalista Rogério Faria Tavares prepara a transmissão da presidência da Academia Mineira de Letras (AML) para o secretário-geral da entidade, Jacyntho Lins Brandão. Especialista em língua e literatura gregas, ele é professor emérito e ex-vice-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A eleição está prevista para 17 de abril, com participação dos 40 acadêmicos. A vice de Jacyntho será a professora Antonieta Cunha, ex-secretária de Cultura de Belo Horizonte. O jornalista JD Vital assumirá a secretaria-geral, e o escritor Luís Giffoni permanecerá como tesoureiro.

•••

A posse da nova diretoria e dos três conselhos ocorrerá em 17 de maio, na sede da AML, em Lourdes. Na ocasião, será lançado o número 83 da “Revista da Academia”, com dois dossiês especiais: “Literatura e psicanálise”, organizado por Laura Rubião, integrante da seção mineira da Escola Brasileira de Psicanálise, e “Poesia contemporânea de Minas Gerais”, organizado por Rogério Faria Tavares e a poeta Ana Elisa Ribeiro, uma das vencedoras do Prêmio Jabuti no ano passado.

ARRAIÁ
RECORDE DE VENDAS

Para quem não vê a hora de voltar – presencialmente – às festas juninas, é bom ficar esperto com os ingressos. Não há mais mesas para o “arraiá” do Pampulha Iate Clube (PIC), cujas entradas já estão no final. A diretoria do clube informa que esta edição baterá recorde de vendas em relação às juninas anteriores, que tiveram Chitãozinho & Xororó e Luan Santana como atrações. A animação da festança do PIC, marcada para 3 de junho, ficará por conta de Michel Teló.

REPRODUÇÃO

AUTISMO
NOVO TÍTULO

Segundo livro do artista plástico, cineasta e escritor Ernane Alves, “O Garoto Satélite – Autismo e sexualidade” terá manhã de autógrafos em 1º de abril, das 11h às 13h, no Palácio das Artes. O autor aborda temas delicados como bullying, autoaceitação, adolescência e vida adulta dentro do espectro do autismo, com ênfase na sexualidade. “Garoto Satélite” não é a continuação de “Colapso azul – Um olhar particular sobre o autismo”, título de estreia de Ernane. “Os livros são complementares”, explica.

EM ★ SÉRIE

A logomarca de hoje homenageia a série "Final space"

RECAP

VALERIE MACON / AFP

SÉRIE ENTRE AMIGOS

Matthew McConaughey (**foto**) e Woody Harrelson, a dupla imbatível da primeira temporada de "True detective" (2014), vai se reunir mais uma vez na TV. Os dois estarão na nova comédia da Apple TV+ criada por David West Read. Na série ainda sem título, vão interpretar versões de si mesmos. Na produção de 10 episódios, McConaughey, que é casado com a mineira Camila Alves; Harrelson e suas respectivas famílias tentarão viver juntos no rancho do primeiro, no Texas. É claro que os limites estreitos colocarão à prova a amizade dos atores.

FRAZER HARRISON / AFP

"THE LAST OF US" É RENOVADA

Encerrada no último domingo (12/3), a primeira temporada de "The last of us" se tornou a produção mais assistida da história da HBO Max na América Latina. A repercussão da produção, baseada no game homônimo, garantiu uma segunda temporada. Bella Ramsey (**foto**) também foi confirmada para retornar com a personagem Ellie.

"SWEET TOOTH" VOLTA EM ABRIL

A Netflix lança em 27 de abril a segunda temporada de "Sweet tooth". A série de fantasia produzida por Robert Downey Jr., acompanha Gus (Christian Convery), um menino-cervo que vive em um futuro pós-apocalíptico e faz parte de uma nova raça híbrida de humanos e animais. Nos novos episódios, Gus e seus companheiros híbridos são mantidos em cativeiro pelos Últimos Homens a fim de encontrarem a cura para o Flagelo.

"LARGADOS, PELADOS E CONGELADOS"

A primeira temporada de "Largados, pelados e congelados" estreia no próximo dia 26, no canal Discovery e na plataforma de streaming Discovery+. No programa, 12 participantes são deixados nas montanhas rochosas de Montana, nos Estados Unidos. O desafio dura duas semanas, período em que eles ficam sem roupas, água ou comida e divididos em equipes, tentando se alimentar e se proteger.

APPLE/DIVULGAÇÃO

MAIS SESSÕES GARANTIDAS

"Falando a real" (**foto**), série estrelada por Jason Seagal e Harrison Ford, foi renovada e ganhará uma segunda temporada na Apple TV+. A história acompanha um terapeuta que, em luto e ignorando totalmente a ética, passa a opinar ativamente nas vidas de seus pacientes, dizendo a eles exatamente o que pensa.

ANITTA EM "ELITE"

Agora é oficial: a Netflix confirmou Anitta na sétima temporada de "Elite". Além da estrela brasileira do pop, outros nomes se juntam ao elenco da série espanhola: Mirela Bali, Fernando Lindez, Gleb Abrosimov, Iván Mendes, Alejandro Albarracín, Maribel Verdú e Leonardo Sbaraglia. Os episódios estão em produção e não se sabe quando serão lançados.

SUZANNA TIERIE/DIVULGAÇÃO

Segunda temporada da série sobre garoto de classe média que lidera quadrilha de assaltantes encurta o tempo em que se passa a trama e aumenta a intensidade da ação

"Dom" volta com o pé no acelerador

MARIANA PEIXOTO

Ao final de cada um dos oito episódios da segunda temporada de "Dom", que estreia nesta sexta-feira (17/3), no Prime Video, aparece o crédito "Uma série de Breno Silveira". As letras vão desaparecendo, dando lugar a um "in memoriam". Em maio de 2022, o cineasta morreu, aos 58 anos, após ter um infarto, enquanto rodava o filme "Dona Vitória", no interior de Pernambuco.

Silveira filmou toda a segunda temporada, rodada em 2021, no Uruguai e na Amazônia. A série estava em fase de pós-produção quando o diretor morreu, e a sua equipe continuou com o trabalho. Os mesmos profissionais, agora sob o comando de Adrian Teijido (diretor de fotografia da série e também do longa "Gonzaga: De pai pra filho", que Silveira lançou em 2012), concluiu, na última terça-feira (14/3), as gravações da terceira temporada, que não tem data de estreia prevista.

"Breno concebeu o projeto em três temporadas. E ele já tinha escrito a terceira. Não mexemos no time (de profissionais), não trouxemos ninguém para o processo. A figurinista sabe exatamente o que ele iria querer, o fotógrafo e o montador também. Então, todos sabiam continuar a história que ele queria contar", afirma Malu Miranda, chefe de conteúdo brasileiro para o Amazon Studios.

PAI A história de Pedro Machado Lomba Neto, o Pedro Dom (1981-2005), garoto de classe média viciado em drogas que chefiou uma quadrilha de assaltantes de edifícios de luxo no Rio de Janeiro, chegou para Silveira por meio do pai do personagem. Luiz Victor Dantas Lomba (1944-2018), policial civil que atuou no combate às drogas e integrou o Esquadrão da Morte, procurou o diretor no final dos anos 1990, pedindo que ele contasse a história.

A segunda temporada começa com uma nova perseguição a Dom (Gabriel Leone). De moto, ele atravessa um viaduto no Rio de Janeiro. Um grupo de policiais o espera na saída. O que vai acontecer a partir dali só vai aparecer no último episódio, pois, a exemplo da temporada anterior, a série vai e volta no tempo, contando a história de Dom e também a de Victor na juventude (papel que cabe a Filipe Bragança; na idade adulta, o personagem é interpretado por Flávio Tolezani).

Mas se a temporada de estreia tinha um escopo amplo, abrangendo ao menos três décadas, a nova vai diminuindo o espaço temporal. A ação, no presente, será de oito meses – que revela também o nascimento do filho de Dom com Jasmin (Raquel Villar). Mas, neste recomeço, o personagem está com Viviane (Isabella Santoni), e o excesso de cocaína o leva para uma escalada maior de violência.

"Para mim, a Viviane e o Dom se espelham o tempo todo, até mesmo por terem bióticos que lhes abrem portas. E ela acaba traçando outras estratégias, mas com a adrenalina sempre alta", comenta Isabella. "A Jasmin não tem a mesma estrutura familiar (que a Vivi), e teve a sorte de perceber isto. Como é sozinha, entendeu que teria que sair (das drogas) pois não teria mamãe e papai levando-a para nenhum lugar", comenta Raquel.

Gabriel Leone comenta sobre sua experiência na nova temporada. "Foi a primeira vez que retomei um personagem. Não sabia o que esperar, mas, quando voltei, foi como se eu tivesse dado um 'pause' na história. Um ano depois, dei o 'play' novamente e foi muito fluido para mim", afirma.

"É muito interessante a possibilidade de contar uma história em mais de uma temporada. Algumas pessoas comentaram que a gente tinha suavizado o Dom no primeiro ano. Respondia que isto vem da construção. Se na primeira a gente tivesse dado o grau 10, não haveria como expandir a segunda e a terceira. E nesta, há um crescente, pisamos no acelerador mesmo", comenta.

Quando "Dom" estreou, em junho de 2021, ela se tornou, na época, a produção internacional (não falada em inglês) mais assistida do Prime Video. Fora do Brasil, os países que mais viram a série foram a Índia e os Estados Unidos.

"Por mais que seja uma história real, no Rio, com favela e funk como pano de fundo, coisas familiares para os brasileiros, o cerne é a relação de pai e filho, e a dependência química, questões absolutamente universais", diz Leone, a respeito da boa aceitação da produção pelo público estrangeiro.

Na Índia, o fenômeno foi tão forte que Isabella, após um levantamento dos dados demográficos em suas redes sociais, descobriu que, no Instagram, 1 milhão (dos 10 milhões) dos seus seguidores vinham da Índia. "Isto mostra que, por mais que a cultura e a língua sejam muito diferentes, as pessoas se conectaram com a história", afirma a atriz.

"DOM"

● A segunda temporada, com oito episódios, estreia nesta sexta-feira (17/3) no Prime Video

PASSAGEM PARA O TÉDIO

Eugene Levy é um ator canadense de 76 anos, hoje mais conhecido pela comédia "Schitt's Creek" (2015-2020), que terminou em alta no primeiro ano da pandemia, arrebatando um punhado de prêmios. Logo no início de "O viajante relutante", série da AppleTV+, ficamos sabendo de uma coisa a mais sobre Levy: ele odeia viajar.

É este o mote – e a graça – da série. Nos oito episódios, Levy viaja para alguns lugares exóticos – a Lapônia, na Finlândia, que o mundo conhece como a "terra do Papai Noel", e as Maldivas – e outros destinos mais conhecidos, como Lisboa, Veneza e Tóquio. A todo momento, vê-se o desconforto deste senhor espirituoso que pouco viajou – e tem horror a coisas que as pessoas costumam adorar, como uma praia paradisíaca.

Em todos os lugares, ele fica hospedado em hotéis de luxo, nada acessíveis ao viajante médio. E não se deslumbra nunca com a pompa. Nas viagens, Levy não faz o circuito turístico padrão. Participa de "experiências", essa palavrinha hoje usada de forma quase insuportável para tudo que foge do senso comum.

GELO Mas é daí que vêm boas histórias. Na Lapônia, no episódio de abertura, o ator vai pescar no gelo com um morador local. Este leva seu filho de 6 anos, que Levy logo chama de "inimigo". O garoto, que não dá a menor bola para ele, consegue pescar com a maior facilidade, enquanto Levy passa um vexame atrás do outro.

APPLE/DIVULGAÇÃO

Em "O viajante relutante", Eugene Levy, conhecido por "Schitt's Creek", visita lugares paradisíacos, mas não consegue gostar de quase nada

Em Lisboa, cidade sobre a qual ele humildemente assume sua total ignorância, o ator participa de uma apresentação de fado – toca, ou melhor, arranha, um violão.

Nas Maldivas, o desconforto é maior diante do exagero do luxo do hotel com pouco mais de uma dúzia de quartos, em que o hóspede, cada qual com seu próprio mordomo, fica praticamente no mar. Ele não tem muito o que fazer ali, já que praticamente todas as atividades envolvem molhar o corpo. Acaba indo xeretar na cozinha com chef estrelado.

Assim como boa parte de produções sobre turismo, o ator quase sempre acaba se rendendo às atrações. Mas com uma dose de ironia, e outro tanto de autodepreciação, Levy acaba nos fazendo viajar com ele. (MP)

"O VIAJANTE RELUTANTE"

● A série, com oito episódios, está disponível na AppleTV+

PRÓXIMOS EPISÓDIOS

LIONSGATE/DIVULGAÇÃO

● "POWER BOOK II: GHOST"

Terceira temporada da série que integra a franquia "Power", produzida por 50 Cent. Nos novos episódios, Monet se encontra em uma encruzilhada com sua família. Brayden é forçado a decidir entre sua família biológica e a família escolhida. E Tariq está ascendendo cada vez mais no mundo das drogas.

▪ **Nesta sexta (17/3), no Lionsgate+**

● "EXTRAPOLATIONS – UM FUTURO INQUIETANTE"

Minissérie que mostra como os efeitos das mudanças climáticas se tornaram comuns em nosso dia a dia. As oito histórias interligadas contam com um elenco de estrelas: Meryl Streep, Sienna Miller, Kit Harington, Daveed Diggs, Edward Norton, Diane Lane, Matthew Rhys, Gemma Chan, David Schwimmer, Keri Russell, Marion Cotillard e Forest Whitaker.

▪ **Nesta sexta (17/3), no AppleTV+**

● "OS SEGREDOS DA CIVILIZAÇÃO"

De que forma as catástrofes naturais e eventos climáticos mudaram o curso da humanidade? Para esclarecer esta e outras questões, a série utiliza novas descobertas científicas e tecnológicas, trazendo uma visão inovadora do mundo antigo, da Era do Bronze à queda do Império Romano.

▪ **Nesta sexta (17/3), às 18h40, no canal History**

● "O MAESTRO E O MAR"

NETFLIX/DIVULGAÇÃO

Um músico se muda para uma ilha pitoresca com a missão de comandar um festival de música, mas sua vida vai passar por uma reviravolta inesperada nesse novo lugar.

▪ **Nesta sexta (17/3), na Netflix**

● "TRATO FEITO: PÉ NA ESTRADA"

Spin-off da série "Trato feito". Na nova produção, Rick Harrison, seu filho Corey Harrison e Austin "Chumlee" Russel viajam pelos Estados Unidos, em busca de raridades e artigos valiosos. Depois de anos negociando atrás do balcão, o trio inicia essa nova jornada em um Cadillac Sedan Deville 1982 restaurado.

▪ **Segunda (20/3), às 20h35, no canal History**

● "CIDADE INVISÍVEL"

NETFLIX/DIVULGAÇÃO

Segunda temporada da série nacional. Depois de voltar à vida em águas sagradas perto de Belém, no Pará, Eric (Marco Pigossi) faz de tudo para encontrar a filha, Luna (Manu Dieguez). E, nessa busca, ele poderá descobrir sua verdadeira natureza.

▪ **Quarta (22/3), na Netflix**

● "VOSSO REINO"

Segunda temporada da série argentina. Com uma batalha entre o bem e o mal, a produção vai acompanhar a história do líder religioso Emilio Vázquez Pena. Na temporada 1, ele assumiu a liderança na corrida presidencial da Argentina após o assassinato do companheiro de partido. A produção causou polêmica entre políticos evangélicos tanto em seu país natal quanto no Brasil.

▪ **Quarta (22/3), na Netflix**

ESTADO DE MINAS
SEXTA - FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2023

UMA VOZ PARA OS EXCLUÍDOS

O escritor gaúcho José Falero lança hoje, em BH, o livro "Vila Sapo", com sete contos de outro Brasil real: o da periferia marginalizada, pouco visível na literatura brasileira

PAULO NOGUEIRA

Uma voz para os excluídos da literatura, para os excluídos da sociedade pelo preconceito social e racial. É o que representam as obras do escritor gaúcho José Falero, que lança hoje, em BH, seu livro "Vila Sapo". Publicado originalmente em 2019 pela editora Venas Abiertas, é o primeiro livro do autor e volta agora ao mercado pela editora Todavia, que já lançou seus dois seguintes – o romance "Os supridores" (2020) – finalista do prêmio Jabuti, o principal da literatura brasileira – e as crônicas "Mas em que mundo tu vive?" (2021). "Vila Sapo" contém sete contos repletos de oralidade e gírias – tá ligado? – sem obrigação com a língua culta, um grito de outro Brasil real ainda ignorado na literatura brasileira em geral. São personagens pobres, pretos, trabalhadores, mães, adolescentes, criminosos... de uma comunidade de Porto Alegre, uma reprodução das periferias país afora, pessoas que, independentemente de juízo de valor ou da legalidade, também querem ser felizes e desfrutar os prazeres da vida, mas esbarram na barreira da discriminação.

"Os supridores" apresenta o cotidiano de Pedro, morador da periferia que trabalha num supermercado como supridor (repositor de mercadorias) explorado e oprimido pelo patrão. Sem ter como sobreviver financeiramente, ele convence o amigo Marques a começar a vender maconha para ganhar muito dinheiro e melhorar de vida, enfrentando as arriscadas consequências dessa atividade. No fim das contas, ambos querem aproveitar os prazeres da vida, mesmo que para isso tenham que cair na criminalidade.

"Mas em que mundo tu vive" reúne 58 crônicas, em que, mais uma vez, Falero escancara o Brasil "invisível" da periferia que começa a ser reproduzido em "Vila Sapo". Na crônica que dá nome e abre a obra, o protagonista, desempregado, vai trabalhar numa obra, serviço braçal pesado, para substituir o primo, que se sentia explorado e largou o emprego, depois que foi reclamar das condições de trabalho e ouviu do patrão: "Mas em que mundo tu vive". Ou seja, essa é a realidade, queria tratamento digno? Nesse terceiro livro, outro personagem desabafa em uma das crônicas: "Este país sempre foi assim, rachado em dois, dividido entre os que chamam a polícia e os que fogem da polícia". Ele conta como foi tratado inúmeras vezes como "suspeito" pela polícia. Não por ter cometido crimes, mas por causa de sua cor e sua origem.

Em "Vila Sapo", a polícia é onipresente com seu "cheiro de morte", como no conto "Atotô": "Nada tem mais cheiro de morte do que os porco [polícia], ainda mais numa situação que nem aquela que nós tava. Imagina: madrugada, favela, três preto na rua, um deles espiando uma baia [na porta de vidro da vizinha], nenhuma testemunha para desmentir qualquer história que os porco inventasse depois. Porra, cheiro forte de morte!"

O medo, a desconfiança alheia, principalmente da polícia, e o preconceito são rotina na vida dos personagens semiautobiográficos de Falero, que sabe o que está falando porque vivenciou tudo isso em sua comunidade em Porto Alegre. Essa experiência e o talento literário do autor culminam numa obra que tira ironia, humor e lirismo de uma dura realidade. No conto "Otário com sorte", por exemplo, estão definidos com todas as letras os sentimentos de rejeição e resignação: "O bonde tá vazio. Eu sento lá na cozinha, bem no meio. O cobrador me olha de tempos em tempos, pra ver se eu ainda não tirei uma pistola da cintura. Eu entendo ele. Não condeno ele. É sábado, tá tudo morto, não se vê polícia em lugar nenhum, eu subi na 12 do Pinheiro e não existe nenhuma diferença entre a maneira como eu me visto e maneira como se veste um ladrão. Um ladrão ou um traficante: é só escolher. Eu só não roubo nem trafico; tirando esses pequenos detalhes, eu sou um ladrão ou um traficante. Eu entendo o cobrador, que não para de me olhar; eu entendo a polícia, que vive me dando paredão; eu entendo as madames, que atravessam a rua bem ligeiro quando botam os olhos em mim".

E para ilustrar a oralidade e a indignação em suas obras, Falero e seus personagens têm sempre na ponta da língua a trilha sonora dos seus desabafos: o rap do Racionais MC's, liderado por Mano Brown, já citado na terceira linha do primeiro conto de "Vila Sapo" com o disco "Sobrevivendo no inferno". E vai uma pala: "Cada lugar uma lei, eu tô ligado/No extremo sul da zona sul tá tudo errado/Aqui vale muito pouco a sua vida/Nossa lei é falha, violenta e suicida/Se diz que me diz que não se revela/Parágrafo primeiro na lei da favela/Assustador é quando se descobre/Que tudo deu em nada, e que só morre o pobre/A gente vive se matando irmão, por quê?/Não me olhe assim, eu sou igual a você/Descanse o seu gatilho, descanse o seu gatilho/Entre no trem da malandragem, o meu rap é o trilho".

- **"VILA SAPO"**
- **José Falero**
- Editora Todavia
- 78 páginas
- R$ 49,90 (impresso)
- R$ 34,90 (digital)
- Lançamento: hoje, às 19h, na livraria do Cine Belas Artes (Rua Gonçalves Dias, 1.581, Lourdes, Belo Horizonte), com roda de conversa com o autor, seguida por autógrafos

GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Falero: "As pessoas querem comentar como meus textos costumam incluir figuras omitidas ou mal-representadas na literatura"

ENTREVISTA / JOSÉ FALERO

"Eu não sou um lobo solitário"

"Vila Sapo", "Os supridores" e "Mas em que mundo tudo vive?". Com linguagem bem peculiar, os seus três livros rompem com o elitismo e o racismo na literatura brasileira, dão voz à periferia, a pobres, pretos e também a criminosos. Sem juízo de valor ou de lei, todos querem ser felizes e curtir a vida como qualquer pessoa. Você tem algum retorno dos leitores e do mercado editorial em geral em torno dessa importância em suas obras?

Eu recebo muitos feedbacks, de variados tipos, sobretudo dos leitores. E a maioria desses feedbacks gira em torno justamente disso. Todos os dias pelo menos uma dúzia de pessoas entra em contato comigo nas redes sociais, e quase sempre elas querem comentar sobre como os meus textos costumam incluir figuras tradicionalmente omitidas ou mal representadas na literatura brasileira. Eu fico muito feliz, tomo isso como um elogio, mas faço sempre questão de lembrar que esses aspectos do meu trabalho não são exatamente virtudes minhas. Para início de conversa, eu não sou um lobo solitário: há todo um movimento de escritores contemporâneos cujas produções contribuem para a diversificação dos discursos, para a diversificação das temáticas, para a diversificação das elaborações estéticas, enfim, para tornar a literatura brasileira como um todo mais diversa e, por isso, melhor. E eu tenho certeza que o meu trabalho é fortemente influenciado por esse movimento, por esses escritores, por esse contexto histórico da literatura brasileira; em outras palavras, muito do que as pessoas enxergam como virtudes do meu trabalho em particular são, na verdade, virtudes coletivas, compartilhadas entre muitos dos escritores deste tempo. E às vezes acontece, inclusive, de essas virtudes coletivas serem compartilhadas não apenas por escritores contemporâneos, mas também por pessoas que nem sequer escrevem ou leem. É o que sinto quando alguém elogia aspectos da oralidade, que com frequência eu tento trabalhar nos meus textos. Uma das coisas que já me disseram, por exemplo, é que "a linguagem dos personagens é muito inteligente, expressiva, divertida", e me disseram isso como se eu tivesse inventado aquela linguagem. Bom, não inventei. Aquela linguagem, de fato inteligente, expressiva e divertida, é compartilhada por toda a minha comunidade, por todas as pessoas que têm a mesma origem e experiência social que eu, portanto não seria justo que eu recebesse o crédito sozinho. E, da mesma forma que eu me sinto influenciado e estimulado por toda essa gente, entre escritores e não escritores, gosto de pensar que talvez o meu trabalho também contribua nesse sentido, influenciando e estimulando outros escritores ou mesmo pessoas que não são do mundo literário.

No conto "Rosa-Bebê", o mais trágico de "Vila Sapo", o protagonista reflete: "A tecnologia é como uma atleta jovem e incansável correndo livre e desimpedida, sem parar, numa maratona sem fim, indo cada vez mais longe sob vigorosos aplausos e gritos e incentivo. A humanidade, coitada, não passa de uma senhora aposentada e enferma da qual ninguém mais quer saber (...) que ninguém em sã consciência apostaria que possa chegar viva até a próxima esquina". Como consequência dessa contradição, o avanço da tecnologia agrava mais ainda o abismo da injustiça social e racial? Joga por terra o mito de quando surgiu a internet, de que ela democratizaria a sociedade?

Tem uma passagem de Baden-Baden sobre o "Acordo", peça didática do Brecht, que eu gosto muito. É mais ou menos assim:

"— Um de nós atravessou o mar e descobriu um novo continente, mas muitos depois dele. Lá construíram grandes cidades com muito esforço e inteligência. — Nem por isso o pão ficou mais barato. — Um de nós construiu uma máquina cujo vapor aciona uma roda, e essa foi a mãe de muitas outras máquinas. — Nem por isso o pão ficou mais barato. — Muitos de nós meditaram sobre o movimento da Terra ao redor do Sol, sobre o mais íntimo do homem, as leis gerais, a composição do ar e sobre os peixes abissais. E descobriram grandes coisas. — Nem por isso o pão ficou mais barato. Pelo contrário, a miséria aumentou em nossas cidades, e já há muito tempo ninguém sabe o que é um homem. Por exemplo: enquanto vocês voavam, rastejava pelo chão algo semelhante a vocês, não como um homem! — Então o homem não ajuda o homem? — Não!"

Eu gosto muito dessa passagem porque explica bem o nosso problema, ou pelo menos assim me parece: as diretrizes da nossa sociedade não têm interesse no desenvolvimento humanitário; esse interesse simplesmente não está no DNA da nossa sociedade, tal como se originou, se impôs, se estabeleceu e se desenvolveu. Isso significa que nada do que venha a ser inventado numa sociedade como a nossa terá como efeito principal algum tipo de desenvolvimento humanitário, ainda que certos efeitos colaterais possam eventualmente sugerir o contrário. As redes sociais foram (mais um) exemplo disso. Se por um lado é possível alegar uma consequência positiva das redes sociais aqui e outra ali, por outro lado não podemos esquecer as consequências negativas, que me parecem muito mais numerosas e mais significativas. Isso me lembra uma coisa. Certa vez alguém fez uma foto histórica em Cuba: retratava um conjunto de jovens espantados ao redor de um dos primeiros aparelhos a funcionar com wi-fI na ilha, numa época em que todo o resto do mundo já estava plenamente familiarizado com aquele tipo tecnologia. Vi essa foto num programa de televisão, e os participantes do programa, incluindo o apresentador, comentaram sobre como consideravam aquilo uma tristeza, isto é, como consideravam triste que aquelas pessoas de Cuba estivessem acessando com tanto atraso um equipamento daquele tipo. Mas já naquele tempo Cuba havia democratizado totalmente a saúde e a educação. Já naquele tempo não havia uma única pessoa vivendo na rua ou morrendo de fome em Cuba. Enfim. Uma sociedade precisa saber o que quer. Precisa estabelecer prioridades. E receio que as prioridades da nossa sociedade não sejam as melhores.

Uma ótima e divertida surpresa em "Vila Sapo" é a pegadinha [sem spoiler aqui] no conto "Aconteceu amor", com a história do garoto que vai buscar camisinha de graça no posto de saúde para se encontrar com uma garota e é expulso pelo segurança. "Eu tinha prometido pra Marcinha que ia dar um jeito de arranjar as camisinhas". Mas, no fim, não era o que o leitor tinha pensado. A brincadeira com preservativos e esse primeiro beijo juvenil são autobiográficos?

O beijo não é autobiográfico, mas a brincadeira sim. Onde eu moro, era muito comum as crianças fazerem esse tipo de brincadeira. E se fosse só com água, as vítimas estavam no lucro.

Uma outra visão de mundo

Narrativa histórica da cisma milenar entre duas civilizações, "As cruzadas vistas pelos árabes" volta às livrarias com prefácio atualizado pelo autor Amin Maalouf

> "As cruzadas representam um acontecimento fundador no conflito entre o Ocidente e o mundo árabe"
>
> Amin Maalouf

- **"AS CRUZADAS VISTAS PELOS ÁRABES"**
- **Amin Maalouf**
- Tradução de Júlia de Rosa Simões
- Editora Vestígio
- 304 páginas
- R$ 78,90
- E-book: R$ 55,90

BERTHA MAAKAROUN

"Não sei se é um pasto de animais selvagens ou minha casa, minha terra natal!" A indignação é de um poeta anônimo, da cidade muçulmana de Maarate, no ano de 1098, após a invasão dos cruzados, chamados pelos turcos e sarracenos da fé islâmica de "franj" ou "francos", independentemente da região europeia de origem. Aquela próspera localidade sob o califado xiita Fatímida - atualmente território sírio -, onde nascera Abu al-Ala al-Maaari (973 - 1057), expoente da literatura árabe, fora um dia protegida por muralhas e guarnecida por vinhedos, campos de oliveira e figueiras. Os francos, que a caminho de Jerusalém já haviam aniquilado Niceia e Antioquia, por três dias ininterruptos passaram a população de Maarate sob o fio da espada. Em atos de canibalismo, cozinharam muçulmanos em caldeirões, empalando-os em seguida, antes de abocanhá-los. Quem relata é também o cronista franco Raul de Caen: "Em Maarate, os nossos ferviam os pagãos adultos em marmitas, enfiavam as crianças em espetos e as devoravam grelhadas".

Buscando justificar a barbárie, os cruzados escreveriam ao papa no ano seguinte: "Uma terrível fome assolou o exército em Maarate e o colocou na cruel necessidade de se alimentar dos cadáveres dos sarracenos". Mas de fato, houve comportamentos de grupos de francos fanáticos, denominados tafurs, que nem a fome pode explicar: os testemunhos dão conta de que estes se espalhavam pelos campos clamando pelo desejo de comer a carne dos sarracenos. O cronista franco Alberto de Aquisgrão, que participou da Batalha de Maarate, afirma: "Os nossos não se repugnavam de comer não apenas os turnos e os sarracenos mortos como também os cães!". A imagem do canibalismo praticado pelos cruzados europeus, que se propaga entre as populações árabes de uma nação de califados convertidos ao islã, foi descrita também pelo emir e cronista Osama Ibn Munqidh: "Todos os que se informaram sobre os franj viram neles animais que têm a superioridade da coragem e do ardor no combate, mas nenhuma outra, assim como os animais têm a superioridade da força e da agressão".

Diferentemente da perspectiva histórica ocidental, o olhar árabe, expresso em testemunhos registrados por quem viveu aquela guerra iniciada há quase um milênio, revela o choque de civilizações e de versões sobre o curso das cruzadas. Enquanto para os europeus elas significam um renascimento cultural e econômico, e o fortalecimento da fé cristã em detrimento de "infiéis"; para os árabes, marcam longos períodos de devastação de estrangeiros "bárbaros" de suas terras, atos de vandalismo e canibalismo contra as populações, além do isolamento político e econômico. Essa contraposição de perspectivas emerge na obra "As cruzadas vistas pelos árabes", do franco-libanês Amin Maalouf, autor consagrado e membro da Academia Francesa, na cadeira que pertenceu a Claude Lévi-Strauss. Escrito no começo da década de 1980, o relato histórico é hoje um clássico reproduzido em mais de 30 países e alcança mais de 90 edições. A mais recente delas acaba de ser reeditada no Brasil, pela Editora Vestígio, do grupo Autêntica, com posfácio atualizado pelo autor.

O estranhamento de uma sociedade árabe mais urbanizada e educada em relação à ignorância e o "atraso" científico dos iletrados cruzados, originários de uma sociedade agrária feudal, é recuperado na obra de Maalouf. Nas comunicações, os orientais mantêm um sofisticado sistema de pombos-correios, adestrados de tal modo que sempre retornam ao ninho de origem, técnica completamente desconhecida dos cruzados, que mais tarde a implementariam na Europa. E se o sistema de justiça ocidental, com diversas formas de suplício aleatórios, é considerado absurdo e cruel, na crônica muçulmana da época, sobretudo na medicina, os orientais se percebem, muito avançados em relação aos cristãos. Em 1138, o emir Osama Ibn Munqidh, registra em tom crítico, os métodos de um médico franco, que se apresentou para cuidar de uma mulher que definhava em consequência da febre. Contou ele que, depois de mandar raspar os cabelos da paciente, vaticinando que o "diabo havia entrado em sua cabeça", pegou uma navalha, fez uma incisão em forma de cruz até aparecer o osso craniano. Então, esfregou-o com sal. A mulher morreu durante o procedimento.

Sob a influência da Igreja Católica e do Império Bizantino, as cruzadas marcam o nascimento do movimento expansionista europeu, em que contingentes militares de diversas regiões daquele continente feudal, rumam às terras localizadas no mundo oriental. Partem da convocação, em 1095, do papa Urbano II, durante o Concílio de Clermont – cidade francesa onde ocorreu a reunião das principais lideranças da Igreja: os cristãos de toda a Europa deveriam se organizar em um grande exército para arrancar Jerusalém do domínio dos "infiéis". Em duplo movimento, o papa também atendia ao apelo do imperador bizantino Aleixo Comnemo (1048-1118), governante de Constantinopla (hoje Istambul), interessado em retomar as cidades de Antioquia e Niceia, capturadas pelos turcos seljúcidas, estes, inclusive adversários do Califado Fatímida, que dominava Jerusalém. As cruzadas, que assim se chamam em referência à cruz que os cavaleiros usavam em suas roupas quando em marcha da Europa até o Oriente, revestem-se da narrativa de uma "guerra santa", pois o combate se daria contra aqueles que professavam uma fé diferente do cristianismo. Mas tinham, igualmente, objetivos comerciais, pois buscavam aproximar o Oriente do Ocidente e, assim, ampliar as atividades comerciais, principalmente as de Gênova e Veneza, na Península Itálica.

"As cruzadas representam um acontecimento fundador no conflito entre o Ocidente e o mundo árabe", assinala em novo prefácio da obra Amin Maalouf, para quem, o enfrentamento entre o islã e a cristandade segue vivo na mentalidade do mundo árabe e do Ocidente, suscitando rancores, novos conflitos e tensões que se arrastam ao longo da história. Embora possam ser descritas em nove incursões religiosas, militares e comerciais, iniciadas no século 11 com a narrativa de "resgate" de Jerusalém à época sob domínio islâmico; mesmo encerradas com a expulsão definitiva dos cruzados da "Terra Santa" por muçulmanos em 1291; prosseguiu sob outra denominação entre os séculos 15 e 20, quando as nações cristãs europeias continuaram a expansão colonial rumo à África e Ásia. Amin Maalouf ressalta que a Inglaterra, França, Rússia e Países Baixos, e, em menor escala Itália, Portugal e Espanha ocuparam quase todas as nações de populações muçulmanas. "Do Senegal a Java, passando pelo Magrebe, pelo Egito, pelo Cáucaso e pelas Índias. Seguiram-se guerras coloniais traumatizantes, como as da Argélia, da Líbia, do Afeganistão e da Tchetchênia, que deixaram sequelas amargas", afirma o autor, que assinala: a criação, em 1948, do Estado de Israel, na mesma terra em que fora fundado o reino cruzado de Jerusalém, pareceu aos árabes um novo episódio das cruzadas.

"Na Europa, continuou-se por séculos a falar de 'cruzadas', no sentido literal de uma mobilização da cristandade contra os muçulmanos, especialmente contra o Império Otomano" observa Maalouf, lembrando que a grande batalha naval de Lepanto, em outubro de 1571, em que a frota turca foi derrotada pelas nações católicas, foi interpretada como um episódio tardio das cruzadas. Quase cinco séculos mais tarde, quando em 1917 o general inglês Edmund Allenby conquistou a Palestina, ele teria explicitado, segundo menciona Maalouf: "Somente hoje as cruzadas chegam ao fim!". Mas de fato, não chegaram. O atentado ao papa João Paulo II, em 1981, pelo turco Mehmet Ali Agca; o trágico 11 de setembro, de 2001; a invasão do Iraque e do Afeganistão por forças ocidentais, são novos episódios do conflito, que está longe de chegar a termo. "Eu seria o primeiro a me alegrar se as cruzadas e as contra-cruzadas pudessem ser relegadas de uma vez por todas à lata de lixo da História, para que a harmonia enfim reine em todo o perímetro mediterrâneo e no restante do planeta. Infelizmente, isso não parece em vias de acontecer", afirma Maalouf. Em busca da compreensão dos dramas ainda tão atuais, o escritor retoma as guerras do passado. E o faz sob a perspectiva árabe, clareando ao Ocidente uma versão raramente relatada na Europa da história.

FOGO DA GUERRA

"A pior arma do homem é derramar lágrimas quando as espadas atiçam o fogo da guerra", exultava o venerável cádi (magistrado) Abu-Sadd al-Harawi, ao adentrar, em agosto de 1099 na ampla sala do conselho do califa al-Mustazhir-billah, em Bagdá. Após três semanas em lombos de camelos sob o insuportável sol do deserto sírio, al-Harawi, que saíra de Damasco, alcançara o seu destino. Invocava contra os francos e pedia a união dos líderes muçulmanos - desde o início do século 10 divididos entre a dinastia xiita fatímida, com capital no Cairo, e a sunita abássida, com sede em Bagdá. A caminho de Jerusalém, que conquistaram em 15 de julho de 1099, os cruzados haviam deixado um rastro de horrores e matança, inclusive queimando fiéis vivos que tentaram se proteger nas sinagogas, além de vários atos de pilhagem. "Vocês ousam dormitar à sombra de uma feliz segurança, numa vida frívola como a da flor do jardim, enquanto seus irmãos sírios têm por única morada o dorso dos camelos e as entranhas dos abutres? Quanto sangue derramado!", prossegue al-Harawi, que estava acompanhado de centenas de refugiados da Palestina e da Síria do Norte.

Em princípio, o chamado de al-Harawi à jihad não despertou reação do califado abássida. "O saque de Jerusalém, ponto de partida de uma hostilidade milenar entre Islã e o Ocidente, não provoca, na hora, nenhuma reação. É preciso esperar quase meio século para que o Oriente árabe se mobilize diante do invasor e para que o chamado ao jihad lançado pelo cádi de Damasco na sala do conselho do califa seja celebrado como o primeiro ato de resistência", registra Amin Maloouf nesse instigante prólogo da obra.

Durante quase um século os fatímidas e os abássidas se mantiveram nas capitais de seus impérios sem reação enfática na defesa das cidades árabes que tombavam sob os cruzados. Pagaram o preço pela inação, e a contraofensiva islâmica, que mudou o curso das cruzadas, partiu de líderes muçulmanos estrangeiros como Zengui (1085-1146), governador de Alepo e de Mossul, que estrutura um disciplinado exército e é celebrado como o primeiro grande combatente do jihad contra os franj; o turco Noradine (1118-1174), segundo soberano da dinastia zênguida, que governa a Síria e o Iraque entre1146 e 1174; e, na sequência Saladino (11174-1193), curdo sunita que unificou muçulmanos para expulsar os invasores, conseguindo reconquistar Jerusalém em 1187. Novas cruzadas e contraofensivas contra muçulmanos aconteceram, com ataques simultâneos dos francos, a oeste e dos mongóis – tártaros – a leste. É o historiador curdo e sultão Abul-Fida (1273-1331) quem relata a expulsão dos cruzados em 1291, com a reconquista do território muçulmano, agora sob o comando mameluco: "Todas as terras do litoral voltaram integralmente aos muçulmanos, resultado inesperado. Os franj, que tinham estado a ponto de conquistar Damasco, o Egito e várias outras regiões, foram expulsos de toda a Síria e das zonas costeiras. Queira Deus que nunca voltem a pisar aqui!".

A ironia da história, quem aponta, é o autor Amin Maalouf. "Na época das cruzadas, o mundo árabe, da Espanha ao Iraque, ainda é intelectual e materialmente o depositário da civilização mais avançada do planeta. Depois, o centro do mundo se desloca decididamente para o oeste", afirma ele. "Em medicina, astronomia, química, geografia, matemática, arquitetura, os franj obtiveram seus conhecimentos dos livros árabes que eles assimilaram, imitaram e depois superaram", considera, lembrando que na indústria os europeus tomaram dos árabes a fabricação de papel, o trabalho do couro e dos tecidos, a destilação do álcool e do açúcar, estas, palavras de uma longa lista de saberes que guardam a origem árabe.

Se para a Europa ocidental, a época das cruzadas foi o início de uma revolução econômica, cultural; para o Oriente, as guerras santas o arrastariam a séculos de decadência e obscurantismo, apesar da quase totalidade das vitórias militares alcançadas sobre os cristãos. Em todos os âmbitos, os francos, que aprenderam a língua árabe e absorveram o legado da civilização grega, transmitido à Europa pelos árabes, se prepararam para a sua futura expansão. Para o Islã, a história foi outra. Se o que o Ocidente pretendia era conter o Islã, foi fragorosamente derrotado. É a religião que mais cresce no mundo. Mas, ao mesmo tempo, sitiado por todos os lados, o mundo muçulmano também se encolhe sobre si mesmo. "O progresso, agora, vem do outro. O modernismo vem do outro. Melhor afirmar sua identidade cultural e religiosa, rejeitando o modernismo simbolizado pelo Ocidente? Melhor, ao contrário, se engajar decididamente no caminho da modernização, correndo o risco de perder sua identidade? Nem o Irã, nem a Turquia, nem o mundo árabe conseguiram resolver esse dilema", diz Maalouf.

O papel das Forças Armadas nas últimas décadas é analisada pelo professor Leonardo Avritzer, do Departamento de Ciência Política da UFMG, no livro "Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil"

PEDRAS NO CAMINHO DA ESTABILIDADE

Organizado pelo cientista político Leonardo Avritzer e pelas pesquisadoras Eliara Santana e Rachel Callai Bragatto, livro a ser lançado amanhã na Scriptum, em BH, reúne artigos que discutem os motivos da instabilidade democrática no Brasil a partir das eleições de 2022

BERTHA MAAKAROUN

Embora a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República abra o caminho para que o Brasil transite de uma concepção relativizada da democracia – hegemônica entre 2018 e 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro – para uma concepção de reconstrução democrática, há um longo percurso para a restauração do papel das instituições brasileiras e reconquista da governabilidade, ainda de futuro incerto no país. A avaliação é de Leonardo Avritzer, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (INCT/IDDC) e do Observatório das Eleições.

São três grandes agendas não resolvidas no processo de redemocratização do Brasil, identificadas por Avritzer, com efeitos danosos sobre a governabilidade: o papel dos militares, a fragmentação excessiva do sistema partidário e o seu relacionamento com o Poder Executivo e o novo papel do Poder Judiciário. "É difícil apontar qual será o futuro da democracia brasileira. O que podemos afirmar é que, certamente, ele estará sendo determinado nos próximos anos", observa o cientista político, assinalando que o bolsonarismo não foi um acidente na trajetória democrática brasileira, mas uma consequência de erros da arquitetura institucional, que emerge da Nova República. A polarização política, respaldada e acentuada no contexto do ecossistema de desinformação, foi reforçada por arranjos institucionais fortemente disfuncionais, registra o cientista político.

Sob o título "Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil" (Editora Autêntica), Leonardo Avritzer e as pesquisadoras Eliara Santana e Rachel Callai Bragatto organizam e alinhavam reflexões abrangentes e transdisciplinares de 37 autores que, em quatro seções, abordam o processo eleitoral de 2022, as redes sociais e o ecossistema da desinformação, a representação no Congresso Nacional e os caminhos para a governabilidade nos próximos quatro anos, esta, posta como desafio do governo Lula para a reconstrução democrática. O livro será lançado em Belo Horizonte neste sábado, 18 de março, a partir das 11h, na Livraria Scriptum (Rua Fernandes Tourinho, 99, Savassi).

"A construção democrática brasileira deve ser dividida, claramente, em dois momentos: um de forte expansão e consenso democrático entre a sociedade e as elites, que vai de 1985 a 2014; outro de forte regressão democrática, que começou em 2014 e que ainda não sabemos qual será seu desfecho", sustenta Avritzer. Avaliado pela ciência política como mais promissor – do que hoje se entende que realmente tenha sido – o período compreendido entre 1985 e 2014 foi marcado, "pela não resolução ou por uma resolução deficiente de três problemas", que hoje voltam a assombrar a democracia brasileira. São eles as três grandes agendas, entre as quais, a questão militar é apontada por Leonardo Avritzer como a mais grave.

"Não temos Forças Armadas democráticas no Brasil, quase quarenta anos após o fim do regime militar", observa Avritzer. "Ao se iniciar o período de transição para a democracia e a elaboração da carta constitucional, parecia que os militares brasileiros haviam se resignado a abandonar a cena política. Hoje sabemos que temos um setor militar fortemente antidemocrático, que interveio na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à prisão em segunda instância, que interveio no exercício da presidência do STF durante a gestão Dias Toffoli, que usurpou poderes em relação à avaliação da lisura das urnas eletrônicas", escreve o cientista político e pesquisador, no artigo "O futuro da democracia no Brasil", que encerra a coletânea do livro.

Recuperando fatos históricos no transcorrer do primeiro período da Nova República sobre o relacionamento entre militares e democracia, o professor alinhava a compreensão de porque, diferentemente de países como Portugal e Argentina, que tiveram forte envolvimento dos militares na política, o Brasil ainda não logrou firmar o exercício do poder político civil. A começar por militares como Jair Bolsonaro, que sem aceitar a democratização, nunca foram abertamente punidos quando em manifestações públicas e em atos, pregaram ou praticaram atentados à nova ordem democrática que ressurgia, após o longo ocaso autoritário-militar. "Não somente a transição não foi realizada com qualquer tipo de punição aos abusos passados, como também os próprios abusos por parte de militares na ordem civil não foram tratados institucionalmente", analisa Avritzer. Ainda mais grave foi o lobby militar sobre a Assembleia Nacional Constituinte para substituir a proposta de atribuição das Forças Armadas à "defesa nacional e dos poderes constitucionais" pela versão militar de "manutenção da lei e da ordem", que acabou prevalecendo e se tornando o Artigo 142 da Constituição Federal. "Na transição democrática, a retirada das Forças Armadas do campo político se deu em seus próprios termos, inclusive com a imposição de um artigo na elaboração da Constituição, que determina em seus próprios termos também as condições de sua intervenção na manutenção da ordem democrática", considera Avritzer, acrescentando que os militares deixaram em aberto a ampliação de seu papel na ordem política nos últimos seis anos. E é precisamente este papel que precisa ser redefinido neste governo.

Além da questão militar, Avritzer destrincha as duas outras agendas cruciais para a reconstrução democrática.

DIVULGAÇÃO

THEO MARQUES/DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO

Leonardo Avritzer, Eliara Santana e Rachel Callai Bragatto organizaram os textos de 37 autores reunidos no livro

- **"ELEIÇÕES 2022 E A RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL"**
- **Organização de Leonardo Avritzer, Eliara Santana e Rachel Callai Bragatto.**
- Autêntica Editora
- 242 páginas
- R$ 59,80. E-book: R$ 41,90.
- Lançamento neste sábado (18/03), às 11h, na Livraria Scriptum (Rua Fernandes Tourinho, 99, Savassi, Belo Horizonte)

O papel do Poder Judiciário, com prerrogativas ampliadas, teve atuação democrática importante nas eleições de 2022, afirma ele. "Mas há um Poder Judiciário hipertrofiado em relação às demais instituições que precisa ser discutido", salienta. E ainda mais relevante para a estabilização democrática, é a agenda que deve abordar o relacionamento entre Executivo e o Congresso Nacional, um problema que se acentua em decorrência da fragmentação do sistema partidário. "O Congresso no Brasil é, hoje, extremamente forte em dois quesitos que são pouco democráticos. O primeiro deles é que o Congresso derruba os presidentes que são fracos, algo que dificilmente contempla os critérios de soberania popular, e torna fortes os presidentes sem nenhuma popularidade ou aprovação, como foi o caso de Michel Temer. O segundo quesito é que a questão da elaboração do orçamento tem que ser feita dentro de princípios de transparência e controle público", anota o cientista político, que conclui: a governabilidade no Brasil depende de um nível de falta de controle sobre o orçamento ou de um processo de negociação que gera corrupção e afeta legalmente a governabilidade. "Em ambos os casos, temos um arranjo político indesejável e instável, cujos elementos principais precisam mudar."